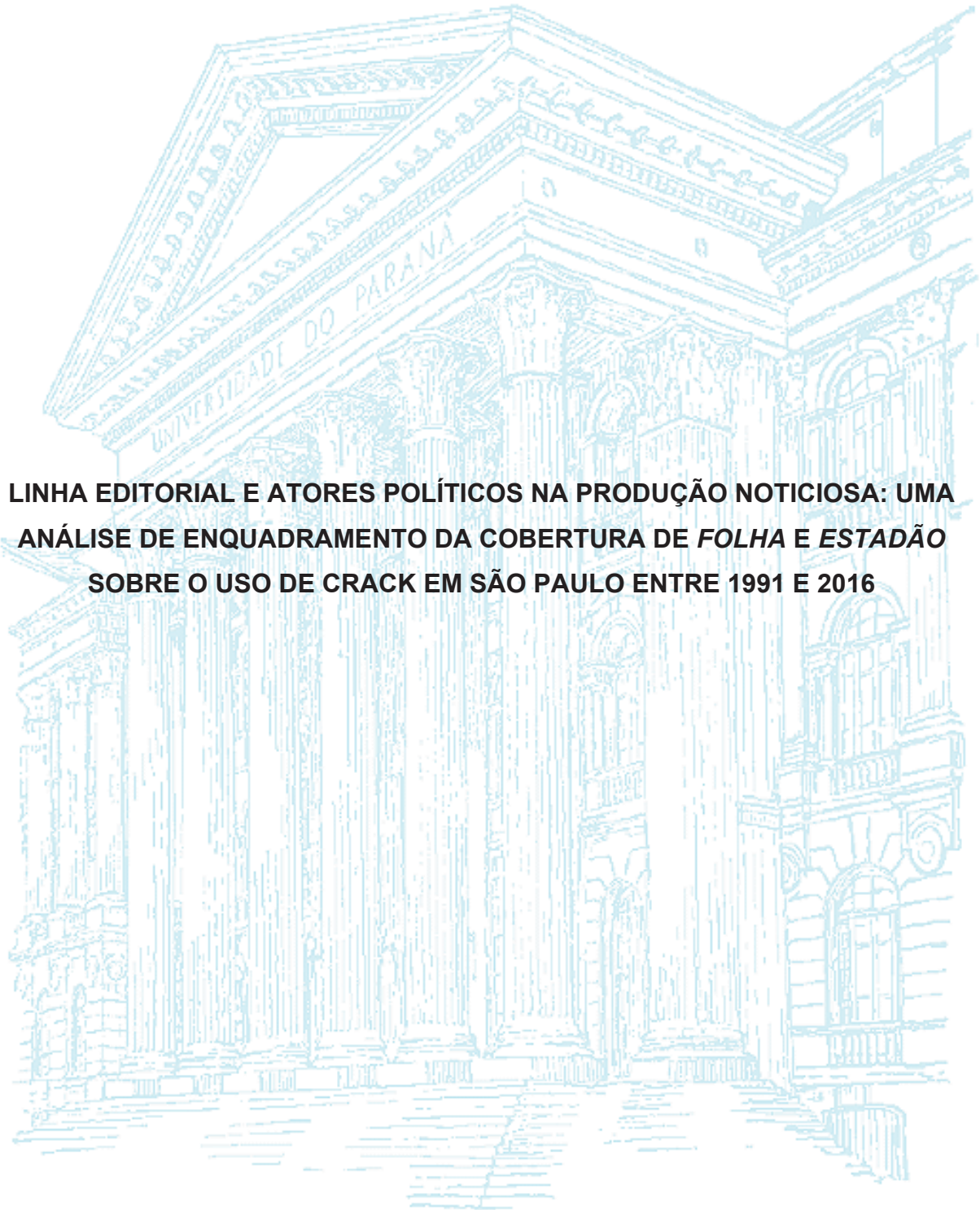
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIULIA SBARAINI FONTES



LINHA EDITORIAL E ATORES POLÍTICOS NA PRODUÇÃO NOTICIOSA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DE *FOLHA* E *ESTADÃO* SOBRE O USO DE CRACK EM SÃO PAULO ENTRE 1991 E 2016

CURITIBA

2018

GIULIA SBARAINI FONTES

LINHA EDITORIAL E ATORES POLÍTICOS NA PRODUÇÃO NOTICIOSA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DE *FOLHA* E *ESTADÃO* SOBRE O USO DE CRACK EM SÃO PAULO ENTRE 1991 E 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Fontes, Giulia Sbaraini
Linha editorial e atores políticos na produção noticiosa: uma análise de enquadramento da cobertura de Folha e Estadão sobre o uso de Crack em São Paulo entre 1991 e 2016 / Giulia Sbaraini Fontes. – Curitiba, 2018.
150 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná . Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política .
Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

1. Comunicação de massa – Aspectos sociais – Brasil. 2. Jornais brasileiros – Tráfico de drogas. 3. Crack (Drogas). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 302.2324

ATA N° 01

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.

No dia seis de março de dois mil e dezoito às 16:00 horas, na sala 904,UFPR do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da Mestranda **GIULIA SBARAINI FONTES** para a Defesa Pública de sua Dissertação de Mestrado intitulada: **LINHA EDITORIAL E ATORES POLÍTICOS NA PRODUÇÃO NOTICIOSA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DE FOLHA E ESTADÃO SOBRE O USO DE CRACK EM SÃO PAULO ENTRE 1991 E 2016**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de PósGraduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RAFAEL CARDOSO SAMPAIO(UFPR),LUIZ AUGUSTO DE SOUZA CARNEIRO DE CAMPOS(UERJ),EMERSON URIZZI CERVI(UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A Mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **RAFAEL CARDOSO SAMPAIO**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: O professor Luiz Augusto Campos participou por videoconferência e autorizou que assinasse a ata em seu nome.

Curitiba, 06 de Março de 2018.

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Por: Rafael Sampaio
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA CARNEIRO DE CAMPOS(UERJ)

EMERSON URIZZI CERVI(UFPR)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GIULIA SBARAINI FONTES**, intitulada: **LINHA EDITORIAL E ATORES POLÍTICOS NA PRODUÇÃO NOTICIOSA: UMA ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DE FOLHA E ESTADÃO SOBRE O USO DE CRACK EM SÃO PAULO ENTRE 1991 E 2016**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.
A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 06 de Março de 2018.

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

EMERSON URIZZI CERVI(UFPR)

Por: RAFAEL CARDOSO SAMPAIO
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA CARNEIRO DE CAMPOS(UERJ)
Via Skype

AGRADECIMENTOS

A concretização dessa dissertação de Mestrado é fruto de relações construídas não só ao longo da Pós-Graduação, mas durante toda a trajetória acadêmica e pessoal da pesquisadora. De início, é preciso agradecer aos meus pais, Antonio e Magali, que sempre forneceram todas as condições, afetivas e materiais, para que eu perseguisse meus sonhos. Sem eles, o caminho teria sido muito mais tortuoso e talvez nem chegasse até aqui. Também cabe agradecimento ao meu irmão, Héctor, pelo companheirismo e pela convivência diária.

No âmbito acadêmico, agradeço ao orientador dessa dissertação, professor Rafael Sampaio, por permitir a realização do trabalho com esse objeto de pesquisa e pelas críticas e sugestões feitas ao longo do processo. Também cabe agradecimento aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, em especial aos professores Emerson Cervi e Jamil Marques, pelo conhecimento compartilhado ao longo dos dois anos de Mestrado, em disciplinas e grupos de pesquisa. Agradeço, além disso, à professora Carla Rizzotto e seu marido, Luis, que gentilmente ofereceram ajuda para a realização da coleta do material analisado nesta pesquisa.

Ainda na pós-graduação, agradeço aos doutorandos e amigos Fernanda Cavassana, Camila Mont'Alverne e Paulo Ferracioli pelas parcerias, pelo auxílio e pelos momentos de diversão que vivemos ao longo destes dois anos. Também agradeço aos amigos de longa data, em especial a sempre presente Ana Carolina, que ofereceram apoio nos momentos difíceis.

Agradeço, ainda, à Capes pela bolsa concedida ao longo destes dois anos, que possibilitou minha dedicação total ao Mestrado e à vida acadêmica. Por fim, à banca dessa dissertação, composta pelos professores Rafael Sampaio, Emerson Cervi e Luiz Campos, pela disposição em avaliar o trabalho e pelas críticas e sugestões realizadas.

RESUMO

O modo como as empresas de comunicação se utilizam do conteúdo que produzem para atuar politicamente ainda é assunto pouco estudado empiricamente na academia. Buscando contribuir para esta área de pesquisa, a presente dissertação utiliza o conceito de enquadramento de Entman (1993) com o objetivo de compreender o quanto a linha editorial dos periódicos interfere em sua produção noticiosa. Para tanto, tem como objeto a cobertura sobre a droga conhecida como "crack", apresentando como norteador o seguinte problema de pesquisa: como os textos informativos da versão impressa dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) enquadraram, entre 1991 e 2016, a questão do crack na capital paulista e em que medida estes *frames* foram determinados pelos periódicos em questão? Foram levantadas três hipóteses de pesquisa: (1) os enquadramentos das notícias que tratam da questão do crack sofrem mais influência da linha editorial dos periódicos do que dos demais atores políticos envolvidos na questão; (2) ao longo do tempo, os enquadramentos se modificam, acompanhando as mudanças na própria sociedade; e (3) os usuários de crack são associados a matérias de interesse humano. Para testá-las, foram analisadas 716 matérias (327 de FSP e 389 de OESP) a partir da metodologia da análise de enquadramento, combinando técnicas para a identificação de *issue-specific frames* e de *generic frames* (DE VREESE, 2005). Após a identificação dos enquadramentos, buscou-se compreender o quanto os quadros sofreram a interferência dos periódicos analisados. Para isso, foram realizados dois modelos de regressão logística multinomial, tendo como variável dependente os enquadramentos (específicos e genéricos) e como variáveis preditoras os periódicos, a ideologia dos governos municipal e estadual de São Paulo e o período de análise. Os resultados permitiram refutar a primeira hipótese, visto que há pouca diferenciação entre a cobertura dos dois periódicos. A segunda hipótese foi parcialmente confirmada, pois foram observadas mudanças ao longo do tempo apenas para os enquadramentos genéricos. Por fim, a terceira hipótese da pesquisa foi confirmada, já que os dependentes químicos aparecem mais do que o esperado em matérias que contêm narrativas ou que são de interesse humano.

Palavras-chave: enquadramento; Jornalismo; atores políticos; crack.

ABSTRACT

How communication companies use the content they produce to act politically is a topic little empirically explored at the academy. Aiming to contribute to this scenario, this Master's dissertation uses Entman's (1993) concept of framing to understand how much the newspapers' editorial line affects the news production. That for, this study has as research object the coverture about the drug known as "crack", having as guideline the following research question: how the informative texts of the printed version of the newspapers *Folha de S. Paulo* (FSP) and *O Estado de S. Paulo* (OESP) framed, between 1991 e 2016, the problem of crack at São Paulo and in what extent these frames were determined by the newspapers? Three hypothesis were formulated: (1) the news frames about the problem of crack suffer more influence from the newspapers' editorial lines than from the other political actors involved; (2) throughout time, the frames change following changes at the society itself; (3) the crack users are more related to the human interest texts. To test them, 716 news texts were analyzed (327 from FSP and 389 from OESP) using frame analysis as methodology, combining issue-specific and generic frames (DE VREESE, 2005) techniques. After identifying the frames, we tried to comprehend how much they were influenced by the newspapers. That for, two multinomial logistic regression models were tested, having as dependent variables the frames (specific and generic) and as predictors the newspapers, the government ideology and the period of analysis. The results permit to deny the first hypothesis, because there is little difference between the coverture of the newspapers. The second hypothesis was partially confirmed, since changes were observed throughout time only for the generic frames analysis. At last, the third hypothesis was confirmed, because the drug users appear more than expected at texts which have testimonies or are of human interest.

Keywords: framing; Journalism; political actors; crack.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO PROCESSUAL DE SCHEUFELE (1999).....32
QUADRO 1 – LIVRO DE CÓDIGOS DA ANÁLISE COM AS VARIÁVEIS DE ENTMAN (1993).....61
QUADRO 2 – VARIÁVEIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.....64
QUADRO 3 – PERGUNTAS PARA CADA *FRAME*.....65
QUADRO 4 – ENQUADRAMENTOS FORMADOS A PARTIR DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA FSP.....82
QUADRO 5 – ENQUADRAMENTOS FORMADOS A PARTIR DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA OESP.....85
QUADRO 6 – ENQUADRAMENTOS ESPECÍFICOS FINAIS.....91
QUADRO 7 – CLASSIFICAÇÃO DAS GESTÕES DA PREFEITURA DE SÃO PAULO.....113
QUADRO 8 – CLASSIFICAÇÃO DAS GESTÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....113

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MATÉRIAS POR ANO.....66
GRÁFICO 2 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA FSP.....81
GRÁFICO 3 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA OESP.....84
GRÁFICO 4 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA TODO O *CORPUS*.....90
GRÁFICO 5 – *FRAMES* ESPECÍFICOS POR ANO PARA FSP.....93
GRÁFICO 6 – *FRAMES* ESPECÍFICOS POR ANO PARA OESP.....94
GRÁFICO 7 – *FRAMES* GENÉRICOS POR ANO PARA FSP.....99
GRÁFICO 8 – *FRAMES* GENÉRICOS POR ANO PARA OESP.....100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: ATORES.....68
TABELA 2 – DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: SUBTÓPICO.....70
TABELA 3 – CAUSAS.....73
TABELA 4 – JULGAMENTOS MORAIS.....76
TABELA 5 – SOLUÇÕES.....79
TABELA 6 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA FSP.....83
TABELA 7 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA OESP.....86
TABELA 8 – CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS SUBTÓPICO E ATORES.....87
TABELA 9 – CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS SUBTÓPICO E JULGAMENTOS MORAIS.....89
TABELA 10 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA O *CORPUS* COMPLETO.....92
TABELA 11 – ENQUADRAMENTOS GENÉRICOS.....95
TABELA 12 – FRAMES ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM FSP.....101
TABELA 13 – FRAMES ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM OESP.....103
TABELA 14 – CRUZAMENTO ENTRE *FRAMES* GENÉRICOS E A VARIÁVEL DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ATORES.....105
TABELA 15 – CRUZAMENTO ENTRE *FRAMES* GENÉRICOS E A VARIÁVEL JULGAMENTOS MORAIS.....107
TABELA 16 – POLÍTICAS PÚBLICAS CITADAS NO *CORPUS*.....109
TABELA 17 – CRUZAMENTO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CITADAS NO *CORPUS* E A VARIÁVEL JULGAMENTOS MORAIS.....110
TABELA 18 – REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL COM *FRAMES* ESPECÍFICOS.....114
TABELA 19 – REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL COM *FRAMES* GENÉRICOS.....115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14
1 A MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO: A PERSPECTIVA DO ENQUADRAMENTO NOTICIOSO.....21
1.1 A ATUAÇÃO POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO DE MASSA E O CONCEITO DE MIDIATIZAÇÃO.....21
1.1.2 O Jornalismo como produto: a linha editorial das empresas de comunicação.....26
1.2 O DEBATE SOBRE O CONCEITO DE ENQUADRAMENTO.....27
1.3 *FRAMING* E ALGUMAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS.....35
2 AS DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS: COBERTURA JORNALÍSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....40
2.1 O CRACK NAS CIDADES BRASILEIRAS.....41
2.1.1 Representações jornalísticas sobre o uso de drogas.....44
2.2 ENFRENTAMENTO DO CRACK EM SÃO PAULO.....47
2.2.1 Políticas do Governo Federal.....48
2.2.2 Políticas do Governo do Estado.....52
2.2.3 Políticas do Governo Municipal.....53
2.2.4 Operações realizadas na “cracolândia”.....54
3 ANÁLISE: ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS SOBRE O CRACK.....56
3.1 *CORPUS* DE PESQUISA E ASPECTOS METODOLÓGICOS.....56
3.1.2 *Frames* específicos e genéricos: o livro de códigos.....59
3.2 RESULTADOS: *FRAMES* DE *FOLHA* E *ESTADÃO* PARA A QUESTÃO DO CRACK EM SÃO PAULO.....65
3.2.1 O enquadramento a partir da perspectiva de Entman (1993).....67
3.2.1.1 Enquadramentos específicos considerando o *corpus* total.....87
3.2.2 *Frames* genéricos a partir da proposta de Semetko e Valkenburg (2000).....95
3.2.3 Relações entre enquadramentos específicos e genéricos.....101
3.2.4 As políticas públicas nas matérias sobre uso e tráfico de crack.....108
3.2.5 O que determina os enquadramentos? Um modelo tendo periódicos, atores políticos e o período de análise como variáveis independentes.....112
3.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....116

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....126
REFERÊNCIAS.....130
APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS.....147
APÊNDICE 2 – RESULTADOS DO TESTE DE CONFIABILIDADE.....153

INTRODUÇÃO

A relação entre mídia, Estado e atores políticos nas democracias modernas é tida como íntima por autores do campo da comunicação política (DONGES, 2015). De acordo com essa visão, a lógica midiática teria influência em estruturas, atores, processos e conteúdos da tomada de decisão nesses sistemas, que poderiam, então, ser chamados de democracias midiáticas. Em alguns casos, a mídia pode ser considerada como um ator político que persegue determinados objetivos por meio dos conteúdos que veicula (EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015). Miguel (2002), além disso, aponta que a comunicação de massa é espaço para a difusão de visões de mundo e projetos políticos, representando vozes da sociedade. Tal representação, entretanto, passa longe do ideal normativo e possui um viés. Ademais, o impacto dos meios de comunicação envolve a definição de agenda não só do cidadão comum, mas também dos agentes políticos. Assim, "o que se observa é que a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente essencial da produção do capital político" (MIGUEL, 2002, p. 169).

No campo das políticas públicas, a atuação da mídia como ator político é considerada em alguns modelos (SOUZA, 2006), especialmente naqueles que dizem respeito à construção da imagem de determinadas ações governamentais diante do público. Dentro do ciclo de políticas públicas, as empresas de comunicação teriam papel fundamental na instituição de questões como problemas públicos. Nessa primeira etapa, um problema que atinge a sociedade passa a ser considerado como coletivo, isto é, como merecedor da atenção de órgãos governamentais. Trata-se, portanto, do primeiro passo para que sejam empreendidas ações de enfrentamento àquela questão. Golub e Hartman (1999, p. 423, tradução nossa) salientam o papel do Jornalismo na definição de políticas públicas: "É a percepção coletiva de um problema junto à população em geral que frequentemente direciona ações governamentais, e não necessariamente o problema em si. Para a maior parte da população é a mídia jornalística que serve como principal conexão entre problemas e percepções"[1].

Na outra ponta do ciclo, o Jornalismo também pode ter interferência no que diz respeito à avaliação de programas governamentais. É nessa etapa que são

[1] No original: "Is the collective perception of a problem within the general population that often drives

definidas importantes consequências para estas políticas: se mal avaliado, por exemplo, um programa pode ser extinto e dar lugar a outra iniciativa para enfrentar o problema ou, ainda, sofrer sérias modificações. Sendo assim, pode-se considerar que as empresas de comunicação têm importante papel em dois pontos cruciais da vida de uma política pública.

Esse posicionamento diante de ações governamentais, contudo, pode não ser pautado somente pelo chamado “interesse público”. Na medida em que são empresas voltadas para o lucro (GOMES, 2009), as organizações de comunicação possuem seus próprios interesses, os quais podem defender utilizando o conteúdo que publicam. Diante do público, entretanto, os periódicos vestem a aura da imparcialidade, buscando legitimar sua atuação e assegurar seu espaço como fonte de informações políticas. Uma das formas pelos quais se expressa essa postura é a clara separação, inclusive visual, entre peças opinativas e informativas. Estabelece-se, com isso, uma espécie de muro entre o texto politicamente posicionado e a notícia, que seria, nessa lógica, isenta e livre de contaminações ideológicas.

No campo de estudos acadêmicos, porém, há muito foi superada a noção de que a notícia seria imparcial ou de que refletiria a realidade. Dentro dessa perspectiva, o conceito de enquadramento propõe a noção de que o texto jornalístico é um recorte da realidade, proveniente de processos de seleção e saliência (ENTMAN, 1993) praticados pelo jornalista em sua atividade diária. Operacionalizar este conceito empiricamente, no entanto, não tem sido tarefa fácil dentro dos estudos de Jornalismo. A metodologia é, por vezes, acusada de ser demasiadamente subjetiva, em grande parte pela falta de transparência metodológica no que diz respeito à extração dos *frames* do conteúdo noticioso.

Além disso, se, por um lado, desconsidera-se que os *media* sejam isentos da ação interessada, por outro corre-se o risco de, no outro extremo, considerarmos que todo o conteúdo produzido possui um viés. Nesse sentido, faltam estudos que demonstrem se existe a ingerência política na produção noticiosa e, em caso afirmativo, de que maneira ela ocorre (por meio de processos relacionados à linha editorial, por exemplo) e em que grau.

A presente dissertação tem o objetivo de contribuir para o cenário acadêmico aqui apresentado buscando desenvolver um modelo que demonstre o quanto o interesse das empresas jornalísticas interfere no conteúdo publicado por elas. Sabemos que, por conta de procedimentos da profissão, como a aplicação de

valores-notícia, alguns assuntos serão, necessariamente, temas da cobertura diária dos dispositivos de comunicação de massa. Entretanto, isso não significa que os fatos serão tratados de forma idêntica por periódicos distintos. Ou seja, cada jornal pode, à luz de seus posicionamentos e de sua linha editorial, enquadrar uma mesma questão da maneira que melhor se adeque a seus interesses. Buscamos, assim, verificar em que grau ocorre esta diferenciação de enquadramentos, e o quanto isso pode ser atribuído à postura de cada periódico a respeito de um mesmo fato.

Para operacionalizar esta pesquisa, escolhemos como objeto os *frames* noticiosos produzidos pelos periódicos *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP), em sua versão impressa, sobre uma questão controversa: o uso e a comercialização da droga popularmente conhecida como "crack". Entre os objetivos da pesquisa está perceber como se dá a relação dos jornais com as políticas públicas adotadas por órgãos governamentais, tendo em vista suas posições editoriais, e também identificar quem são os grupos sociais ouvidos na discussão desta temática. Além disso, buscamos compreender se há interferência da linha editorial dos jornais nos enquadramentos formados, ou se estes quadros são determinados por outros fatores, como a atuação de representantes políticos.

Nosso problema de pesquisa, sendo assim, pode ser sintetizado na seguinte questão: como os textos informativos da versão impressa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* enquadraram, entre 1991 e 2016, a questão do crack na capital paulista e em que medida estes *frames* foram determinados pelos periódicos em questão? A escolha deste objeto para estudo justifica-se, para além de sua relevância social, pelos poucos trabalhos acadêmicos debruçados sobre a cobertura jornalística a respeito do uso de crack especificamente (MOREIRA; FERNANDES; RIBEIRO; NETO, 2015).

A escassez de produção sobre o assunto, contudo, não se justifica diante da dimensão do problema. Bastos e Bertoni (2014), em pesquisa realizada no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), apontam para mais de 360 mil usuários em cenas abertas de uso[2] nas capitais brasileiras, o que corresponde a 35% dos usuários de drogas ilícitas nesses locais (à exceção da maconha). Além disso, o estudo aponta para uma sobrerrepresentação de não-brancos (pretos e pardos, na classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) nas

[2] A pesquisa se concentrou nos usuários que consomem a droga em público e, portanto, não são contabilizadas no dado as pessoas que fazem uso de crack em contextos privados.

cenas de uso de crack, quando considerados todos os municípios pesquisados: enquanto eles representam 52% da população brasileira, quando se trata do uso da droga os não-brancos são 79,15%. Por fim, 40% dos usuários de crack foram considerados em situação de rua, e o consumo da “pedra” aparece associado ao de outras drogas – especialmente as lícitas, como o tabaco e o álcool.

Para além da dimensão do problema – possivelmente mais de 360 mil usuários, visto que os consumidores de ambientes privados não são considerados pela pesquisa – o fenômeno do crack se distingue de outras situações de dependência química. Diferentemente de outras drogas, o uso da “pedra” está frequentemente relacionado a contextos de marginalização e violência. Ademais, o problema se torna mais agudo e visível em áreas de aglomeração de traficantes e usuários, as chamadas “cracolândias”. As dinâmicas destes lugares afetam não só os consumidores de crack, mas também todo o entorno da cidade, incluindo moradores, comerciantes e qualquer um que precise transitar por aquela área.

No caso específico de São Paulo, a primeira cidade brasileira a registrar o consumo da “pedra”, as ações empreendidas pelo poder público para tentar resolver o problema complicam ainda mais o cenário. Como veremos mais adiante, no capítulo dois, a partir de 2010 começam a ser pensados programas estaduais e municipais voltados especificamente para usuários da droga. Algumas ações, contudo, foram alvo de intensa polêmica – um reflexo do debate que é travado, inclusive na área da saúde, a respeito da melhor maneira para enfrentamento do problema. Até o momento da escrita desta dissertação, a “cracolândia” permanecia sem solução, o que nos leva a pensar que o problema já tornou-se um mal crônico para a cidade. A escolha da capital paulista como objeto para este estudo se justifica, ainda, por esta ser a maior cidade brasileira em termos populacionais (IBGE, 2017), com mais de 12 milhões de habitantes, e por abrigar dois jornais que estão entre os cinco com maior tiragem no país[3].

A amplitude da questão e a sua vinculação a outros problemas sociais, portanto, aponta para uma lacuna na produção científica sobre o assunto, especialmente no que diz respeito ao papel do Jornalismo neste contexto. Na medida em que as empresas de comunicação podem influenciar no modo como as políticas públicas são formuladas, conhecer como a cobertura do assunto está

[3] Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 05/05/2017.

sendo realizada é ferramenta importante para compreender os programas elaborados e, além disso, as visões sociais acerca da questão.

Para além de sua relevância social, o objeto da pesquisa é importante porque permite, tendo em vista toda a discussão acima mencionada a respeito da atuação política das empresas de comunicação, perceber se existe uma tomada de posicionamento dos periódicos a respeito do assunto nos enquadramentos noticiosos produzidos. Partimos da premissa de que – em questões polêmicas, como o debate sobre as drogas e especificamente a respeito do crack, que gerou tantos questionamentos ao poder público em São Paulo – a interferência da linha editorial no conteúdo informativo seria mais visível do que em outros tipos de cobertura. Quanto ao recorte selecionado para esta pesquisa, justificamos, ademais, a escolha do ano de 1991 para início do período de análise porque, como apontam Bastos e Bertoni (2014), é neste ano que aparecem os primeiros relatos de uso de crack no país.

Esta dissertação, portanto, procura contribuir para a reflexão a respeito deste tema pouco estudado na academia, porém de amplas consequências no mundo social. A partir do problema de pesquisa formulado, apresentamos como objetivo geral verificar como o conteúdo informativo publicado na versão impressa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1991 e 2016 enquadrou a questão do crack na cidade de São Paulo e em que medida estes *frames* foram determinados pelos periódicos em questão. Temos, dentro disso, quatro objetivos específicos: (1) identificar quais foram os enquadramentos construídos pelos jornais selecionados a respeito do tema e como os *frames* mudaram ao longo do tempo; (2) perceber como as políticas públicas formuladas pelo poder público (de governos Federal, Estadual e Municipal) para enfrentamento da questão apareceram nas matérias do *corpus*; (3) identificar quais são as vozes ouvidas em matérias que tratam da questão do crack em São Paulo, observando se os usuários da droga são acionados como fontes e como são retratados; e (4) comparar os enquadramentos de FSP e OESP, verificando se existem diferenças nos *frames* praticados pelos dois periódicos.

Levando em conta os objetivos e, principalmente, o problema desta pesquisa, formulamos três hipóteses. A primeira tem como base estudos que tratam da lógica de produção jornalística, em especial aqueles que tratam da influência da linha editorial das empresas de comunicação em seu conteúdo noticioso (e.g.

BECKERS et al., 2017; DICKINSON, 2010; EILDERS, 1999; HO; QUINN, 2008; KAHN; KENNEY, 2002) e das negociações entre atores políticos e jornalistas no processo de produção da notícia (COOK, 2011). Além disso, levamos em conta as diferenças históricas entre os periódicos analisados (PILAGALLO, 2012) para conjecturar, a partir dessa literatura, que *os enquadramentos das notícias que tratam da questão do crack sofrem mais influência da linha editorial dos periódicos do que dos demais atores políticos envolvidos na questão.* A ideia, aqui, é de que os jornalistas acabam por absorver a linha editorial do jornal, mesmo que não sejam repreendidos por seus superiores abertamente. Desse modo, a posição editorial da empresa acaba transparecendo também no material informativo, já que os jornalistas acabam por, muitas vezes, se autocensurar com medo de sanções. Assim, mesmo que os atores políticos – na forma de prefeitos e governadores, por exemplo – procurem enquadrar o tema de determinada forma, o que predomina é a abordagem que cada periódico configura para a questão, por conta destas dinâmicas organizacionais.

Nossa segunda hipótese, por sua vez, consiste na ideia de que, *ao longo do tempo, os enquadramentos se modificam, acompanhando as mudanças na própria sociedade*. Essa conjectura se baseia em estudos como o de Vimieiro (2010) que, em uma pesquisa longitudinal, demonstrou como a abordagem jornalística à temática da deficiência se transformou ao longo dos anos. Considera-se, assim, que os dispositivos de comunicação de massa estão inseridos na sociedade e que, com isso, a produção da notícia é influenciada por aspectos da realidade ao mesmo tempo que interfere no modo como eles se configuram (TUCHMAN, 1983).

Por fim, levantamos uma terceira hipótese, de que, *quando acionados como fontes pelos jornais, os usuários de crack são associados a matérias de interesse humano*. Essa hipótese tem base em outro aspecto da produção da notícia: a seleção das fontes a serem ouvidas. Como aponta Sousa (2001), representatividade, credibilidade e autoridade são critérios que determinam o que seria uma boa fonte para um texto jornalístico. De acordo com o autor, “quanto mais fontes uma pessoa representar maior acesso deve ter aos órgãos de informação” (SOUSA, 2001, p. 71). Esses critérios contribuem para que existam fontes que apareçam mais nas peças jornalísticas, visto que há um padrão de comportamento dos profissionais. Essa configuração “contribui para a concessão de espaço privilegiado para alguns emissores e versões da realidade, e determina a exclusão

ou limitação de outros" (ALDÉ; XAVIER; BARRETOS; CHAGAS, 2005). Tendo em vista que o dependente químico não atenderia aos critérios de credibilidade e autoridade, mesmo sendo um dos principais interessados no assunto em debate, a hipótese é de que esse grupo aparecerá mais nos textos em que é protagonista dos fatos, como em matérias de histórias de vida. Quando o debate se relaciona a questões de saúde ou problemas urbanos, por outro lado, conjecturamos que estes atores são deixados de lado pelos jornalistas.

O trabalho está dividido da seguinte forma: no capítulo um, a seguir, abordamos discussões relativas ao papel da mídia na política, à linha editorial das empresas jornalísticas e ao conceito de enquadramento. No capítulo seguinte, debruçamo-nos sobre a questão das drogas, trazendo aspectos da realidade social, dados existentes na literatura sobre a cobertura jornalística do tema e, por fim, apresentamos um levantamento das políticas públicas adotadas pelos governos para enfrentamento da questão, de acordo com os programas citados pelas matérias do *corpus*. Já na terceira seção desta dissertação trazemos nossa análise empírica e o teste de nossas hipóteses para, por fim, apresentar as conclusões da pesquisa.

1 A MÍDIA COMO ATOR POLÍTICO: A PERSPECTIVA DO ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Este capítulo se dedica à discussão teórica do conceito de enquadramento, central para esta pesquisa. Para contextualizar o debate iniciamos, na seção a seguir, tratando da atuação da mídia nas democracias contemporâneas, de modo a enfatizar a importância deste ator no cenário político. Além disso, discutimos, brevemente, o papel da linha editorial das empresas jornalísticas no processo de produção da notícia. Tendo este panorama em mente, passamos, na seção 1.2, ao debate mais aprofundado sobre o conceito de enquadramento – uma das perspectivas teóricas para entender como se dá o processo comunicativo promovido pelos dispositivos de comunicação de massa. À discussão conceitual segue o tópico 1.3, que explora as abordagens metodológicas pelas quais o conceito de enquadramento é operacionalizado em estudos empíricos.

1.1 A ATUAÇÃO POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO DE MASSA E O CONCEITO DE MIDIATIZAÇÃO

As democracias contemporâneas são ambientes nos quais os *media* desempenham um importante papel no que diz respeito à obtenção de informações políticas: é principalmente através deles que os cidadãos têm acesso a dados sobre o mundo que os rodeia (STRÖMBÄCK, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2010). De acordo com Gomes (2004), a constituição dos meios de comunicação de massa como uma indústria de informação ocorre durante o século XX, por conta de dois elementos: os consumidores de notícias e os anunciantes. Essa transformação é fruto da demanda da sociedade por informação independente, de modo que a credibilidade passa a ser uma propriedade comercial do Jornalismo. O produto vendido pelas empresas jornalísticas aos anunciantes, sendo assim, é a atenção do público ao qual as notícias são dirigidas (GOMES, 2004, 2009; TRAQUINA, 2005).

Essa transição do Jornalismo de posição para o empresarial foi acompanhada por mudanças nas rotinas da profissão, a qual passou a se estruturar em torno dos valores de objetividade e imparcialidade, típicos do Jornalismo norte-americano (BIROLI, 2010). Nesse contexto, são estabelecidas normas que disciplinam a atuação do jornalista (e.g. SOUSA, 2001), de modo a legitimar a

informação obtida pelos repórteres diante do público. Técnicas de escrita como a estruturação do texto na forma da pirâmide invertida, por exemplo, e a clara separação entre textos opinativos e informativos são sintomas desta busca por credibilidade diante da audiência.

Nessa nova configuração, o Jornalismo assume perante a sociedade papéis que são descolados do campo político, como o de *watchdog*, quarto poder ou poder moderador (ALBUQUERQUE, 2010) – que não são sinônimos, mas representam essa nova postura do campo diante dos demais atores políticos. Os próprios jornalistas acabam por assumir esse lugar de vigilância do poder político, como mostra pesquisa realizada por Herscovitz (2004) com os profissionais desta área no Brasil: mais de 60% dos entrevistados consideram como principais funções do Jornalismo investigar as ações governamentais e, em segundo lugar, levar informações ao público de forma rápida[4].

Apesar de apresentar-se como independente do campo político, as transformações sofridas pelo Jornalismo acabaram por afetar, também, os agentes do campo político. Na medida em que os meios de comunicação de massa se constituem como o principal espaço de visibilidade pública nas sociedades modernas, os demais atores precisaram adaptar-se a estas lógicas: os discursos políticos, por exemplo, passaram a organizar-se de acordo com a gramática destes meios (GOMES, 2004). Outro aspecto diz respeito ao uso de atores políticos como fontes pelo Jornalismo – que, de acordo com Cook (2011), é um processo permeado pelo conflito:

> Enquanto os políticos ditam as condições e regras de acesso e indicam certos eventos e questões como importantes criando uma arena para eles, os repórteres podem tomar esse material (e o fazem) para decidir se algo é suficientemente interessante para ser coberto e depois construído como narrativa coerente (COOK, 2011, p. 209).

Nesse contexto de negociação, ademais, entram em jogo os interesses das próprias empresas de comunicação – que, como coloca Gomes (2009), são organizações voltadas para o lucro. Assim, na medida em que não são meros canais para a divulgação dos pontos de vista de outros atores sociais (GOMES, 2004), os dispositivos de comunicação de massa são considerados na literatura como atores

[4] A autora reconhece que a referida pesquisa foi realizada há considerável período de tempo, mas considera que, na falta de outras pesquisas que versem sobre o mesmo tema, é pertinente trazer estes dados para ilustrar o debate em questão.

políticos (BIROLI, 2013; EBERWEIN et al., 2015; EILDERS, 1999; PAGE, 1996; STRÖMBÄCK, 2008) ou até mesmo instituições (COOK, 2006; SPARROW, 2006).

Sendo assim, nem sempre as empresas de comunicação perseguem objetivos que estão em consonância com o interesse público. Outras questões podem ser colocadas em evidência de modo indireto, de forma que estes atores políticos usariam "as suas publicações e transmissões para modificar as preferências políticas das audiências, o que, provavelmente, afetaria as decisões políticas"[5] (PAGE, 1996, p. 20, tradução nossa). Biroli (2013) tem posicionamento semelhante ao afirmar que a atuação do Jornalismo é partidária, mesmo que não de forma explícita. De acordo com a autora, as rotinas da profissão acabam por confirmar atitudes políticas sem que seja necessária uma vinculação declarada a determinado partido ou posicionamento.

A configuração do jogo político advinda da atuação midiática, ademais, suscitou na academia o debate a respeito da midiatização da democracia. Strömbäck (2008) chama a atenção para a necessidade de distinguir este conceito da ideia de mediação. De acordo com ele, a mediação se refere àqueles contextos em que a mídia tornou-se a principal fonte de informação e, além disso, um veículo para a comunicação entre governantes e governados. Nesses casos, uma política mediada se distingue daquela que se dá por meio da comunicação interpessoal ou direta entre os cidadãos.

Já a midiatização, para o autor, deve ser compreendida como um processo determinado pelos graus de centralidade da mídia como provedora de informações; pela independência das empresas de comunicação do campo político; pelo modo como o conteúdo é organizado – pela lógica da política ou da própria mídia –; e pelo comportamento dos atores políticos. Tendo esses aspectos em vista, seriam quatro as fases da midiatização. A primeira corresponde aos contextos que que há mediação da política; a segunda, àqueles em que a mídia se torna relativamente independente da política, sendo governada pela sua própria lógica; a terceira, às situações em que a independência da mídia cresce e, por isso, outros atores políticos e sociais precisam se adaptar à sua lógica, mesmo que tentem preservar a independência de outras esferas da realidade; e, por fim, a quarta, em que os atores

[5] No original: "Using their publications or broadcasts to try and change the beliefs and policy preferences of mass and elite audiences, which would presumably affect subsequent policy decisions".

políticos passam a agir de acordo com a lógica midiática não só em períodos de campanha, mas também durante seus governos e no estabelecimento de políticas públicas.

A definição de Esser e Matthes (2013) para o processo de midiatização parece estar relacionada às duas últimas fases definidas por Strömbäck (2008). Para os autores, este processo se refere à "crescente introdução da lógica da mídia nas regras institucionais em campos onde outras regras prevaleciam"[6] (ESSER; MATTHES, 2013, p. 177, tradução nossa). Na política, ele pode levar à substituição de algumas funções pela lógica midiática, especialmente em situações que são dependentes de publicidade e apoio da opinião pública. Sendo assim, frisam os autores, não se trata de afirmar que toda a política é colonizada pela mídia, mas sim que alguns processos serão mais midiatizados que outros, dependendo das suas características iniciais.

Outro ponto a ser considerado é o de que o processo de midiatização não é uma via de mão única: os próprios atores políticos podem se utilizar das lógicas midiáticas para perseguir determinados fins. Quando se trata da cobertura noticiosa, além disso, os resultados seriam a simplificação, a dramatização e uma representação negativa da política, que acaba associada a escândalos e conflitos. Miguel (2010, p. 238) aponta que os efeitos disso não se limitam ao campo político: "A desconfiança em relação aos políticos é elemento de uma desconfiança generalizada, em relação a qualquer discurso de poder, o que, aliás, inclui o próprio discurso da mídia".

No caso do Brasil, Singer (2001) afirma que a democracia está sendo modelada pela mídia, e não apenas modificada por ela, como em outros países do mundo. O motivo para isso, de acordo com ele, são os desdobramentos históricos que envolvem a consolidação do regime democrático no país: somente na década de 1980 o Brasil passou a fazer parte do conjunto de democracias de massa mundial, já que a experiência entre os anos de 1945 e 1964 ainda possuía forte caráter elitista, relacionado a características rurais. O autor salienta dois aspectos que sofrem influência da mídia: "De um lado, a construção de instituições representativas capazes de tratar pacificamente dos conflitos e, de outro, a qualidade da informação prestada à população de modo a permitir a participação

[6] No original: "Growing intrusion of media logic as an institutional rule into fields where other rules of defining appropriate behavior prevailed".

racional da cidadania nas decisões políticas" (SINGER, 2001, p. 61). Para ele, a primeira década da redemocratização completou o processo de americanização da imprensa brasileira, fazendo com que se consolidasse seu papel de fiscalizadora das instituições representativas. Desempenhando essa função, entretanto, a mídia acaba por assumir uma postura de ataque constante aos políticos, desmoralizando o sistema representativo.

Se abordarmos a questão do ponto de vista da teoria democrática, contudo, há diferentes concepções sobre dimensões como participação política, vigilância do poder político, promoção da igualdade entre os cidadãos e também sobre o debate de opiniões (MENDONÇA, 2016). Nesse contexto, o papel da comunicação de massa como arena para debate, fonte de informações para propiciar a participação e espaço de visibilidade para demandas de grupos sociais torna-se central para alguns autores (SOARES, 2009).

Além disso, a perspectiva da midiatização não é consenso acadêmico. Blumler e Coleman (2017), por exemplo, defendem que é necessário repensar a extensão desta teoria nos estudos de Comunicação Política. Mesmo reconhecendo que existem tensões enfrentadas pelos atores políticos entre seus propósitos e a necessidade de publicidade, por meio dos dispositivos de comunicação de massa, os autores argumentam que pode ser prematuro afirmar que os recursos políticos estejam se esgotando diante da lógica midiática. "Há sinais de que [...] o tráfego entre mídia e política não funciona ao longo de uma via unidirecional, mas sim em uma multiplicidade de interações recíprocas com consequências variáveis" (BLUMLER; COLEMAN, 2017, p. 21). Para eles, esta nova perspectiva está, inclusive, afetando a condução de pesquisas acadêmicas a respeito do tema.

Do ponto de vista normativo, Callaghan e Schnell (2001) apontam que espera-se que os *media* exerçam o papel de guardiões do interesse público, tendo como princípios norteadores de sua prática a verdade, o pluralismo, a objetividade e a exatidão. Anos de estudos científicos sobre o Jornalismo e a comunicação de massa (WOLF, 2010; TRAQUINA, 2005), entretanto, apontam para uma realidade que difere de tais princípios. Em meio a esta pluralidade de perspectivas, um dos conceitos que nos ajuda a compreender a atuação política da comunicação de massa é o de linha editorial, que será explorado brevemente na seção a seguir.

1.1.2 O Jornalismo como produto: a linha editorial das empresas de comunicação

Identificar os vieses da cobertura noticiosa sobre política é tarefa árdua, já que nem sempre o fato de um ator receber mais destaque na cobertura está relacionado à existência de uma preferência por parte da empresa de comunicação (COOK, 2011). Os rituais de produção noticiosa (SOUSA, 2001; TUCHMAN, 1983), assim, podem camuflar influências políticas, na medida em que o noticiário é construído com base em critérios de seleção e saliência. Uma das primeiras tentativas de compreender tais influências é o trabalho de Breed (1955) que, com bases sociológicas, ampliou o campo de observação do Jornalismo, saindo do indivíduo e pensando a organização como um todo.

De acordo com o autor, a linha editorial é estabelecida em empresas de comunicação pelos *publishers*, mas sua transmissão não é realizada de forma automática ou explícita. Assim, muitos dos repórteres afirmam que absorvem tais orientações por "osmose", o que, segundo Breed (1955), está relacionado a sanções e recompensas praticadas pelas empresas na rotina de trabalho. Dessa forma, ter um texto editado em demasia ou uma pauta "derrubada" constantemente faria com que o jornalista, aos poucos, repensasse suas práticas para obter maior sucesso profissional. No entanto, não são todos os repórteres que estão submetidos a esta lógica: os veteranos teriam maior liberdade para transgredir as regras e, com isso, subverter a linha editorial. Outros mecanismos, como a seleção de fontes e declarações, por exemplo, podem ser artifícios utilizados pelos repórteres para imprimir sua própria visão às notícias, em detrimento dos interesses da empresa em que trabalham.

Mensurar de que maneira tal influência ocorre no cotidiano das redações, contudo, é tarefa complexa visto que, na própria literatura científica, algumas vezes os estudos acabam por trazer hipóteses que mais se assemelham a teorias da conspiração, como aponta Azevedo (2009). As pesquisas que se dedicam a este tema têm tido especial destaque na literatura internacional. É o caso do estudo desenvolvido por Beckers et al. (2017), que busca investigar se existe homogeneidade entre os conteúdos publicados em diferentes empresas jornalísticas da Bélgica, levando em consideração aspectos como a propriedade destes meios e suas estruturas de trabalho. Um dos achados da pesquisa é de que as agendas – ou seja, os temas que ganham destaque na cobertura noticiosa (MCCOMBS, 2005) –

são semelhantes entre aqueles periódicos de propriedade do mesmo grupo empresarial.

Uma das expressões da linha editorial de um veículo, ademais, seriam os editoriais publicados (EILDERS, 1999), na medida em que estes textos, por si só, apresentariam um papel político dentro de uma empresa jornalística (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2015). Sendo assim, um dos caminhos presentes na literatura, em uma tentativa de mensurar a influência da linha editorial de um periódico sobre a sua produção noticiosa, é a análise destas peças (HO; QUINN, 2008) e a comparação entre editoriais e notícias (KAHN; KENNEY, 2002).

Apesar das dificuldades em realizar a mensuração destes posicionamentos e interferências do ponto de vista científico, algumas pesquisas trazem dados que indicam que, de fato, existe tal influência. A pesquisa de Marcelino, Rennó, Mendes e Gramacho (2009), por exemplo, aponta que, na perspectiva dos próprios jornalistas, editores, diretores e donos de empresas são os que mais têm influência sobre o conteúdo que é publicado pelas empresas.

O processo de construção da notícia, portanto, é permeado por tensões, conflitos e negociações. Um dos conceitos que nos ajuda a compreender como ele ocorre é o de enquadramento, que será detalhado nas seções que vêm a seguir.

1.2 O DEBATE SOBRE O CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

O ponto forte do conceito de enquadramento, para Brüggemann (2014), está em entender a comunicação como um processo pelo qual é possível dar sentido ao mundo. A noção de *framing* tem origem nos estudos de Gregory Bateson, que investigou, em seu trabalho como pesquisador, "as premissas psicológicas necessárias para se decifrar e dar sentido aos fatos e acontecimentos" (POZOBON; SCHAEFER, 2015, p. 122). Posteriormente, nos anos 1970, Erving Goffman se apropriou do termo para estudar de modo sistemático o modo como ocorrem as interações sociais entre os indivíduos. No campo de estudos sobre o Jornalismo, a pesquisa feita por Tuchman (1983) é um dos marcos no que diz respeito à aplicação deste conceito. A autora se debruçou sobre as rotinas e práticas que interferem na produção da notícia. Sua pesquisa se insere em um contexto teórico que vê o Jornalismo como uma atividade que promove a construção da realidade, na medida

em que faz recortes do mundo social – os *frames* – por meio de suas rotinas de trabalho.

Desde então os estudos de enquadramento vêm crescendo no campo científico (WEAVER, 2007; REESE, 2007). Borah (2011) explica que há duas vertentes principais de aplicação do conceito de *framing* no campo da comunicação: a sociológica, que se debruça sobre os quadros nas mensagens, e a psicológica, que estuda os efeitos dos enquadramentos sobre a audiência.

No que se refere à construção do *frame* nos dispositivos de comunicação de massa, Callaghan e Schnell (2001) consideram que os *media* são um espaço de disputa por visibilidade por parte dos atores políticos. Mas, segundo eles, ao mesmo tempo em que o enquadramento midiático pode servir como condutor para argumentos de atores sociais que estão no debate público, os *frames* podem, também, trazer visões construídas pelas próprias empresas comunicação de massa, que não representam nenhum desses grupos. Para esses autores, o processo de enquadrar é aquele em que "todos os atores políticos definem e dão significado para questões e as conectam a um ambiente político mais amplo"[7] (CALLAGHAN; SCHNELL, 2001, p. 185, tradução nossa).

Já para Reese (2007), enquadramentos são princípios organizadores e estruturas que estabelecem limites, na medida em que definem categorias e colocam algumas ideias dentro e outras fora daquele quadro de sentidos. De acordo com o autor, que salienta como os *frames* são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, essa concepção "captura o modo como os significados podem estar embutidos em histórias, na mídia e no tempo"[8] (REESE, 2007, p. 150, tradução nossa). Na visão de Chong e Druckman (2007), por outro lado, enquadrar é um processo que envolve o desenvolvimento de uma concepção a respeito de uma questão. Outras definições de *framing* muito citadas são as de Gitlin (2003), que fala de princípios de seleção, ênfase e apresentação dos fatos; e de Gamson e Modigliani (1987), cujo conceito se baseia na ideia de pacotes interpretativos que dão sentido aos eventos que se passam na realidade.

Chama a atenção, portanto, que mesmo dentro de uma mesma vertente existem diferenças quanto à definição do conceito (SCHEUFELE, 1999; BORAH,

---

[7] No original: "all political players define and give meaning to issues and connect them to a larger political environment".

[8] No original: "captures the way meaning can be embedded across stories, media and time".

2011). Weaver (2007) atribui a popularidade da noção de enquadramento justamente a essa amplitude de abordagens, já que essa perspectiva pode ser aplicada para o estudo de diferentes tipos e aspectos de mensagens. O resultado desta diversidade, contudo, são controvérsias tanto do ponto de vista conceitual (ENTMAN, 1993) como metodológico (MATTHES, 2009; MATTHES; KOHRING, 2008). Mendonça e Simões (2012) alertam para consequências desse processo:

> A primeira é a perda de precisão conceitual. Na medida em que a definição de um conceito se expande para abarcar fenômenos diferentes, há prejuízos no que concerne à sua exatidão. Os limites e contornos do conceito tornam-se dispersos e pouco claros. A segunda consequência potencialmente perigosa diz respeito a uma eventual fratura do conceito. Para além da expansão semântica, o conceito passa a ser usado com sentidos diferentes e, muitas vezes, conflitantes. Ainda que o termo pareça articular estudos diversos, o que se nota é o surgimento de um terreno teórico não partilhado; ou melhor, a emergência de terrenos teóricos distintos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 187).

Entman (1993) também vê a questão com cautela, apontando para a inexistência de um paradigma coeso quando se trata da pesquisa sobre enquadramento. D'Angelo (2002), por outro lado, argumenta que existe mais de um paradigma quando o assunto é *framing* – e que, justamente por isso, está sendo possível acumular conhecimento sobre o assunto. Ele defende, assim, que as pesquisas realizadas – apesar de distintas – não são isoladas, mas complementares na medida em que originam um panorama compreensivo a respeito dos enquadramentos e seus efeitos. Diz o autor: "Entman (1993) não leva em conta que várias, e até mesmo divergentes, teorias podem ser necessárias para entender o enquadramento"[9] (D'ANGELO, 2002, p. 872, tradução nossa).

Dentro dessa perspectiva, D'Angelo (2002) defende a existência de uma agenda de pesquisa no que diz respeito ao *framing*. Ele aponta quatro objetivos empíricos que norteiam, em maior ou menor grau, as pesquisas no campo: (1) identificar unidades temáticas denominadas enquadramentos; (2) investigar as condições para a produção de tais quadros; (3) observar como os *frames* interagem com as pré-disposições dos indivíduos e (4) qual o resultado desse processo na opinião pública e no debate sobre políticas públicas. Diferentes conceituações de

[9] No original: "Entman (1993) does not take into account that various, even competing, theories may be required to understand framing".

enquadramento, assim, nasceriam da necessidade prática dos pesquisadores em utilizar a noção de *framing* para estudar processos complexos.

De qualquer modo, parece ser consenso na literatura a existência de contradições conceituais no que diz respeito ao enquadramento. Um exemplo se relaciona à hipótese da *agenda-setting* (MCCOMBS, 2005, 2009), cujo segundo nível (a influência da comunicação de massa sobre *como* os assuntos são tratados pelo público) foi vinculado ao conceito de *framing* por alguns autores. Tal associação, contudo, parece ter caído em desuso, visto que poucos são os artigos que consideram os dois conceitos intercambiáveis (BORAH, 2011). Por outro lado, a relação entre o enquadramento e outro conceito, o de *priming*[10], ainda provoca opiniões divergentes na literatura (e.g. WEAVER, 2007; CHONG, DRUCKMAN, 2007), o que demonstra que concepções distintas convivem nas pesquisas realizadas utilizando o conceito de *framing* (SCHEUFELLE, 1999).

Apesar dessas divergências, Brüggemann (2014) apresenta pelo menos dois motivos que fazem com que a perspectiva do enquadramento seja frutífera do ponto de vista teórico. Primeiro, ele afirma que a noção de *framing* permite um estudo mais amplo da produção jornalística, que vai além da ideia de que o repórter simplesmente seleciona aquilo que se tornará notícia por meio de critérios previamente estabelecidos (por exemplo, as ideias de *gatekeeper* e de critérios de noticiabilidade). Para além disso, "os jornalistas estão envolvidos em um processo mais amplo que consiste em *definir o que é um assunto* no debate público"[11] (BRÜGGEMANN, 2014, p. 62, tradução nossa, grifos do autor). Além disso, o autor diz que há outra importante área dos estudos de enquadramento: a que se debruça sobre os processos de *frame building* e, assim, investiga como tais enquadramentos chegam ao conteúdo noticioso.

Tendo esta vasta agenda de pesquisa em vista, sendo assim, torna-se apropriado citar algumas das tipologias feitas para os estudos de enquadramento para, posteriormente, situar o presente trabalho quanto a seu lugar teórico e metodológico dentro desta discussão. Deixamos claro, contudo, que não é intenção desta dissertação explorar exaustivamente as definições divergentes sobre o que

[10] Para Weaver (2007, p. 145, tradução nossa), o *priming* diz respeito a "fazer certos fatos ou atributos mais salientes e mais acessíveis para a formação de opiniões" (no original: "Making certain issues or attributes more salient and more likely to be accessed in forming opinions").

[11] No original: "Journalists are involved in a wider process of *defining what is an issue* in public debates".

seria um *frame*, trabalho já realizado por outros autores (ARAÚJO, 2017; BORAH, 2011; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; VIMIEIRO, 2010; POZOBON; SCHAEFER, 2015; MONT'ALVERNE, 2016).

Uma das tentativas de organizar essa pluralidade de definições foi feita por Mendonça e Simões (2012), que categorizaram os estudos de enquadramento sob o ponto de vista da apropriação do conceito, definindo três tipos de *frame analysis*. O primeiro diz respeito a pesquisas focadas na análise da situação interativa, isto é, aquelas que se debruçam sobre as interações sociais. Nestes estudos "o *enquadre* se aproxima da ideia de *contexto*, ainda que não sejam sinônimos. Os quadros são vistos como as molduras que permitem identificar a situação interativa, bem como o envolvimento dos atores ali" (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193, grifos dos autores).

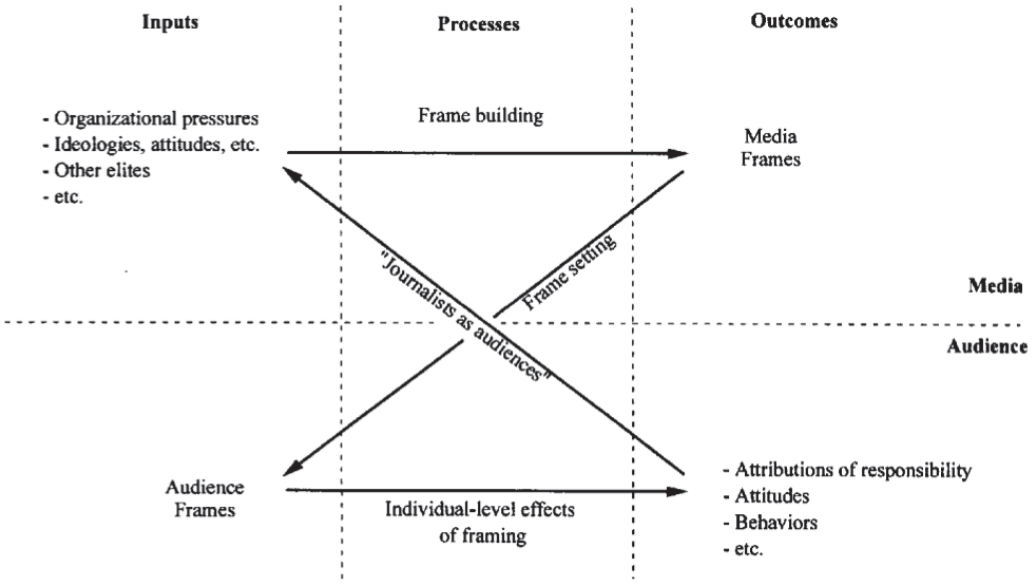
A segunda apropriação do conceito de enquadramento, de acordo com os autores, é aplicada na análise de conteúdo discursivo. Nesse caso o *frame* é operacionalizado para identificar como enunciados e discursos enquadram a realidade, formando as chamadas molduras de sentido para a interpretação do mundo. Sendo assim, o foco das pesquisas não é o contexto da interação, e sim o próprio conteúdo dos discursos. Mendonça e Simões (2012) apontam que tal abordagem é a mais utilizada em estudos de Jornalismo e de Comunicação Política.

Por fim, os autores identificam a abordagem que analisa o efeito estratégico dos enquadramentos. Nela, os *frames* são vistos como ferramentas de atores sociais, que os utilizam para gerar determinados efeitos. No campo da Comunicação Política, estas pesquisas se associam a estudos de *agenda-setting* e *priming*. "As pesquisas dessa vertente estudam como a comunicação pode ser enviesada de modo a influenciar as pessoas ou que tipos de constrangimentos podem limitar esses efeitos diretos. *Frames* são, aqui, um viés construído pelo enunciador" (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 195).

Pozobon e Schaefer (2015), por outro lado, apontam para quatro dimensões utilizadas na literatura pra a construção de tipologias no que se refere aos estudos de enquadramento. Segundo eles, as pesquisas são classificadas (1) de acordo com a fonte dos *frames*; (2) dependendo do modo de operacionalização do conceito; (3) quanto à aplicação da ideia de enquadramento; e (4) de acordo com o tema investigado.

A primeira dimensão, da fonte dos enquadramentos, é encontrada, por exemplo, no trabalho de Scheufele (1999). O autor aponta pra a existência de dois tipos de *frames*: os da mídia e os da audiência. Para ele, ambos se relacionam em um modelo processual, que envolve *inputs*, como pressões organizacionais e posicionamentos ideológicos, e *outcomes*, que podem ser os enquadramentos midiáticos ou, na esfera da audiência, as atitudes, comportamentos e a atribuição de responsabilidade por questões públicas. O desenho proposto pelo autor está descrito na figura a seguir.

FIGURA 1 – MODELO PROCESSUAL DE SCHEUFELE (1999)



FONTE: SCHEUFELE (1999).

Dialogando com esta concepção, De Vreese (2005) também propõe uma abordagem de *framing* como processo, integrando produção, conteúdo e efeitos. Nessa perspectiva, a comunicação envolveria "*frame-building* (como os enquadramentos emergem) e *frame-setting* (a interface entre os enquadramentos da mídia e as predisposições da audiência)"[12] (DE VREESE, 2005, p. 51, tradução nossa). A primeira dimensão, de construção do *frame*, refere-se a fatores que podem interferir em características dos enquadramentos – os *inputs* de Scheufele (1999). Exemplos são as práticas jornalísticas nas redações, os constrangimentos

[12] No original: "frame-building (how frames emerge) and frame-setting (the interplay between media frames and audience predispositions)".

organizacionais e temporais, a interação entre os profissionais e outros atores (como movimentos sociais e elites), etc. Já o segundo aspecto, de *frame-setting*, se relaciona ao modo como a audiência recebe tais enquadramentos, levando em conta seu conhecimento prévio e suas predisposições.

Entman (1993) traz perspectiva semelhante ao afirmar que os enquadramentos podem estar em pelo menos quatro espaços do processo comunicativo: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Acrescentando mais uma dimensão a este processo, Brüggemann (2014) trata do *frame-sending*, que consiste na prática de reprodução, pelo Jornalismo, de enquadramentos produzidos por outros atores sociais. Essa etapa se difere do *frame-setting* na medida em que os quadros não são produzidos pelo jornalista, mas se constituem como reproduções de outras interpretações. O autor salienta que, na prática, não é possível que esses processos aconteçam de forma única. Isso porque é impossível fazer Jornalismo de forma completamente neutra e objetiva (o *frame-sending* em sua essência) e, além disso, porque o material jornalístico não é resultado, somente, de decisões individuais dos jornalistas (o que seria o *frame-setting* propriamente dito). Sendo assim, os jornalistas estão sempre praticando algum grau de *frame-setting* aliado a outro de *frame-sending*.

Alguns fatores, entretanto, podem contribuir para que o jornalista produza novos enquadramentos ao invés de reproduzir os já estabelecidos por outros atores. Brüggemann (2014) aponta fatores em três níveis: o individual, o organizacional ou profissional e o macro. No primeiro, dois aspectos podem levar os jornalistas a praticarem o *frame-setting*: noções do papel do Jornalismo como defensor do interesse público e, sendo assim, detentor da função de determinar qual enquadramento é o mais apropriado para a questão em debate; e opiniões e valores pessoais arraigados. Do ponto de vista organizacional, podem interferir fatores diversos, como o grau de independência e o lugar do profissional na hierarquia interna do veículo de comunicação, além do nível de especialização do repórter no assunto abordado. Por fim, quando considerado o nível macro, o autor aponta três questões que favorecem o *frame-setting*: a presença de um consenso sobre uma questão e a sua relação com o *frame* do próprio jornalista como indivíduo; a cultura jornalística do sistema de mídia em que o profissional está inserido; e a resposta do público. Todos estes aspectos são baseados na necessidade do jornalista por validação social.

Já a segunda dimensão apontada por Pozobon e Schaefer (2015) – dos modos pelos quais o conceito de enquadramento pode ser operacionalizado – constitui outra discussão travada no trabalho de Scheufele (1999). O autor afirma que, do ponto de vista do desenho da pesquisa, enquadramentos podem aparecer como variáveis dependentes ou independentes nos estudos acadêmicos. No primeiro caso, as pesquisas envolvem fatores que influenciam a criação ou modificação de enquadramentos. No âmbito dos *media*, tais aspectos podem se relacionar a variáveis organizacionais, socioculturais, individuais ou ideológicas. Já quando se trata dos *frames* da audiência, o desenho se relaciona à influência dos enquadramentos da mídia na opinião pública. Quando os enquadramentos são vistos como variáveis independentes, por outro lado, as pesquisas estão mais preocupadas com os chamados efeitos da mídia, como por exemplo no engajamento de atores na participação política.

Em terceiro lugar no trabalho de Pozobon e Schaefer (2015), a forma como o conceito de enquadramento é aplicado diz respeito a duas perspectivas sintetizadas por Vimieiro e Dantas (2009). A primeira delas, “num enfoque mais restrito, [é aquela em que] os enquadramentos dizem da formatação, da disposição das mensagens, dos diversos recursos visuais e verbais utilizados na apresentação de uma notícia” (VIMIEIRO; DANTAS, 2009, p. 3). Já a segunda é uma visão ampla e cultural, em que os enquadramentos estão mais relacionados a questões sociais do que a aspectos individuais. Dizem as autoras: “Aqui, os enquadramentos são tratados como esquemas interpretativos, chaves de sentido, que organizam as interpretações coletivas ao associar elementos da realidade social” (Ibidem, p. 5).

Por fim, a última dimensão apontada por Pozobon e Schaefer (2015) se refere à abordagem metodológica das pesquisas de enquadramento, que podem se utilizar de uma perspectiva específica ou genérica. Tal distinção será tratada com mais pormenor no tópico seguinte, em que discutimos justamente as diferentes formas de operacionalizar o conceito de enquadramento do ponto de vista metodológico.

A ponte entre a definição do que é enquadramento e a operacionalização do conceito do ponto de vista metodológico, no entanto, não parece tão simples. Matthes (2009) aponta que muitos estudos de *frame analysis* não traduzem as definições conceituais em passos concretos de análise metodológica, dando poucas informações sobre como os quadros foram identificados. Esses problemas geram o

que ele chama de “caixa preta metodológica”, que prejudica a confiabilidade e validade das pesquisas feitas na área.

Tendo em vista esses desafios, o presente estudo se baseia na definição dada por Entman (1993) para um *frame* – dedicada à análise do conteúdo dos enquadramentos. De acordo com o autor, enquadrar significa “selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, de modo a promover uma definição do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para a questão descrita”[13] (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). Os modos de operacionalizar esta definição, no entanto, podem variar quando pensamos em como extrair os *frames* dos textos analisados. Algumas destas opções metodológicas serão vistas na seção a seguir.

1.3 *FRAMING* E ALGUMAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

As pesquisas que se utilizam do conceito de enquadramento, aplicando-o como metodologia, podem ter caráter qualitativo, quantitativo ou mesmo híbrido, mesclando as duas perspectivas (ARAÚJO, 2017). Como tratamos anteriormente, uma das maneiras de classificar os estudos de enquadramento diz respeito ao modo como os *frames* são extraídos do corpus da pesquisa (POZOBON; SCHAEFER, 2015). Classificações deste tipo, que se relacionam às opções metodológicas dos pesquisadores, foram feitas por autores como De Vreese (2005) e Matthes e Kohring (2008). O primeiro autor apresenta uma tipologia com duas possibilidades de estudos de enquadramento: os que identificam *issue-specific frames* e aqueles que buscam encontrar *generic frames*. Ambas se relacionam à metodologia para extrair os enquadramentos do *corpus* de análise, utilizando técnicas indutivas – em que os enquadramentos surgem a partir do contato com o material observado – ou dedutivas – que buscam enquadramentos previamente definidos nos textos analisados.

Um exemplo de utilização de *issue-specific frames* é a própria operacionalização das categorias de Entman (1993), como já realizado por alguns

[13] No original: “To frame is to *select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation* for the item described”.

autores (PRIOR; GUAZINA; ARAÚJO, 2015; SAMPAIO; FERRACIOLI; FONTES, 2016; ZHOU; MOY, 2007). Borah (2011) salienta a importância desse tipo de abordagem na medida em que ela possibilita a compreensão de um evento ou fato específico. A autora destaca, entretanto, a importância de conectar esses estudos a uma discussão mais ampla a respeito dos enquadramentos da mídia.

Tipologias para *generic frames*, por outro lado, podem ser encontradas em pesquisas como a de Iyengar (1996), que propõe dois enquadramentos distintos: o episódico, que essencialmente ilustra e descreve os acontecimentos; e o temático, que insere os fatos em contextos mais amplos e os situa do ponto de vista histórico e geográfico, por exemplo. Na prática, segundo o autor, esses enquadramentos não aparecem de forma isolada, cabendo ao pesquisador identificar o que predomina em cada conteúdo analisado.

Outra forma de aplicação dos enquadramentos genéricos é a classificação feita por Semetko e Valkenburg (2000), que apontam para cinco enquadramentos noticiosos: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Para identificar os enquadramentos, os autores propõem que os codificadores respondam a perguntas em formato *dummy* (sim ou não) para cada um dos *frames*. Desta forma, seriam reduzidas as influências subjetivas dos codificadores e, além disso, seria possível comparar estudos feitos a respeito de objetos distintos, identificando padrões nas coberturas midiáticas. Essa tipologia já foi aplicada em pesquisas como o de Ferracioli (2017), que procurou relacionar os enquadramentos da mídia ao papel do Jornalismo como promotor do debate deliberativo. Rizzotto, Antonelli e Ferracioli (2016), em artigo sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil, defendem que o uso de *issue-specific frames* é mais indicado para a realização de estudos de caso, enquanto os *generic frames* têm sua aplicação mais proveitosa quando a busca é por compreender questões comunicacionais ou papéis desempenhados pelo Jornalismo.

Por outro lado, Matthes e Kohring (2008) estabelecem cinco abordagens metodológicas distintas para a análise de enquadramentos da mídia. A primeira delas é a dedutiva, baseada em *frames* descritos na literatura. Dessa forma, o pesquisador busca identificar em seu *corpus* quadros previamente estabelecidos, independentemente das especificidades de seu objeto. Os autores apontam as limitações dessa perspectiva: “Como podemos ter certeza de que não estamos perdendo *frames* importantes na análise? Logo, esse método é bastante inflexível

quando se trata de identificar novos enquadramentos"[14] (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 262, tradução nossa).

As outras quatro perspectivas metodológicas, por outro lado, se estabelecem como técnicas indutivas. A primeira, *hermenêutica*, se baseia na análise qualitativa de pequenas amostras do objeto de pesquisa. O objetivo é identificar os enquadramentos a partir de uma estratégia interpretativa, que procura estabelecer relações entres os *frames* midiáticos e elementos culturais. Os autores apontam que, nesse caso, os enquadramentos são descritos em profundidade e não há quantificação do material analisado. Eles criticam essa abordagem salientando a dificuldade em identificar como os *frames* foram extraídos do material de análise, já que trata-se de uma metodologia altamente centrada nas impressões do pesquisador. Questiona-se, assim, um possível viés nos resultados e, além disso, se os achados desse tipo de pesquisa são realmente significativos de um ponto de vista mais amplo.

A segunda abordagem, a *linguística*, procura identificar os *frames* por meio da seleção, do posicionamento e da estrutura das sentenças em um texto. Por isso, a unidade de análise nessas pesquisas não é o texto inteiro, mas os parágrafos que o compõem. "A abordagem linguística é semelhante aos estudos hermenêuticos. Entretanto, a principal diferença é que nela pesquisadores claramente determinam elementos linguísticos que estão relacionados a um *frame*"[15] (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 260, tradução nossa). De acordo com os autores a vantagem dessa abordagem está em possibilitar uma análise mais sistemática e completa dos textos midiáticos. No entanto, sua complexidade dificulta a pesquisa com grandes quantidades de textos.

O terceiro tipo de estudo de enquadramento descrito por Matthes e Kohring (2008) é o *holístico manual.* Nele, inicialmente, é desenvolvido um livro de códigos a partir do contato com o *corpus*. Depois, essas variáveis são codificadas no material completo por meio de uma Análise de Conteúdo manual. Os autores salientam que a validade e a confiabilidade desse tipo de estudo depende, assim como na

[14] No original: "Hence, deductive studies are limited to already established frames. But, how can we be sure that we do not miss important frames when analyzing an evolving issue? Therefore, this method is quite inflexible when it comes to the identification of newly emerging frames".

[15] No original: "The linguistic approach is similar to the hermeneutic studies described above. However, the crucial difference is that linguistic researchers clearly determine linguistic elements that signify a frame".

abordagem hermenêutica, da clareza a respeito do modo como os *frames* foram extraídos do material analisado.

> Sem apontar os critérios para a identificação dos enquadramentos, a avaliação cai em uma caixa preta metodológica. Em outras palavras, corre-se o risco de extrair os *frames* do pesquisador, e não os da mídia. Isso porque a percepção e a codificação dos enquadramentos depende fortemente de como o pesquisador percebe a questão. Na maioria dos estudos, não há critério que explica como os *frames*, e a quantidade deles, foram encontrados[16] (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 260, tradução nossa).

Por fim, a última abordagem indutiva proposta pelos autores é a *assistida por computador*. O objetivo, utilizando essa metodologia, é aumentar a confiabilidade e objetividade dos dados obtidos. Com base na noção de que os enquadramentos se manifestam pelo uso de palavras específicas, sendo assim, essa abordagem procura mapear os *frames* de modo quantitativo. A intenção é encontrar as palavras mais frequentes e as relações entre elas, formando padrões de manifestação destes termos. Com isso, a vantagem seria de que os *frames* não são identificados pelo pesquisador, mas sim por um *software* de computador, o que traria maior confiabilidade aos estudos. No entanto, algumas palavras podem não aparecer com tanta frequência e, mesmo assim, serem centrais para a definição de um *frame* – aspecto que um algoritmo não poderia identificar.

Se relacionarmos a divisão de Matthes e Kohring (2008) à perspectiva de De Vreese (2005), os *generic frames* equivaleriam à primeira das cinco perspectivas dos primeiros autores. Já os *issue-specific frames* se refeririam às demais, que procuram identificar enquadramentos referentes a cada objeto de pesquisa. As distinções entre enquadramentos específicos e genéricos não implicam, porém, que os estudos de *framing* precisem, necessariamente, escolher entre uma abordagem e outra. Para Brüggemann (2014), é importante perceber como os *generic frames* podem ser entendidos como estruturas presentes nos enquadramentos específicos. Assim, as duas concepções não são formas excludentes de operacionalizar o conceito de enquadramento, mas sim camadas complementares do processo de *framing*.

---

[16] No original: “Without naming the criteria for the identification of frames, their assessment falls into a methodological black box. In other words, one runs the risk of extracting researcher frames, not media frames. This is because the perception and coding of frames strongly depend upon how the researcher perceives the issue. In most studies, there is no criterion for which frames, and how many, are to be found”.

Apesar disso, a associação de ambas as perspectivas ainda parece ser incipiente nos estudos de enquadramento. É o que aponta a pesquisa de Borah (2011), que procurou diagnosticar qual é a abordagem mais comum nesta área de pesquisa. Para tanto, a autora realizou uma Análise de Conteúdo dos artigos publicados em 93 periódicos científicos durante dez anos. Um dos aspectos verificados pela autora diz respeito à aplicação do conceito de enquadramento sob a perspectiva de *frames* genéricos ou específicos. De acordo com os dados, a maioria dos artigos (49,1%) se dedicou a identificar os enquadramentos praticados para um objeto específico, enquanto 32,9% se utilizaram de *frames* já diagnosticados na literatura para a realização do trabalho empírico. Apenas 6,4% deles fizeram uso das duas perspectivas.

Tendo em vista esse cenário, a presente dissertação busca dar uma contribuição ao campo associando a análise de enquadramentos específicos à de *frames* genéricos. Os detalhes da proposta metodológica serão discutidos mais adiante, no capítulo três deste trabalho. A seguir, abordamos com mais pormenor os estudos que se debruçam sobre nosso objeto de pesquisa: o crack e suas representações no Jornalismo.

2 AS DROGAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS: COBERTURA JORNALÍSTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentro do exercício da política, a construção e a concretização de decisões concernem o campo de políticas públicas. Um dos elementos fundamentais para que uma política pública seja concretizada é a existência de um problema que seja compreendido como relevante para toda a sociedade (SECCHI, 2014). Assim, é preciso que exista uma perspectiva comum de que a configuração daquela questão não é satisfatória para a coletividade, e de que é possível melhorá-la. Secchi (2014, p. 07) afirma que uma política pública é "uma diretriz, ou seja, uma orientação de um *policymaker* à atividade ou à passividade de um *policytaker*, e também é o conjunto de ações ou inações derivadas dessa diretriz".

Entre as perspectivas teóricas a respeito da formulação de políticas públicas existem controvérsias a respeito de quem pode desenvolvê-las: somente atores estatais ou, em um espectro mais amplo, também organizações privadas, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, etc. Secchi (2014) defende que a chave para definir uma política como pública é o problema ao qual ela está endereçada, de modo que atores não estatais também podem fazer parte do processo. Assim, as ações desenvolvidas no seio do Estado seriam denominadas políticas governamentais e, mesmo sendo predominantes dentro do campo, não seriam consideradas o único tipo de política pública.

Entre as tipologias desenvolvidas nesse campo de estudos, além disso, está a noção de que uma política pública é desenvolvida por meio de um ciclo. Trata-se de um processo dinâmico constituído por etapas, que incluem a formação de uma agenda, a identificação de alternativas, a avaliação e seleção das opções, a implementação do modelo e a avaliação dos resultados (SOUZA, 2006). Na fase de formação da agenda, atores externos aos governos – como as empresas de comunicação – podem ser determinantes para que aquele problema seja compreendido pela sociedade como merecedor de uma intervenção estatal. A atenção a uma determinada questão, ademais, pode ser cíclica: episódios marcantes ou questões sazonais podem fazer com que um problema entre e saia da agenda institucional, que é constituída pelas questões para as quais o poder público resolveu investir seus esforços (SECCHI, 2014).

Secchi (2014) também defende que a mídia tem papel determinante na outra ponta do ciclo de políticas públicas, na fase de avaliação das ações. Isso porque, para o autor, os dispositivos de comunicação de massa podem propagar interpretações de sucesso ou fracasso de uma determinada política pública, ajudando na formação de consensos sobre a extinção ou continuação daquela iniciativa.

Tendo essas considerações em vista, como já exposto, a presente dissertação busca compreender a atuação do Jornalismo – levando em conta a dimensão política desta atividade – no que diz respeito à questão do crack em São Paulo. Sendo assim, esse capítulo se dedica a esclarecer, no tópico a seguir, como esse problema se estabelece como relevante para a sociedade. Além disso, na seção 2.2, detalhamos algumas das políticas governamentais já implementadas buscando soluções para o tema na capital paulista.

2.1 O CRACK NAS CIDADES BRASILEIRAS

Os últimos anos apresentaram uma mudança no perfil de uso de drogas não só no Brasil, mas também em outros países do mundo (BASTOS; BERTONI, 2014). O consumo de drogas injetáveis sofreu declínio em relação a outras formas de administração. Além disso, as próprias substâncias utilizadas sofreram modificações, seja pela necessidade de despistar autoridades ou por questões relacionadas ao tráfico como mercado. Neste contexto, o crack ganha destaque porque, apesar de ser um derivado da cocaína, tem usuários que formam grupos claramente delimitados em relação aos demais. Além disso, os danos associados ao seu consumo ultrapassam o quadro de dependência, trazendo também prejuízos de cunho social que levam a contextos de marginalização.

Em pesquisa utilizando o método etnográfico, Adorno e Raupp (2010) detalham como são as cenas de uso de crack na região da chamada “cracolândia”, no centro de São Paulo. Os autores descrevem uma área que mescla atividades comerciais com zonas degradadas de prostituição, prédios abandonados e uso de entorpecentes. De acordo com eles, os casos de violência entre os dependentes se misturam a atitudes de solidariedade entre os usuários, que se sentem parte de uma comunidade e procuram se ajudar em situações de dificuldade. Outro ponto marcante apontado por Adorno e Raupp (2010) é a obsessão pelo uso da droga, o

que gera desleixo em relação a cuidados pessoais e problemas de saúde entre os usuários.

Já Jorge, Quinderé, Yasui e Albuquerque (2013) realizaram entrevistas semiestruturadas com 21 dependentes de crack atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) de Fortaleza, no Ceará. O estudo também contemplou entrevistas com 15 funcionários destes espaços, entre psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, assistentes sociais e outros trabalhadores. Os resultados da pesquisa indicam que o início do uso de crack provém do consumo de outras substâncias psicoativas, as quais continuam sendo utilizadas concomitantemente com a "pedra". A migração mais frequente, de acordo com o relato dos usuários, é da cocaína em pó para o crack, em busca de efeitos mais rápidos a custo mais baixo. Além disso, os autores apontam que "o fato dos usuários migrarem para o crack pode estar relacionado a quererem sentir novas sensações e a experimentarem um efeito mais intenso e diferente" (JORGE et al., 2013, p. 2912).

Impulsos para o início do uso de drogas, de acordo com eles, têm relação com aspectos sociais, como a facilidade de acesso a essas substâncias. Com relação ao crack, os autores destacam o caráter de "novidade" da droga, presente na fala de alguns dependentes que afirmaram que a vontade de experimentar veio da percepção de que a "pedra" era a nova "moda". Os padrões de consumo relatados, além disso, se relacionam à repetição, ao exagero e à compulsão.

O estudo feito por Jorge et al. (2013) descreve, ainda, as formas de uso da droga. Três instrumentos são os mais utilizados para a queima das "pedras": latas, cachimbos e maricas. O uso acontece, ainda, em cigarros conhecidos como "pitilhos" – quando há mistura com o tabaco – ou "mesclados" – quando há associação com maconha. A queima na lata ou no cachimbo é mais comum por ter efeitos mais intensos. No entanto, nesses casos as sensações são efêmeras e, além disso, a prática provoca o aparecimento de bolhas e feridas por conta de queimaduras. Quando o crack é consumido puro, ademais, há inibição da fome e do sono.

Por fim, com relação aos locais de uso da droga, os autores apontam como fator determinante a questão financeira. Assim, usuários com melhor poder aquisitivo dizem fazer uso da "pedra" em lugares mais protegidos, como dentro de casa.

> Determinados grupos sociais apresentam maior vulnerabilidade quando utilizam o crack, demonstrando mais uma vez que não se trata apenas do efeito da substância no organismo humano que promove os danos sociais e à saúde de seus usuários, mas todo o contexto de uso e as características sociais dos grupos que o utilizam. Fatores [importantes são] (...): gênero – usuárias do sexo feminino são mais vulneráveis a abuso sexual e agravos de ordem física; faixa-etária – usuários jovens e adultos jovens usam crack mais frequentemente associado a processos disruptivos em relação à sua vida social; o vínculo com instituições como família, escola e inserção no trabalho formal ou informal, ou seja, usuários de crack que mantêm, minimamente, uma rede de apoio familiar e social e vinculações formais no mercado de trabalho têm mais recursos de acesso ao cuidado, bem como maior alcance a fatores de proteção (JORGE et al., 2013, p. 2916).

Esse cenário demonstra a amplitude do problema e, como consequência, a dificuldade em estabelecer políticas públicas que tratem da questão de forma ampla. Além disso, os programas governamentais destinados ao combate ao uso de crack se inserem em um contexto de contradição vivido no Estado brasileiro. Ao mesmo tempo em que, em 2006, a legislação no país passou a reconhecer a diferença entre o traficante e o usuário/dependente (BRASIL, 2006), ainda persistem políticas públicas centradas na “guerras às drogas”, de cunho proibicionista. Machado e Boarini (2013) explicam que esse tipo de perspectiva é caracterizada por “medidas de alta exigência, ações baseadas no medo à repressão, na persuasão moral e na intolerância ao uso de drogas, que impõem a abstinência como pré-condição para o ingresso em um programa de tratamento” (MACHADO; BOARINI, 2013, p. 582).

Esse posicionamento se relaciona, principalmente, aos tratados internacionais Antidrogas, dos quais o Brasil é um dos países signatários: a Convenção Única de Narcóticos, de 1961; a Convenção de Drogas Psicotrópicas, de 1971; e a Convenção contra o Tráfico Ilegal de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas, de 1988. Fonseca e Bastos (2014) explicam que as convenções da ONU (Organização das Nações Unidas) para drogas acabam por subordinar as medidas governamentais sobre o tema, pois os custos internacionais de burlar estes tratados são elevados. Além disso, os autores apontam para a existência de dinâmicas que envolvem a própria Comissão de Narcóticos da organização, na qual entram em conflito as perspectivas de países como EUA e Japão, defendendo medidas repressivas, e Holanda, favorável de ações de redução de danos.

Esta última perspectiva, por sua vez, tem suas origens no combate ao HIV, nos anos 1980. Sua principal característica é retirar do foco da política pública a abstinência e a erradicação das drogas, priorizando o direito à saúde e o respeito à

liberdade individual do usuário. No caso do consumo de crack, estratégias de redução de danos “podem incluir a confecção de cachimbos próprios para evitar o fumo em recipientes potencialmente contaminados, a distribuição de piteiras de silicone, protetor labial, informações e educação sobre doenças sexualmente transmissíveis, (...) entre outras” (MACHADO; BOARINI, 2013, p. 591).

Além da abordagem sob o viés da saúde – que visa minimizar os chamados comportamentos de risco –, a atual concepção de redução de danos traz, ainda, a perspectiva da vulnerabilidade das pessoas atendidas. Trata-se de reconhecer que, para além de aspectos físicos, o uso de drogas também envolve as esferas social, econômica e política sendo, assim, um fenômeno multideterminado. Diante dessa complexidade, estratégias que visam simplesmente causar pânico moral e repressão são vistas como ultrapassadas. Mas, no caso brasileiro, tais concepções ainda existem até mesmo em propagandas educativas, com slogans como “Drogas, tô fora” ou “Drogas, nem morto” (MACHADO; BOARINI, 2013).

A partir desta contextualização do problema em debate, exploramos, no tópico a seguir, estudos que tratam da forma como a questão é apresentada no conteúdo jornalístico.

2.1.1 Representações jornalísticas sobre o uso de drogas

Apesar da multiplicidade de questões que envolvem o uso de crack, a cobertura midiática sobre o tema tende a ser superficial – e não só no Brasil. É o que mostram estudos como o de Golub e Hartman (1999), em que os autores examinam a cobertura sobre a droga em matérias publicadas nos Estados Unidos. O objetivo deles era perceber se, com o aumento do conhecimento científico sobre o crack, a cobertura passaria a ser mais aprofundada, deixando de lado alguns mitos e o tom de pânico. A conclusão dos autores, no entanto, é de que as notícias sofreram poucas mudanças significativas ao longo do tempo. Apesar de corrigir algumas distorções, os textos continuaram a perpetuar um sentimento de medo em relação à questão.

No Brasil, a literatura sobre como os dispositivos de comunicação abordam o uso de crack ainda não atingiu grande volume de produção (MOREIRA et al., 2015). Alguns artigos, como o de Bruck (2013), abordam a cobertura sobre o tema em capitais do país. O autor observou textos publicados no jornal *Estado de Minas*

entre os anos de 1996 e 2011 e, assim como Golub e Hartman (1999), encontrou no conteúdo mitos em relação à droga. “Entre algumas dessas crenças e imaginários estão, por exemplo, relatos que dão conta de que ‘se queimar a pedra uma vez já está viciado’, ‘o crack mata em poucos dias’, ‘a pessoa que fuma crack tem vontade de matar’ e ‘o usuário de crack é irrecuperável’”. (BRUCK, 2013, p. 178). Bruck (2013) também destaca a elaboração de narrativas com apelo emocional, enfatizando experiências traumáticas, tragédias e situações de violência. Outro estudo, de Lopes (2013), aponta, ademais, que a abordagem que enfoca questões de segurança pública se sobrepõe à ênfase de aspectos relacionados à saúde, por exemplo.

Em pesquisa qualitativa sobre uma série de reportagens publicadas em 2008 pelo jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, Romanini e Roso (2010) também encontram alguns estereótipos relacionadas à droga. Os autores chamam a atenção para o uso inadequado da palavra “epidemia”, que dá título à série publicada pelo periódico, dando a entender que o uso de crack é uma nova doença que acomete a maioria da população. Além disso, eles dizem que, nesta série, o crack é representado como “algo que tem vida própria e que invade os lares para destruir famílias” (ROMANINI; ROSO, 2010, p. 03). Algumas das imagens associadas ao crack são a da droga que vicia em segundos, que destrói famílias e submete os dependentes à degradação moral e ao crime.

Estes estudos apontam, portanto, que as imagens produzidas pelo Jornalismo a respeito do crack tendem a reproduzir estereótipos que nem sempre condizem com a realidade. O levantamento organizado por Bastos e Bertoni (2014) sobre usuários da droga, por exemplo, aponta para padrões de uso que variam entre cinco e oito anos, contrariando a noção, presente no senso comum e aparentemente reforçada pelos dispositivos de comunicação de massa, de que a sobrevida dos usuários de crack é extremamente baixa.

Outros trabalhos se debruçaram sobre a cobertura midiática a respeito de drogas em geral, incluindo as lícitas. Noto et al. (2003) analisaram as matérias publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Estado*, *O Povo* e *A Crítica*, além das veiculadas em revistas como *Veja, IstoÉ* e *Época*, que trataram sobre o assunto no ano de 1998. Na amostra feita pelos autores, foram considerados apenas os textos situados na editoria de saúde excluindo, assim, aqueles que tratavam do tema sob o ponto de vista da segurança pública.

O *corpus* do estudo contou, majoritariamente, com material publicado em jornais diários: os textos destes periódicos representaram 90,8% do conteúdo da pesquisa. A análise mostrou que houve predomínio de profissionais ou especialistas como fontes nos textos (60,4% e 41,2%, respectivamente). Com relação às possíveis intervenções para resolver o problema, destacaram-se tratamento (33,5% do *corpus*), questões de legislação e prevenção (26% das matérias cada). Apenas 6,8% dos textos mencionaram como estratégias proveitosas as políticas de redução de danos, com predominância da discussão sobre a transmissão do HIV. A repressão, por outro lado, apareceu em 23,5% dos casos.

Noto et al. (2003) também distinguem, nesse trabalho, as abordagens dos textos para cada tipo de droga. Eles apontam que 9,2% das matérias observadas trataram do uso dos derivados da coca, entre os quais se inclui o crack. Nesses casos, houve ênfase nos prejuízos relacionados ao uso dessas substâncias, com destaque para as histórias de pessoas em situação de rua ou com baixo poder aquisitivo. Tratamento (45,6%) e repressão (34,8%) novamente aparecem como as medidas mais apropriadas para enfrentamento do problema. Os autores destacam que, no *corpus* total, houve reforço de estereótipos relacionados a cada tipo de droga:

> A heroína é apresentada na imprensa brasileira como um suposto problema crescente no País; a cocaína, como um problema já instalado, responsável por inúmeros casos de dependência e de violência; e a maconha, como uma droga relativamente segura, de uso consumado e aberto para negociações na legislação relativa ao seu uso (NOTO et al., 2003, p. 76).

Ronzani et al. (2009) fizeram estudo semelhante, porém abrangendo um período de tempo mais longo. Os autores observaram, utilizando a técnica da Análise de Conteúdo, matérias publicadas em uma revista[17] de circulação nacional entre os anos de 1999 e 2003. Entre as 481 matérias analisadas por eles, a droga mais recorrentemente abordada foi o cigarro, com 21,2%, seguido de perto pela cocaína, discutida em 20,8% dos textos. O crack apareceu entre os últimos lugares, em 5,4% do *corpus*, à frente de drogas como o ecstasy, os anabolizantes, as anfetaminas e o ópio. Na categorização feita pelos autores, 80% das unidades de análise que trataram da questão do crack o fizeram na editoria de comportamento,

[17] Os autores não especificam de qual revista os textos foram retirados, o que enfraquece seus argumentos por conta da falta de transparência metodológica.

envolvendo abordagens relacionadas à dependência, à educação, à crença, à biografia, ao consumo e às implicações sociais. Nenhum dos textos, contudo, foi classificado na abordagem de saúde.

Os autores afirmam que o destaque dado para o uso de determinadas drogas no *corpus* analisado não corresponde aos dados epidemiológicos a respeito do uso de substâncias psicotrópicas. Assim, drogas como os solventes, com significativo uso entre os brasileiros à época, não foram alvo de discussões na imprensa. A conclusão do estudo é de que "há uma incompatibilidade entre o enfoque dado pela mídia e o perfil de consumo de drogas no Brasil, fato que pode influenciar não só as crenças que as pessoas têm sobre determinadas substâncias, mas também as políticas públicas sobre drogas no país" (RONZANI et al., 2009, p. 1759).

Tendo contextualizado minimamente o fenômeno do uso de crack e o estado da arte das pesquisas que observaram a cobertura jornalística deste contexto, tratamos, a seguir, das políticas públicas voltadas para a questão na capital paulista.

2.2 ENFRENTAMENTO DO CRACK EM SÃO PAULO

O objetivo desta seção é contextualizar as formas de enfrentamento formuladas pelo Estado para a questão do crack. Com isso, será possível compreender os contextos de produção dos textos analisados e, além disso, observar se houve avaliações destas políticas por parte dos periódicos que compõem o *corpus* da pesquisa. Tendo em vista que o objetivo central deste trabalho não é realizar um levantamento exaustivo das políticas públicas formuladas para este problema, trazemos nesta seção uma contextualização baseada nas estratégias governamentais que foram pauta para as matérias jornalísticas analisadas na nossa seção empírica.

Para tratar das políticas públicas aplicadas pelas esferas governamentais para a questão do crack na capital paulista entre 1991 e 2016, porém, inicialmente trazemos uma contextualização da legislação federal sobre o assunto, que interfere diretamente na configuração de políticas estaduais e municipais para o tema. Para tanto, mobilizamos a literatura que trata do enfrentamento de drogas – ampliando, portanto, o escopo do levantamento. A escolha se deve ao fato de que políticas públicas voltadas especificamente para o crack começam a aparecer somente nos

anos 2000 e, com isso, parte do nosso recorte ficaria sem dados. Em seguida, trazemos informações sobre os projetos governamentais citados nas matérias e desenvolvidos em âmbitos locais.

2.2.1 Políticas do Governo Federal

Levantamento feito por Santos e Oliveira (2013) a respeito das políticas públicas voltadas ao uso de álcool e outras drogas demonstra que o tema é visto como problema a ser enfrentado pelo Estado brasileiro desde o final do século XIX. Nesse contexto, as diretrizes para o enfrentamento do abuso destas substâncias tiveram como base a postura dos EUA, de forte cunho proibicionista e calcada na repressão. A criação do Ministério da Saúde, em 1953, não significou uma mudança de posicionamento, já que o órgão não se ocupou, em um primeiro momento da questão das drogas (SANTOS; OLIVEIRA, 2013). Assim, seguindo também a percepção difundida pela ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil produziu, nos anos 1970, legislação que dispõe especificamente sobre o uso e tráfico de entorpecentes.

O primeiro texto, a Lei 5.726, de 1971, trata da questão sob uma ótica estritamente repressiva, sem fazer referência a tratamento de saúde para usuários – a não ser quando se tratavam de criminosos detidos pela Justiça (BRASIL, 1971). Cinco anos depois o dispositivo foi revogado, sendo substituído pela Lei 6.368 (BRASIL, 1976). A nova legislação ampliou o escopo de medidas preventivas, mas continuou com forte viés de segurança pública. Explicam Santos e Oliveira (2013, p. 85):

> Fica evidente no conteúdo de ambas as leis a forte influência da concepção médico-psiquiátrica, na qual o usuário de drogas passou a ser considerado um doente e os hospitais psiquiátricos tornaram-se os dispositivos assistenciais privilegiados de atenção, sendo importante ressaltar que tais portas assistenciais foram abertas aos consumidores de drogas, inicialmente, sob a alçada do Ministério da Justiça.

Os autores apontam que outro marco importante foi a criação, nos anos 1980, do COFEN (Conselho Federal de Entorpecentes) que, mesmo com foco em medidas de repressão, começa a fomentar o debate a respeito de ações de atenção para o usuário de álcool e outras drogas. Em 1988 o órgão é substituído pelo CONAD (Conselho Nacional Antidrogas), abrigado na SENAD (Secretaria Nacional

Antidrogas). Essas medidas posicionaram o combate às drogas como assunto de segurança nacional, o que se expressou na formulação da PNAD, a Política Nacional Antidrogas (BRASIL, 2002b). Meses antes, contudo, foi publicada a Lei n° 10.409 (BRASIL, 2002a), que prevê o atendimento multiprofissional ao usuário de drogas. “Foi a primeira menção na legislação brasileira sobre redução de danos, onde [sic] o Ministério da Saúde foi o incumbido desta regulação” (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p. 85).

Com a mudança no cenário político nacional, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência em 2002, a PNAD passou por reformulações, começando por uma alteração de nomenclatura: de “antidrogas” a política passou a ser “sobre drogas”, em um esforço para iniciar uma perspectiva diferente a respeito do assunto. Cinco eixos passaram a constituí-la: prevenção; tratamento, recuperação e reinserção social; redução de danos sociais e à saúde; redução da oferta; estudos, pesquisas e avaliações (DUARTE; DALBOSCO, 2016). Seguindo na mesma direção, quatro anos depois é estabelecida a Lei n° 11.343 (BRASIL, 2006), que revogou os dispositivos legais de 1976 e 2002. O texto realizou, de acordo com o Ministério da Justiça, o “reconhecimento das diferenças entre a figura do traficante e a do usuário/dependente, os quais passaram a ser tratados de modo diferenciado e a ocupar capítulos diferentes da lei” (DUARTE; DALBOSCO, 2016).

Ferrari e Colli (2012) apontam que a Lei n° 6.368, de 1976, previa prisão de seis meses a dois anos para aquele que comprava, guardava ou trazia consigo substâncias ilícitas, mesmo que para consumo próprio. No novo texto, ainda em vigor, não está previsto o encarceramento para estes indivíduos, mas sim advertência sobre os efeitos de drogas, prestação de serviços à comunidade ou medidas educativas. O mesmo vale para aqueles que cultivam, em pequenas quantidades e para consumo próprio, plantas que servem de insumos para substâncias psicoativas.

A mesma legislação, no entanto, é alvo de críticas, entre outros pontos, por conta da forma como é feita a distinção entre traficante e usuário. Diz o parágrafo 2 do artigo 28 presente na chamada Lei de Drogas:

> Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (BRASIL, 2006).

Machado (2010) destaca que este é um exemplo da seletividade do direito penal, apontando que a diferenciação entre usuário e traficante começa na abordagem do indivíduo e na decisão, por parte do policial, de encaminhá-lo ou não a uma Delegacia de Polícia.

> Pode parecer, a princípio, que a nova legislação trouxe benefícios para aqueles que são apenas usuários, pois o consumo de drogas não pode mais conduzir ninguém ao cárcere. Mas se for feita uma leitura mais crítica das expressões contidas no artigo 28, da Lei de Drogas, será facilmente verificado que poucas pessoas serão consideradas simples consumidoras de drogas. Quando se verifica, então, quais foram os mecanismos de criação de estereótipos de "traficantes", de controle punitivo das classes sociais mais baixas, consideradas perigosas, e de repressão bélica ao tráfico de drogas, percebe-se que aqueles considerados "perigosos", mesmo que estejam apenas fazendo uso de droga ilícita, serão submetidos à pena de prisão (MACHADO, 2010, p. 110).

Com relação aos que são pegos cometendo o crime de tráfico de drogas, além disso, houve endurecimento das punições. Boiteux (2006)[18] destaca que a nova lei aumenta de três para cinco anos a pena mínima para o crime de tráfico de drogas. Houve, portanto, fortalecimento da perspectiva de "guerra às drogas" e, por outro lado, reconhecimento de uma outra visão de enfrentamento da questão. Este novo posicionamento fica aparente quando é analisado o marco legal sob o ponto de vista da saúde.

Nesse sentido, desde a Constituição de 1988 está garantida a inclusão dos dependentes químicos nos serviços de saúde com base no princípio de universalidade do acesso. Ademais, indo além da Reforma Psiquiátrica, de 2001 – que garantiu aos usuários de serviços de saúde mental o direito à assistência –, em 2003 o Ministério da Saúde estabeleceu diretrizes para o atendimento de usuários de álcool e outras drogas (BRASIL, 2004a). No documento, a pasta cria serviços de atenção diária, como os CAPSad (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), espaços em que é privilegiado o atendimento multiprofissional e em rede com os demais equipamentos de saúde da comunidade. Eles são inspirados nos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), que surgiram nos anos 1980 em um movimento dos trabalhadores de saúde mental contra a precariedade dos hospitais

[18] É preciso levar em conta, nesse caso, que a autora assume clara postura em favor da descriminalização das drogas, o que implica que seus argumentos têm um ponto de partida claramente definido. Consideramos seu trabalho útil, no entanto, na perspectiva de realizar um contraponto à versão oficial e, assim, trazer para esta dissertação uma amostra do debate público que se deu sobre a Lei de Drogas.

psiquiátricos da época (BRASIL, 2004b). Nesses locais, são oferecidos atendimentos individuais e em grupo, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares e também condições para repouso e desintoxicação, nos casos em que não é necessária a ida a um hospital. Usuários de drogas também podem ser atendidos pelos CAPS tradicionais, quando a dependência é um problema secundário diante de outro transtorno mental. Já para os casos em que o principal problema é o uso de álcool ou outras drogas, o encaminhamento é realizado para o CAPSad. Como veremos no próximo capítulo desta dissertação, estes equipamentos são citados nas matérias jornalísticas quando o assunto é o uso de crack em São Paulo.

Posteriormente, em 2009, o Ministério instituiu o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e Outras Drogas no SUS (Sistema Único de Saúde), buscando ampliar as ações realizadas. Com relação ao nosso objeto de estudo, o crack, cabe destacar que, em 2010, o Governo Federal apresentou um plano de enfrentamento para essa e outras drogas. No âmbito dessas diretrizes, foi criado, no ano seguinte, o programa *Crack, é possível vencer*, que tem como proposta abordar o assunto sob uma perspectiva intersetorial (DUARTE; DALBOSCO, 2016). A política contempla três eixos: prevenção, envolvendo medidas educativas e de disseminação da informação; cuidado, que diz respeito à ampliação dos serviços de saúde e assistência social; e autoridade, que consiste no enfrentamento do tráfico de drogas.

Quando se trata do primeiro eixo, a prevenção, no entanto, há críticas em relação à abordagem do programa para a questão. Volcov e Vasconcellos (2013) descrevem as propagandas educativas veiculadas pelo programa em 2012 e apontam que as peças publicitárias não traziam informações concretas sobre o uso de crack. Ao contrário, disseminavam o medo na medida em que não traziam dados sobre o problema, distanciando-se de uma abordagem racional da questão. Os autores destacam que, neste caso, não houve ação educativa e sim um reforço de estereótipos já disseminados sobre o tema.

Essas diretrizes nacionais são guias para a formulação e implementação de políticas públicas para drogas nas outras esferas de governo, as quais são assunto dos próximos tópicos este capítulo.

2.2.2 Políticas do Governo do Estado

Como será exposto no capítulo seguinte, as matérias que fazem parte da análise empírica desta dissertação citaram duas políticas públicas desenvolvidas no âmbito estadual. A primeira delas, o Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas) é um equipamento que oferece atendimento de urgência 24h no bairro Bom Retiro, na capital paulista. No espaço, são oferecidos serviços de desintoxicação, avaliação médica e atendimento ambulatorial para dependentes químicos. Além disso, no Cratod o Estado realiza um serviço de triagem dos pacientes, por meio de uma avaliação clínica e psiquiátrica. Trata-se, portanto, de um equipamento que funciona como porta de entrada para o atendimento oferecido em outros locais, como é o caso do Programa *Recomeço*.

Essa política, que também é citada pelas matérias do *corpus*, tem como principal foco os usuários de crack[19]. Depois de passar pela triagem no Cratod, o dependente químico pode ser encaminhado para internamento breve, de 15 a 30 dias, como forma de realizar a desintoxicação. Já outros usuários podem ser levados para unidades de acolhimento social e comunidades terapêuticas, nas quais ficam internados por seis meses. Em ambos os casos, após o internamento há continuidade do tratamento quando o dependente retorna ao convívio em sociedade, por meio dos CAPSad. No total, o programa oferece 3.327 vagas para atendimento em todo o estado de São Paulo. Além disso, Ministério Público e Defensoria Pública participam do processo nos casos que precisam de atendimento jurídico.

Em 2013, ademais, o governo do Estado lançou uma extensão do programa, denominada *Cartão Recomeço*[20]. Nesse caso, o poder público oferecia R$ 1350 mensais, durante seis meses, para que o dependente químico fizesse um tratamento em uma das clínicas conveniadas pelo Estado. O benefício, entretanto, era destinado a onze cidades de São Paulo, entre as quais a capital paulista não estava incluída.

A partir de 2014 o programa *Recomeço* passou a conviver com outra iniciativa, empreendida pelo poder municipal: o *De Braços Abertos* que, como

[19] Todas as informações contidas nesta seção estão descritas no site do próprio programa: programarecomeco.sp.gov.br. Acesso em 23/12/17.

[20] Saiba mais em http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/cartao-para-tratamento-de-usuario-de-crack-custara-r-4-milhoes-mensais.html. Acesso em 23/12/17.

exploramos no tópico a seguir, foi configurado de forma distinta do projeto estadual, que permanece em funcionamento até o momento de realização desta pesquisa.

2.2.3 Políticas do Governo Municipal

As políticas públicas realizadas pela Prefeitura de São Paulo para atender dependentes químicos, que foram citadas pelas matérias do *corpus* da pesquisa, começaram a ser empreendidas em 2010, quando foi inaugurado o Serviço de Atenção Integral ao Dependente (SAID). Uma parceria do poder público com o Hospital Samaritano, o serviço conta com leitos para estadias de curta duração e apoio psicossocial. Logo que o equipamento foi inaugurado, mais de 80% dos dependentes químicos atendidos eram usuários de crack. Além disso, para 15% dos pacientes havia também problemas com o álcool, que aparece como segunda substância mais frequente entre os usuários (SERVIÇO..., 2011). O equipamento, com sete mil metros quadrados, foi construído com 80 leitos, distribuídos entre adultos, mulheres e crianças de ambos os sexos. A estrutura também conta com consultório odontológico, quadra para prática de esportes e salas de aula.

Com proposta semelhante, dois anos depois o Executivo municipal inaugurou o Complexo Prates, com espaço de convivência para dependentes químicos e moradores de rua, além de serviços médicos e de acolhimento. Na época da inauguração, a Prefeitura de São Paulo foi criticada pela demora nas obras, já que o espaço ficou pronto meses depois de uma operação que dispersou usuários na região da "cracolândia"[21]. Anos mais tarde, em 2017, o local foi rebatizado de Espaço Vida, e passou a contar também com canil para os animais de estimação dos moradores de rua[22].

Em outra perspectiva de atendimento, começou a ser realizado, em 2014, o programa *De Braços Abertos*. Como explicam Rui, Fiore e Tófoli (2016), o programa possuía dois objetivos principais: intervir em um espaço urbano degradado e, ao mesmo tempo, atender os dependentes químicos que viviam na região. Na prática, o programa oferecia vagas em hotéis próximos à "cracolândia", refeições em restaurantes públicos e oportunidade de renda aos dependentes, que eram

[21] Ver mais em http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/03/meses-apos-acao-na-cracolandia-sp-inaugura-complexo-para-dependentes.html. Acesso em 23/12/17.
[22] Mais informações em http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/sao-paulo-ganha-novo-centro-de-acolhimento-na-regiao-da-cracolandia. Acesso em 23/12/17.

empregados pelo Executivo municipal em serviços de zeladoria como a varrição de ruas. Para participar, os beneficiários cumpriam quatro horas de trabalho diárias, recebendo R$ 15 como remuneração, mas não era exigida a abstinência.

Entre as dificuldades enfrentadas pelo programa, que foi extinto depois que Fernando Haddad (PT) deixou o cargo de prefeito, estavam as condições estruturais dos hotéis credenciados para receber os dependentes. Além disso, a difícil negociação com os proprietários destes espaços levou a constantes rompimentos de contratos (RUI; FIORE; TÓFOLI, 2016).

Além de programas desenvolvidos em cada uma das esferas de governo, no período englobado pela pesquisa também foram realizadas operações conjuntas entre os governos do Estado e Municipal, as quais foram temas dos textos analisados na parte empírica desta dissertação. No tópico a seguir contextualizamos brevemente estes acontecimentos.

2.2.4 Operações realizadas na “cracolândia”

A primeira operação conjunta entre os governos estadual e municipal citada no *corpus* da pesquisa é a chamada Operação Limpa, que começou em março de 2005 na região central da capital paulista. A ação foi realizada pelas Polícias Civil, Militar e Científica de São Paulo e, de acordo com o governo[23], tinha o objetivo de revitalizar a região. Com foco na repressão, contudo, a operação foi criticada porque, apesar das prisões, a “cracolândia” continuou existindo, com intenso uso e tráfico de drogas.

Anos depois, em 2012, os governos empreenderam duas novas parcerias em busca da revitalização da região. A primeira, em janeiro, foi batizada de Operação “Cracolândia”, e causou polêmica porque teria sido iniciada sem a autorização do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e do então prefeito Gilberto Kassab (PSD). Por conta da precipitação, a ação da polícia foi realizada sem que o Complexo Prates tivesse sido inaugurado, gerando críticas porque os dependentes químicos acabaram se espalhando por outras regiões da cidade.

A ação foi uma prévia do que aconteceria em agosto, com a intensificação da chamada Operação Centro Legal, que já era empreendida desde 2009. Nos

[23] Informações em http://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/seguranca-policia-de-sao-paulo-na-operacao-limpa. Acesso em 23/12/17.

mesmos moldes das anteriores, a operação foi centrada na repressão policial ao tráfico de drogas. Novamente, contudo, os dependentes químicos acabaram espalhados pela cidade, no que as matérias jornalísticas denominaram de "procissões do crack"[24].

A partir desta contextualização e das discussões teóricas feitas no capítulo anterior, passamos aos resultados da pesquisa empírica desenvolvida nesta dissertação.

[24] Como no texto disponível no link http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/um-ano-apos-operacao-no-centro-de-sp-cracolandia-resiste-e-ganha-filiais.html. Acesso em 23/12/17.

3 ANÁLISE: ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS SOBRE O CRACK

Este capítulo é dedicado à exposição de nossa pesquisa empírica. Para tanto, apresentamos três subseções: na primeira, a seguir, descrevemos nossos métodos de coleta e análise do *corpus*; em seguida, destacamos nossos resultados; por fim, na última parte deste capítulo, discutimos nossos achados a partir das hipóteses propostas.

3.1 *CORPUS* DE PESQUISA E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para coletar as matérias, disponíveis nos acervos *online* dos respectivos jornais (acervo.folha.uol.com.br e acervo.estadao.com.br), recorremos a um script de programação. Este mecanismo, que equivale a um robô, utiliza as próprias ferramentas de busca dos sites para acessar os textos. Assim, o script abre cada resultado da busca e o salva em formato "pdf", substituindo o trabalho manual – que, neste caso, consumiria tempo significativo da pesquisa por conta do volume de material a ser coletado. Nesse primeiro processo, então, foram salvas as matérias que continham a palavra-chave "crack" e que foram publicadas na versão impressa de ambos os jornais no período que compreende os anos de 1991 a 2016. A pesquisa se debruça somente sobre os textos publicados no caderno *Cotidiano*, para FSP, e nas editorias *Cidades* e *Metrópole*[25], para OESP. A escolha desses cadernos atende ao objetivo desta dissertação, já que é nessas editorias que os jornais tratam dos problemas que afetam a rotina da cidade. O resultado desse primeiro processo automático foram 1.534 matérias para FSP e 1.315 para OESP.

Depois de realizada a coleta automática, os arquivos passaram por uma conferência manual. Foram excluídos, nessa etapa, textos que somente citavam a palavra-chave, mas não tratavam do tema, ou que abordavam a questão em outras regiões do país ou do mundo[26]. Além disso, foi feita a conferência do período e dos cadernos selecionados. Por fim, textos de opinião e notas (que continham apenas um parágrafo) também foram excluídos. Esse processo diminuiu significativamente o

[25]A coleta dos dois cadernos se justifica porque, em 2014, o jornal extinguiu o caderno *Cidades* e passou a publicar somente o *Metrópole*. Para que nenhum texto fosse perdido, assim, foram coletadas as matérias de ambas as editorias a partir de 2010 (ano em que *Metrópole* passou a existir).

[26]Foram incluídas no *corpus* as matérias que faziam referência à "Grande São Paulo", ou seja, aquelas que incluíam cidades da região metropolitana da capital paulista.

material e originou o *corpus* completo da pesquisa que, com isso, se constitui de 327 matérias de FSP e 389 de OESP[27].

Cada um destes textos foi submetido a uma Análise de Conteúdo (AC) que, de acordo com Bardin (1977, p. 31), trata-se de um "conjunto de técnicas de análise das comunicações". Bauer (2002) aponta que esse método permite uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais na medida em que, antes que exista a quantificação dos resultados, os codificadores dão significativa atenção a aspectos singulares dos textos analisados. Para ele, portanto, trata-se de uma técnica híbrida, com aspectos quali e quantitativos. Na definição de Krippendorff (2004, p. 18), por sua vez, a AC é "uma técnica de pesquisa para realizar inferências válidas e replicáveis a partir de textos (ou outras unidades de sentido) para os seus contextos de uso"[28].

Nesse sentido, é importante garantir a fidedignidade, ou confiabilidade, de estudos realizados por meio da AC. Krippendorff (2004) afirma que existem três etapas de confiabilidade, que se distinguem pela forma como os dados são obtidos: a estabilidade (*stability*), a replicabilidade (*reproducibility*) e a precisão (*accuracy)*. De acordo com o autor, a primeira se refere à manutenção de um processo ao longo do tempo, isto é, se relaciona à obtenção de resultados e padrões semelhantes a partir de um mesmo procedimento (seja uma mensuração ou codificação). Para obter os dados nesta primeira forma, é preciso que o pesquisador refaça uma mesma codificação, a partir das mesmas unidades de análise, após certo tempo da primeira experiência. Se existirem variações nos resultados – que podem ser derivadas de descuidos, distrações, dificuldade de compreensão das categorias ou outros fatores –, há o que ele denomina de inconsistências individuais.

Em um segundo passo para garantir a confiabilidade de uma pesquisa com Análise de Conteúdo, de acordo com Krippendorff (2004), é preciso verificar a replicabilidade do estudo. Isso implica em observar se o trabalho pode ser aplicado por diferentes codificadores e em diferentes ambientes. Para esta etapa, é preciso que dois pesquisadores distintos analisem, de forma independente, o mesmo

[27] A grande quantidade de textos descartados tem relação com o fato de que só foram considerados para a análise os textos informativos, e não os de opinião. Além disso, na coleta automatizada algumas páginas dos jornais apareciam repetidas, no caso de mais de um texto citar a palavra-chave. Outro ponto a ser considerado é que textos muito curtos, de apenas um parágrafo, foram excluídos, para que não houvesse uma desproporção na análise.

[28] No original: "Is a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use".

material a partir de um mesmo livro de códigos. Dessa forma, verifica-se se existe, para além da consistência interna em cada codificador, a confiabilidade entre pesquisadores distintos.

A precisão, por fim, se relaciona à eficiência dos procedimentos adotados para obtenção dos dados. Para mensurá-la, é preciso ter como guia um padrão tido como correto. Resultados insatisfatórios podem ter relação com inconsistências individuais, falta de confiabilidade entre os codificadores e/ou desvios do padrão esperado. Para Krippendorff (2004), este último tipo é o mais forte no que se refere à confiabilidade de uma pesquisa com Análise de Conteúdo.

Apesar do autor afirmar que a estabilidade é a forma mais fraca para mensurar a confiabilidade de uma pesquisa com AC, a presente dissertação se utiliza deste procedimento para tornar os dados expostos aqui mais confiáveis. Isso porque, considerando que a pesquisa foi realizada por apenas uma pesquisadora, esta é a única alternativa viável entre as propostas por Krippendorff (2004). Contudo, considera-se que reconhecer a importância da confiabilidade e fazer um esforço para atestá-la, mesmo que com apenas um dos procedimentos descritos, já é um importante passo no que diz respeito às pesquisas com Análise de Conteúdo. Além disso, todos os dados da codificação realizada[29], bem como o livro de códigos produzido (APÊNDICE 1) e o material coletado[30], estão à disposição do leitor e dos pesquisadores que desejarem consultar ou replicar a pesquisa.

Sendo assim, um mês após a codificação de todo o *corpus*, vinte textos foram selecionados aleatoriamente e recodificados pela pesquisadora, tendo as mesmas categorias como parâmetro. Os resultados obtidos foram considerados satisfatórios para garantir que não existiram inconsistências individuais na análise realizada[31].

Frisamos, ademais, que a unidade de análise considerada foi a matéria completa, e não outros segmentos de texto. Considerando que no método da AC

[29] O banco está disponível para consulta no link https://goo.gl/KDvSRY.
[30] É possível acessar a coleta completa em https://goo.gl/ag6a8r.
[31] À exceção do *frame* genérico completo, que teve 65% de concordância no teste, as demais variáveis apresentaram concordância igual ou superior a 75% (os resultados completos estão no apêndice 2). Para os enquadramentos específicos foram poucos casos de inconsistência, especialmente nas variáveis subtópico, causas e soluções. Se considerarmos o enquadramento específico completo, obteve-se 80% de concordância. Tendo em vista a robustez do *corpus* de pesquisa analisado, considera-se que as divergências não foram significativas para que a consistência da pesquisa fosse questionada, visto que as poucas diferenças se diluem no volume de matérias analisadas.

não é possível marcar mais de uma categoria por variável – o que implica que o codificador identifique o que predomina –, para casos de dúvida foram considerados, em ordem crescente de importância, *lead*, gravata[32] e título da matéria. Assim, quando o texto apresentou ambiguidades, estes elementos serviram como guias para a escolha da categoria a ser codificada.

Cada uma das 716 unidades de análise, dessa maneira, constituiu uma linha do banco de dados construído para a dissertação. Nas colunas, foram codificadas as variáveis de estudo, que serão descritas no tópico a seguir.

3.1.2 *Frames* específicos e genéricos: o livro de códigos

Ao expor sua tipologia para estudos de enquadramento, Matthes e Kohring (2008) afirmam que as categorias propostas por eles acabam por se sobrepor nas pesquisas da área. Os autores dizem que muitos trabalhos aliam estratégias indutivas e dedutivas, combinando abordagens de acordo com os objetivos e o problema de pesquisa. Tendo isso em mente, propomos o uso de duas estratégias metodológicas, em uma tentativa de contornar as limitações oferecidas por cada uma delas e de oferecer uma análise mais completa do nosso *corpus*. Com isso, pretendemos descrever nosso objeto e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo mais amplo com outros estudos de enquadramento. Esse esforço, sendo assim, é uma tentativa de responder a uma lacuna dos estudos da área, explicitada por Borah (2011, p. 256, tradução nossa):

> *Issue-specific frames* seriam mais benéficos se conectados a conceitos mais amplos na teoria do enquadramento respondendo a algumas questões mais genéricas: o estudo de enquadramentos específicos ajuda no desenvolvimento metodológico da análise de enquadramento? Como um conjunto único de quadros se associa aos enquadramentos genéricos já identificados na literatura? (...) A convergência dessas diferentes perspectivas é sem dúvida um aspecto atrativo na pesquisa sobre enquadramento, mas essa combinação de abordagens ao mesmo tempo pode também causar a ambiguidade de conceituações. A confusão conceitual na pesquisa sobre enquadramento pode ser evitada com a execução de operacionalizações rígidas. Das várias perspectivas na pesquisa sobre enquadramento, é pertinente que cada estudo defina claramente a conceituação e operacionalização aplicada[33].

[32] Também chamada de linha fina no jargão jornalístico, trata-se de uma ou duas frases que sintetizam a matéria em questão. Apresentada logo abaixo do título, a linha fina deve garantir que o leitor compreenda do que trata aquela notícia sem que ele precise ler a íntegra do material.

[33] No original: “Issue-specific frames would be beneficial if they are tied to broader concepts in the framing theory answering some of the more general questions: Does the examination of the issue-

Tendo em vista a necessidade de transparência metodológica, assim, reafirmamos que a visão conceitual na qual nos baseamos é a de Entman (1993). A partir dela, operacionalizamos desdobramentos metodológicos que serão descritos a seguir. Para o estudo dos enquadramentos específicos, cada uma das dimensões propostas pelo autor – definição do problema, causas, julgamentos morais e soluções – é encarada como uma variável de análise. Assim, foram definidos, a partir de uma experiência inicial com uma pequena parte do *corpus* (FONTES, 2017; FONTES; FERRACIOLI, 2017), categorias que respondem a cada uma destas variáveis. Entman (1993) detalha como cada uma delas funciona:

> Enquadramentos, então, *definem problemas* – determinam que agente causal está atuando e com quais custos e benefícios, geralmente mensurados em termos de valores culturais comuns; *diagnosticam causas* – identificam forças que estão criando o problema; *fazem julgamentos morais* – avaliam os agentes causais e seus efeitos; e *sugerem soluções* – oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus possíveis efeitos[34] (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa, grifos do autor).

Para que a codificação seja realizada de modo mais eficiente, além disso, seguimos o modelo proposto por Vimieiro e Maia (2011), dividindo a primeira variável – definição do problema – em duas partes: atores envolvidos e subtópico abordado. As autoras defendem que a análise de enquadramento seja feita de modo indireto, desmembrando os *frames* em elementos. “Nossos elementos de enquadramento tentam detectar nos textos, a partir de aspectos mais objetivos e, portanto, menos complexos, aqueles princípios mais abstratos que formam os enquadres” (VIMEIRO; MAIA, 2011, p. 240). Após a codificação, como veremos na seção de resultados, o enquadramento completo é dado pela relação entre as variáveis, formando padrões.

Para realizar a análise sob esta perspectiva, sendo assim, construímos um livro de códigos com categorias específicas para o nosso objeto de pesquisa a partir

---

specific frames help in methodological development of frame analysis? How does the unique set of frames associate with already developed generic frames in the literature? (…) The convergence of these different perspectives is no doubt an attractive aspect of framing research, but this combination of approaches at the same time can also cause the ambiguity in conceptualizations. The conceptual fuzziness in framing research can be avoided by following strict operationalizations. Of the manifold perspectives in framing research, it is pertinent for each individual study to clearly define the conceptualizations and operationalizations of that particular study”.

[34]No original: “Frames, then, *define problems* – *determine* what a causal agent is doing with what costs and benefits, usually measured in terms of common cultural values; *diagnose* causes – identify the forces creating the problem; *make moral judgments* – *evaluate* causal agents and their effects; and *suggest remedies* – *offer* and justify treatments for the problems and predict their likely effects”.

das variáveis propostas por Entman (1993). Seguindo as instruções de Bardin (1977), procuramos produzir categorias que fossem homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas ao objeto. A seguir, no quadro 1, apresentamos o resultado deste processo.

QUADRO 1 – LIVRO DE CÓDIGOS DA ANÁLISE COM AS VARIÁVEIS DE ENTMAN (1993)

VARIÁVEL	CATEGORIAS
Definição do problema – atores	0 – Ausente 1 – Campo político 2 – Autoridades estatais 3 – Dependentes químicos 4 – Outros cidadãos 5 – Movimentos sociais 6 – Especialistas 7 – Traficantes 8 – Outro
Definição do problema – subtópico	1 – Violência/criminalidade 2 – Saúde 3 – Degradação urbana 4 – Histórias de vida 5 – Conflito político 6 – Infância/adolescência 7 – Outro
Causas	0 – Ausente 1 – Ineficiência do Estado 2 – Tráfico de drogas 3 – Problemas sociais 4 – Escolhas pessoais 5 – Migração dos usuários 6 – Corrupção 7 – Outro
Julgamentos morais	0 – Ausente 1 – Culpa o Estado 2 – Culpa a sociedade 3 – Culpa os dependentes químicos 4 – Culpa os traficantes 5 – Outro
Soluções	0 – Ausente 1 – Internamento compulsório/involuntário 2 – Internamento voluntário 3 – Ação policial 4 – Redução de danos 5 – Outro

FONTE: A autora (2018).

Para a primeira parte da definição do problema, que aponta quais atores foram mais ouvidos pelas matérias, elencamos oito possibilidades: (0) ausente, quando o texto é essencialmente descritivo e não faz o uso de fontes; (1) campo político, que se restringe a ocupantes de cargos eletivos ou candidatos; (2) autoridades estatais, que engloba aqueles que ocupam cargos estatais que não são

disputados em eleições, como secretários e ministros (que, mesmo sendo políticos, foram nomeados), policiais e membros do Poder Judiciário; (3) dependentes químicos; (4) outros cidadãos, como moradores das áreas de uso de crack ou comerciantes; (5) movimentos sociais; (6) especialistas; (7) traficantes[35]; e (8) outro, para casos em que o texto não se encaixa em nenhuma das categorias propostas. Destaca-se, aqui, que foram consideradas tanto as citações diretas quanto as indiretas. Quando havia mais de um ator citado, foi considerado o destaque dado às falas, isto é, o espaço dedicado no texto às considerações daquela fonte em relação às demais.

Em seguida, para os subtópicos tratados pelas matérias, trazemos outras sete possibilidades. São elas: (1) violência/criminalidade, que engloba a ocorrência de crimes relacionados ao uso e tráfico de crack, a violência policial e a própria comercialização ilícita de entorpecentes; (2) saúde, para os textos que tratam do problema da dependência e das questões enfrentadas por mulheres grávidas, por exemplo; (3) degradação urbana, que se refere a problemas urbanísticos relacionados ao uso ou tráfico de crack, seja relacionados a transtornos enfrentados por moradores ou à decadência de regiões da cidade, com maior incidência de crimes e cenas de pobreza, por conta da aglomeração de usuários e traficantes; (4) histórias de vida, que correspondente às matérias cujo foco são personagens e sua relação com a droga, e não o problema de uma maneira global; (5) conflito político, quando o enfoque está em divergências entre esferas de governo (como Governo do Estado e Prefeitura, por exemplo) ou do próprio Estado (como Poder Judiciário e Poder Executivo); (6) infância/adolescência, referente a questões ligadas à dependência de drogas por crianças e menores de 18 anos ou ao abandono de filhos por pais dependentes químicos; e (7) outro. Neste caso, considera-se que não é possível a existência da categoria (0), ausente, já que todo texto trata de algum tema.

Quanto à variável causas do problema, elencamos mais sete opções, além da ausência: (1) ineficiência do Estado, quando as entidades governamentais são consideradas responsáveis pelo problema em questão; (2) tráfico de drogas, quando a própria comercialização ilícita de entorpecentes e crimes relacionados a ela são apontados como causas; (3) problemas sociais, quando a questão é inserida em um

[35] Essa categoria foi incluída após a leitura das matérias realizada para o teste metodológico (especialmente as publicadas nos anos 1990).

contexto maior, que envolve a pobreza e falta de oportunidades dos dependentes químicos, por exemplo; (4) escolhas pessoais, que se relaciona aos textos em que os atores são considerados inteiramente responsáveis pela condição em que se encontram, ou seja, quando o problema é atribuído a um ator específico; (5) migração dos usuários, categoria ligada ao deslocamento dos usuários de uma região para outra da cidade, por conta de ações do Estado; (6) corrupção, que pode estar relacionada a policiais ou agentes penitenciários envolvidos em casos de tráfico; e (7) outro.

Em seguida, para a presença de julgamentos morais, apresentamos cinco categorias possíveis além da ausência. Quatro destes julgamentos atribuem os problemas a um ator específico, seja (1) o Estado; (2) a sociedade; (3) os dependentes químicos; ou (4) os traficantes. Por fim, acrescentamos a categoria (5), outro, para os textos que não se encaixam em nenhuma destas possibilidades, mas apresentam algum tipo de julgamento moral.

Finalizando o livro de códigos a partir das variáveis de Entman (1993), passamos às categorias referentes às soluções para o problema. Formulamos cinco possibilidades para os textos que apresentam algum tipo de solução: (1) internamento compulsório (quando é realizado por meio de ordem judicial) ou involuntário (contra a vontade do dependente químico, mas com autorização de algum familiar); (2) internamento voluntário, quando tratamentos de saúde são considerados desde que com o consentimento do usuário; (3) ação policial, para aqueles textos que veem na repressão ao uso e tráfico da droga a melhor solução; (4) redução de danos, para as ações que não preconizam a interrupção do uso de drogas pelo dependente; e (5) outro.

A segunda parte do nosso livro de códigos traz duas variáveis que dizem respeito às políticas públicas destinadas à questão do crack (quadro 2). O objetivo, aqui, é verificar se os programas governamentais para enfrentamento da questão se tornaram pautas para a seção noticiosa dos dois periódicos. Na primeira variável, do tipo *dummy*, foi codificada a categoria (1) somente quando o texto citava nominalmente uma política governamental para a questão das drogas. Em caso positivo, foi acrescentado ao banco de qual programa se tratava. Quando mais de uma política foi citada, foi codificada somente aquela que teve mais destaque no texto, seja por conta do espaço destinado ou pela presença em elementos como o título ou a linha fina.

QUADRO 2 – VARIÁVEIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

	0	**1**
Fala de políticas públicas?	Não	Sim
Se sim, qual?	Escrever o nome	

FONTE: A autora (2018).

Do ponto de vista da análise de enquadramento, portanto, trata-se, até aqui, de uma análise indutiva – ou seja, de *issue-specific frames* – sob a abordagem holística manual. Visando contornar a mera descrição dos enquadramentos específicos e possibilitar uma comparação com outros estudos, além disso, propomos a utilização de uma análise dedutiva no nosso estudo. Para tanto, durante a codificação do corpus, utilizamos também as variáveis propostas por Semetko e Valkenburg (2000) que, como apontado no primeiro capítulo desta dissertação, propõem a identificação de cinco *frames* genéricos no corpus de pesquisa, nomeadamente: (1) responsabilidade, que atribui as causas ou soluções de um problema a uma esfera de governo; (2) interesse humano, que traz uma face humana ao problema, acrescentando uma ênfase emocional à abordagem; (3) conflito, que enfatiza a disputa entre indivíduos, grupos ou instituições; (4) moralidade, que aborda o fato sob a perspectiva de prescrições morais ou valores religiosos; e (5) econômico, que discute a questão sob a luz das consequências econômicas que ela pode ter.

Para que o pesquisador possa identificar qual enquadramento está presente em uma unidade de análise, assim, os autores propõem que sejam respondidas questões para cada um dos *frames*. Na proposta original, contudo, há uma quantidade de perguntas distinta para cada enquadramento, o que dificulta a operacionalização da análise. Por isso, visando tornar a codificação mais clara e confiável, foram feitas adaptações no modelo dos autores, de modo semelhante ao que fez Ferracioli (2017). No quadro 3 estão descritas as perguntas formuladas para cada *frame*.

QUADRO 3 – PERGUNTAS PARA CADA *FRAME*

FRAME	**PERGUNTAS**
(1) Responsabilidade	A matéria sugere que algum nível do governo é responsável pelo problema? Sugere soluções para o problema? Sugere que o problema requer ação urgente/imediata?
(2) Interesse Humano	A matéria traz um exemplo humano ou uma face humana para o problema? O texto gera sentimentos no leitor? Entra na vida privada ou pessoal dos atores?
(3) Conflito	A matéria reflete desacordo entre partes/indivíduos/grupos/países? Um grupo/indivíduo/parte/país censura o outro? Se refere a ganhadores ou perdedores?
(4) Moralidade	A matéria contém mensagem moral? Faz referência a Deus ou outros princípios religiosos? Oferece instruções sociais sobre comportamento?
(5) Econômico	A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro? Menciona custos envolvidos? Faz referência a consequências econômicas em fazer ou não determinada ação?

FONTE: A autora (2018).

Para cada pergunta, a pesquisadora preencheu o banco com (0), não, ou (1), sim. Para posterior quantificação dos resultados, foram consideradas as respostas afirmativas, de modo que o *frame* que obteve mais resultados “sim” foi considerado predominante. Quando todas as perguntas tiveram resposta “não”, o enquadramento final foi considerado “indefinido”. Já para os casos em que houve empate entre os *frames*, coube à pesquisadora definir qual deles predominou na matéria em questão, levando em conta o espaço e o destaque dedicados a cada uma das abordagens naquela unidade de análise.

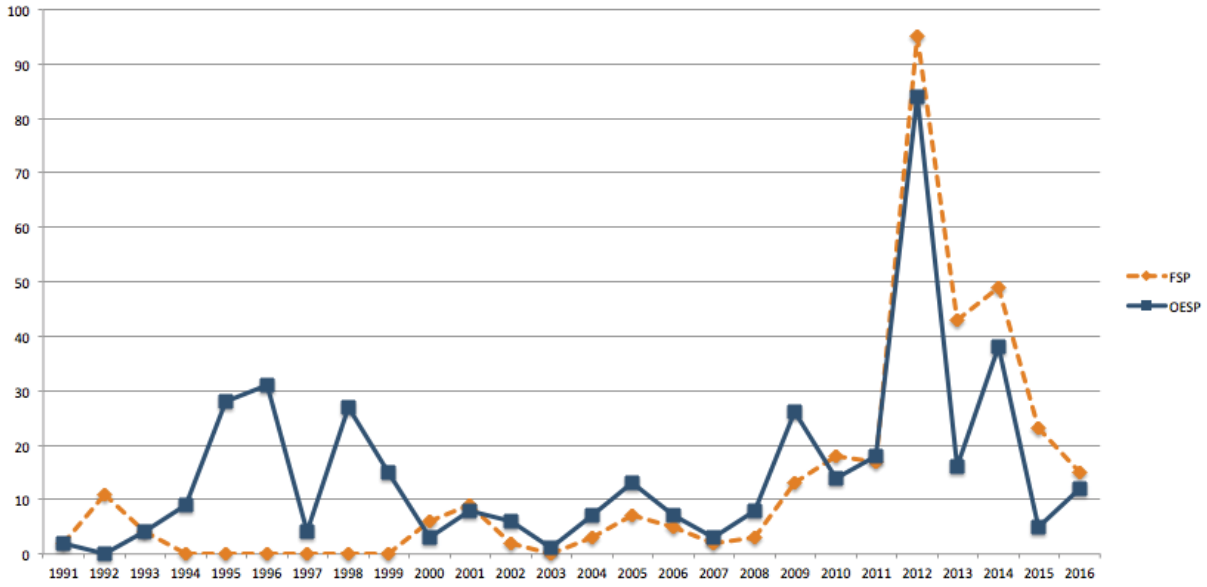
Este livro de códigos foi aplicado às 716 matérias do *corpus*. Os resultados obtidos são explorados na seção a seguir.

3.2 RESULTADOS: *FRAMES* DE *FOLHA* E *ESTADÃO* PARA A QUESTÃO DO CRACK EM SÃO PAULO

Antes de apresentar o resultado da codificação de cada uma das variáveis e, além disso, os enquadramentos identificados no *corpus*, trazemos um dado geral a respeito das matérias analisadas. Como apontado no início deste capítulo, há um leve desequilíbrio entre os jornais no que diz respeito ao número de textos publicados sobre a questão do crack durante o período analisado (1991-2016). Do total de 716 unidades de análise, 327 (45,7%) são de FSP e 389 (54,3%) de OESP.

No gráfico 1, a seguir, é possível perceber que a diferença entre os periódicos está entre os anos que compõem o início do recorte temporal, entre 1991 e 2000.

GRÁFICO 1 – MATÉRIAS POR ANO



FONTE: A autora (2018).

Enquanto OESP não publicou matérias sobre o tema apenas em 1992, a *Folha* não abordou a questão por seis anos seguidos, entre 1994 e 1999. Nesse período, o *Estadão* deu destaque ao assunto especialmente no ano de 1996, quando publicou 31 matérias tratando do uso e tráfico de crack na capital paulista. Depois desta inicial discrepância, os jornais passam a publicar a respeito do tema com frequência semelhante. O pico do gráfico aparece no ano de 2012, quando FSP teve 95 matérias no *corpus*, e OESP apresentou 84 unidades de análise. Isso está relacionado, como dissemos no capítulo dois desta dissertação, aos acontecimentos daquele ano. Ações dos governos estadual e municipal na região da "cracolândia", empreendidas em 2012, provocaram grande polêmica e despertaram o debate público – como mostra o pico de unidades de análise no gráfico.

A partir deste ano, além disso, é possível perceber que há uma inversão entre os jornais: a *Folha* passa a tratar mais sobre o assunto, diferentemente do intervalo temporal que vai até 2011 (à exceção de 2010, quando FSP publicou quatro matérias a mais que o concorrente). De qualquer modo, a diferença encontrada não é tão grande como no início do recorte temporal: quando FSP mais

se distancia, em 2013, publica 27 textos a mais que OESP – menos que os 31 do *Estadão* registrados em 1996.

Partindo dessa exploração inicial do banco de dados, passamos aos resultados para cada uma das variáveis de nosso livro de códigos. Inicialmente, no tópico a seguir, apresentamos os achados no que diz respeito à análise de *issue-specific frames*.

3.2.1 O enquadramento a partir da perspectiva de Entman (1993)

Para descrever os resultados obtidos em cada uma das variáveis desta etapa, recorremos a tabelas de frequência associadas a outras duas estratégias metodológicas quantitativas para variáveis categóricas: os resíduos padronizados[36] e o teste de V de Cramer[37]. Com isso, a intenção é verificar se existe associação entre o comportamento das variáveis de análise e os periódicos que compõem o *corpus*, comparando os resultados obtidos entre os jornais – de modo que já teremos uma pista para o teste da nossa primeira hipótese, que será melhor explorada mais adiante. Tendo este objetivo em vista, começamos a análise apresentando os resultados obtidos a partir da proposta de Entman (1993) separando o *corpus* entre FSP e OESP.

A exposição dos dados tem início pela definição do problema, a primeira variável de Entman (1993). Como detalhamos no tópico 3.1, desmembramos esta variável em duas partes, de acordo com a proposta de Vimieiro e Maia (2011).

---

[36] Os resíduos padronizados consistem na "verificação de valores que representam a relação biunívoca (nas duas direções) com probabilidade de chances de ocorrência" (CERVI, 2014, p. 70). Quando o intervalo de confiança é de 95%, o excesso de casos é indicado a partir dos valores de ± 1,96. Casos que ficam abaixo ou acima do limite crítico são os que apresentam as relações não-aleatórias: acima de 1,96 estão os pares de categorias com frequência observada maior que a esperada, enquanto abaixo de -1,96 aqueles com frequência observada menor que a esperada (CARVALHO, 2016). Assim, quando aplicada juntamente com testes de associação entre as variáveis, a análise dos resíduos padronizados permite verificar em quais casos se dá tal associação.

[37] Cervi (2014) explica que o coeficiente V de Cramer é utilizado após a aplicação do teste de Qui-Quadrado para duas variáveis categóricas. Quando o primeiro apresenta um coeficiente alto, indicando que as variáveis testadas não são independentes, utiliza-se o V de Cramer para verificar "qual a força da associação direta entre o conjunto das categorias das duas variáveis testadas" (CERVI, 2014, p. 27). Na leitura do teste, multiplicando o coeficiente (que varia entre 0 e 1) por 100 temos a magnitude do efeito percentualmente, e multiplicando o quadrado de seu valor por 100 obtemos o percentual da variação explicada. Para casos em que a população é considerada na análise, Riffe, Lacy e Fico (2013) afirmam que somente o coeficiente V de Cramer é suficiente, dispensando o uso do Qui-Quadrado. Entretanto, nesta dissertação trazemos o valor dos dois coeficientes para conhecimento do leitor.

Inicialmente foram verificadas quais as fontes utilizadas pelas matérias, conforme o livro de códigos produzido. Os resultados são apresentados na tabela 1.

TABELA 1 – DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: ATORES[38]

	FSP			OESP			TOTAL	
	N	**%**	**RP**	**N**	**%**	**RP**	**N**	**%**
Ausente	14	4,3%	-0,2	18	4,6%	-0,1	32	4,5%
Campo político	25	**7,6%**[39]	1,3	17	**4,4%**	-1,2	42	5,9%
Autoridades estatais	124	**37,9%**	-0,5	160	**41,1%**	0,5	284	**39,7%**
Dependentes químicos	41	12,5%	0	49	12,6%	0	90	12,6%
Outros cidadãos	64	19,6%	0,2	72	18,5%	-0,2	136	**19,0%**
Movimentos sociais	5	1,5%	0	6	1,5%	0	11	1,5%
Especialistas	51	15,6%	0,5	53	13,6%	-0,5	104	14,5%
Traficantes	3	**0,9%**	-1,7	14	**3,6%**	1,6	17	2,4%
Total	327	100%		389	100%		716	100%
Qui-Quadrado = 9,720; p = 0,205[40]; V de Cramer = 0,117								

FONTE: A autora (2018).

Como demonstra o coeficiente do teste de V de Cramer, nessa primeira variável não existe associação forte entre os jornais, o que explica o fato da análise de resíduos padronizados não apresentar valores acima ou abaixo do limite crítico. Nesse caso, portanto, o comportamento dos dois periódicos tende a ser semelhante, sem variações estatisticamente significativas. Entretanto, é possível observar algumas diferenças quando comparamos a ocorrência das categorias nos respectivos jornais e no *corpus* total.

Tanto em FSP quanto em OESP a categoria que mais aparece é (2), autoridades estatais. Nesses casos, são utilizadas como fontes autoridades do Judiciário, como em *Pinel agora tem drogas e furtos, acusa Promotoria* (BEDINELLI, 2013), de FSP, em que o jornal aborda problemas trazidos a um hospital psiquiátrico

[38] Não foi registrada a ocorrência da categoria "outros" no *corpus* da pesquisa e, por isso, ela não aparece na tabela.

[39] Além dos resultados totais mais significativos, também destacamos em todas as tabelas da dissertação, em negrito, as categorias de cada jornal que apresentaram mais diferenças em relação ao todo. Desse modo, o leitor pode, em complemento à análise dos resíduos padronizados, perceber com mais facilidade onde estão as diferenças entre os periódicos.

[40] O valor de significância dos testes indica se os resultados obtidos são estatisticamente significativos, isto é, se podem ser extrapolados de uma amostra para a população de casos. No entanto, como a totalidade dos textos foi codificada, este valor não precisa ser considerado. Por isso, p é apresentado, nas tabelas deste trabalho (à exceção das que mostram os resultados das regressões), apenas a título de ilustração.

por conta do atendimento de dependentes químicos. Também são incluídos nessa categoria os textos que possuem como principais vozes secretários de governo ou policiais. É o caso de *Menores matam por crack na Zona Leste* (BARROS, 1994), em que todo o texto é construído com base no levantamento feito por uma delegada de polícia.

Se considerarmos o total de unidades de análise, esse tipo de fonte aparece quase 21% a mais do que a segunda categoria mais recorrente, (4), outros cidadãos (19%). Estão incluídos nesse código os textos que trazem depoimentos de familiares de usuários, como *No meio da surra, mãe enfrenta PMs e salva filho* (FRANÇA, 2007), que traz o relato da mãe de um dependente químico que foi defendê-lo da violência policial. Moradores e comerciantes também são ouvidos nesses casos, como em *Cracolândia resiste, agora em novo endereço* (MENA, 2005), texto em que pessoas aparecem reclamando de transtornos causados pela migração dos usuários.

Especialistas aparecem em terceiro lugar, com 14,5% das ocorrências no total (15,6% em FSP e 13,6% em OESP). Essas fontes podem ser médicos, como em *Dependência do crack já supera a do álcool* (LOMBARDI, 1999), ou cientistas sociais, como em *A cracolândia muda, mas não deve acabar, afirma antropóloga* (LUCENA, 2015). Os próprios dependentes químicos, por sua vez, foram ouvidos em 12,6% das unidades de análise. No caso de OESP, um exemplo interessante em que um usuário de drogas foi acompanhado por uma série de matérias do jornal é a história da menina da Darlene, contada em textos como *Darlene volta para o crack e é presa por roubo* (NUNOMURA, 1997). Após publicação de uma matéria no jornal, a adolescente recebeu a oferta de um tratamento para o vício. Entretanto, acabou recaindo. OESP acompanhou os acontecimentos envolvendo Darlene, publicando várias matérias tendo a menina como protagonista.

Apesar das semelhanças, os resultados revelam diferenças no que diz respeito ao uso de políticos como fontes nas matérias: FSP se utiliza mais desse recurso (7,6%) do que OESP (4,4%). Algumas matérias publicadas pela *Folha* tendo políticos como fontes enfatizaram o conflito entre estes atores, como é o caso de *Diálogo da prefeitura com tráfico provoca ataques entre PT e PSDB* (CARMO; TUROLLO JR., 2015) e '*Creio na evolução da espécie', diz Haddad sobre ação da polícia* (GUTIERREZ, 2014). O inverso acontece com relação à categoria (7), traficantes. Enquanto 3,6% dos textos do *Estadão* deram espaço para estes atores,

apenas 0,9% das matérias da *Folha* contaram com falas destas pessoas. No caso de OESP, o uso deste tipo de fonte é mais recorrente nos anos 1990 (que concentram nove das 14 ocorrências). Isso não significa, contudo, que dar voz a estes atores é retratá-los de maneira favorável, ou conceder espaço para que eles se defendam de acusações policiais, por exemplo. Em *Fornecedor conta como é o seu 'comércio'* (1995), o jornal faz uma entrevista com um traficante, no formato *ping-pong*[41], em que ele descreve como realiza a venda de entorpecentes. Entre as perguntas feitas pelo periódico estão "seus filhos fumam crack ou cheiram cocaína?" e "você acha que o traficante deveria ser esquecido na cadeia?".

Tendo identificadas as fontes mobilizadas nas matérias, a segunda parte da variável definição do problema consiste em verificar qual o tema de cada uma das unidades de análise (tabela 2). Nesse caso, os jornais passam a apresentar diferenças estatisticamente significativas (p=0,000), mesmo que de intensidade baixa, com o coeficiente de V de Cramer em 0,195 – o que equivale a um efeito de 19,5%.

TABELA 2 – DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: SUBTÓPICO

	FSP			OESP			TOTAL	
	N	**%**	**RP**	**N**	**%**	**RP**	**N**	**%**
Violência/Criminalidade	70	**21,4%**	-1,6	115	**29,6%**	1,4	185	**25,8%**
Saúde	76	23,2%	0,8	75	19,3%	-0,8	151	21,1%
Degradação urbana	118	**36,1%**	1,9	99	**25,4%**	-1,7	217	**30,3%**
Histórias de vida	33	10,1%	-0,7	49	12,6%	0,7	82	11,5%
Conflito político	18	5,5%	0,8	15	3,9%	-0,7	33	4,6%
Infância/adolescência	9	**2,8%**	-2,5	35	**9%**	2,3	44	6,1%
Outro	3	0,9%	0,9	1	0,3%	-0,8	4	0,6%
Total	327	100%		389	100%		716	100%
Qui-Quadrado = 27,210; p = 0,000; V de Cramer = 0,195								

FONTE: A autora (2018).

A análise dos resíduos padronizados nos mostra que uma das categorias – infância/adolescência – concentra as variações, com ocorrências observadas abaixo do esperado em FSP e acima do esperado em OESP. Ao selecionarmos somente esses casos no *Estadão*, é possível perceber uma distribuição desigual no período

[41]Também chamado de "perguntas e respostas". Nesse caso, o texto contém uma introdução escrita pelo repórter e, na sequência, uma série de perguntas com as respostas do entrevistado transcritas (o jornalista, porém, formula as questões e edita as falas da fonte, de modo que existe uma mediação entre as declarações e o texto final).

de análise: 18 ocorrências aparecem na década de 1990, apenas cinco na primeira década dos anos 2000, e doze entre 2010 e 2014. Observando cada um dos textos, é possível perceber que a diferença não é apenas na quantidade de vezes que o jornal publicou textos sobre o assunto: nos primeiros anos do intervalo temporal analisado, as matérias se concentram mais em casos de violência relacionados aos menores de idade. É o caso de *Crack causou morte de 97 menores em 6 meses* (LOMBARDI, 1996a) e *Dívida de crack leva menor a sequestrar garota* (AUGUSTO, 1996). A última conta a história de um jovem de 17 anos que sequestrou uma menina de 12 em busca de R$ 4 mil necessários para quitar uma dívida pela compra de drogas.

Por outro lado, entre os anos 2001 e 2014 começam a ser debatidas outras questões envolvendo crianças e adolescentes. A adoção de menores, filhos de dependentes químicos, por exemplo, é tema da matéria *Interessados em adotar rejeitam 'filhos do crack'* (MAZZITELLI, 2011). Já em *Droga só leva 12% das crianças à cracolândia* (MANSO, 2011), o jornal explora outras questões, para além da dependência química, que ocasionam a saída dos menores de casa. Longe da família, eles passam a viver nas ruas da capital paulista. Abordagem semelhante acontece em *O desafio de tirar crianças e adolescentes do mundo do crack* (RODRIGUES, 2014), texto em que OESP trata do Projeto Quixote, desenvolvido por uma ONG e voltado a crianças dependentes químicas que vivem na "cracolândia".

Com relação aos demais subtópicos, outras diferenças podem ser percebidas, mesmo que elas não sejam estatisticamente significativas. O tema mais abordado no *corpus* é o da degradação urbana, com 30,3% no total. Em FSP, contudo, esse subtópico aparece mais (36,1%) do que em OESP (25,4%). No caso da *Folha*, as ocorrências são registradas apenas a partir dos anos 2000, abordando questões como programas de revitalização da região central da cidade (SPINELLI, 2008) ou o aparecimento de novas "cracolândias" em outros pontos da capital. Em *'Cracolândia' expande os seus domínios* (CAPRIGLIONE; GALLO, 2006), o jornal discute como, mesmo após promessas do poder público de transformação da região, os traficantes acabaram por dominar ainda mais território na parte central da cidade.

Se considerarmos o *corpus* total analisado, o segundo subtópico mais frequente é o de número (1), violência/criminalidade. Para OESP, contudo, esta

categoria é a que mais aparece (29,6%), enquanto para FSP ela fica em terceiro lugar (21,4%). Novamente, o *Estadão* apresenta um desequilíbrio no que diz respeito à distribuição dos textos ao longo do tempo. Das 115 matérias que tratam de casos de violência, 66 estão concentradas nos anos 1990. Além de casos de chacinas (e.g. BARROS, 1996; LOMBARDI, 1996b), também aparecem com frequência matérias que tratam da apreensão de "pedras" de crack e outras drogas (e. g. GODOY, 2012), ou textos que falam sobre a lógica de trabalho dos traficantes. Em *Mulheres tentam entrar com drogas na Detenção* (ANTAR, 1998), por exemplo, o jornal aborda a entrada de drogas na cadeia do Carandiru por meio das visitas aos detentos.

Já para o subtópico (2), saúde, que aparece em 21,1% do total de textos, acontece a relação inversa: FSP apresenta, proporcionalmente, maior ocorrência destes textos (23,2% de suas unidades de análise) se comparada a OESP (19,3%). Apesar disso, se considerarmos os números absolutos, a aparição deste tema é semelhante em ambos os periódicos (são 76 unidades de análise na *Folha* e 75 em OESP). Em *Internação de dependentes é controversa* (RIGHETTI, 2013), FSP mobiliza a opinião de especialistas para discutir se o internamento é a melhor saída pra o tratamento da dependência química. O mesmo acontece em *Internação é só para casos graves, diz psiquiatra do HC* (TAKAMASHI, 2013), em que o jornal dá espaço a um médico que defende que o internamento é recomendado apenas em casos específicos.

Já no texto *Em maternidade para viciada em crack, mãe tem alta, mas bebê fica* (BEDINELLI, 2012), FSP aborda a gestação e o parto dos recém-nascidos filhos de mães dependentes químicas. Nesse caso, o texto se diferencia do subtópico (6) infância/adolescência porque, apesar de tratar brevemente do futuro das crianças nascidas nessa situação, o texto tem foco no protocolo desenvolvido pelo hospital para identificar as mulheres usuárias de drogas que chegam para dar à luz na instituição.

Por fim, chama a atenção que, mesmo que FSP dê mais destaque a fontes do campo político, em comparação com OESP, a mesma diferença não aparece quando se trata do subtópico (5), conflito político. Nesse caso, os dois jornais têm frequência semelhante no *corpus*, com 18 casos para a *Folha* (5,5%) e 15 para o *Estadão* (3,9%).

Concluídos os resultados a respeito do tema das matérias analisadas, passamos à segunda variável proposta por Entman (1993): o apontamento de causas para o problema. Nesse caso, o coeficiente V de Cramer aponta para uma associação mais forte entre os periódicos analisados e as categorias desta variável, com valor de 23,9%. Essa é a associação mais intensa estabelecida entre os jornais e as variáveis da análise de *frames* específicos. Na tabela 3, que contém as frequências para cada uma das categorias e a análise de resíduos padronizados, é possível perceber as diferenças entre os jornais de modo mais detalhado.

TABELA 3 – CAUSAS

	FSP			OESP			TOTAL	
	N	**%**	**RP**	**N**	**%**	**RP**	**N**	**%**
Ausente	82	25,1%	0,3	91	23,4%	-0,3	173	**24,2%**
Ineficiência do Estado	132	**40,4%**	3,3	85	**21,9%**	-3	217	**30,3%**
Tráfico de drogas	46	**14,1%**	-2,2	93	**23,9%**	2	139	19,4%
Problemas sociais	28	8,6%	-0,7	42	10,8%	0,6	70	9,8%
Escolhas pessoais	19	**5,8%**	-1,8	44	**11,3%**	1,7	63	8,8%
Migração dos usuários	13	4%	-1,3	28	7,2%	1,2	41	5,7%
Corrupção	7	2,1%	0,6	5	1,3%	-0,6	12	1,7%
Outra	0	0%	-0,7	1	0,3%	0,6	1	0,1%
Total	327	100%		389	100%		716	100%
Qui-Quadrado = 41,021; p = 0,000; V de Cramer = 0,239								

FONTE: A autora (2018).

Inicialmente, cabe destaque o número significativo de textos que não apontaram causas para o problema: no total de unidades de análise foram 173 ocorrências, o que representa 24,2% do *corpus*. Esse tipo de matéria pode ser considerado mais descritivo em relação às demais, já que não aprofunda a questão a ponto de estabelecer relações entre os fatos e atores ou outros acontecimentos. Se considerarmos as unidades de análise que apresentaram causas, duas categorias são as que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os periódicos: (1) ineficiência do Estado e (2) tráfico de drogas.

Com relação à primeira categoria, ineficiência do estado, existem mais casos observados do que o esperado em FSP, enquanto para OESP ocorre o contrário. Essa causa está presente em matérias como *Falta de diálogo emperra programas na cracolândia* (MAISONNAVE; SANT'ANNA, 2016), em que o jornal explora o fato de esferas distintas de governo (estadual e municipal) não estabelecerem diálogo

sobre as ações feitas na “cracolândia”. Assim, de acordo com o periódico, o dependente químico fica em meio a uma “guerra política”. Em 2015, mais um exemplo desta abordagem aparece: a matéria *Três dias após ação, tráfico é intenso nas ruas da cracolândia* (2015) aponta que, mesmo após uma operação da prefeitura para desmontar barracos feitos por usuários em calçadas de ruas do centro da cidade, o chamado “fluxo” (aglomeração de pessoas para uso e tráfico de crack) continuava intenso.

Casos em que ações da polícia são consideradas inadequadas ou violentas também entram nesta categoria (CONFRONTO..., 2014). O Estado é considerado ineficiente, além disso, por não conseguir solucionar o problema da “cracolândia”, prejudicando a vida de moradores do centro da cidade (YARAK; MONTEIRO, 2014) e, em algumas vezes, porque o uso e o tráfico de drogas ocorrem próximo à atuação da polícia. É o caso de *Ponto de tráfico fica ao lado de delegacia* (MUNIZ, 2012), em que o jornal dá espaço para moradores se queixarem da situação: “Uma cerca de arame instalada no muro que divide a delegacia da ‘boca’ revoltou os moradores da região. ‘Até a delegacia está tentando se proteger’, afirma José Ricardo Campelo, da Associação Santa Cecília Viva” (MUNIZ, 2012, p. C4).

Por outro lado, a categoria (2), tráfico de drogas, aparece menos do que o esperado em FSP, enquanto OESP apresenta o comportamento contrário. Nessa configuração, o tráfico aparece como causa de episódios de violência, como o descrito na matéria *Traficante marca a ferro rapaz que lhe devia dinheiro* (LOMBARDI, 1996c), de um menor de 16 anos que sofreu agressões por conta de uma dívida com drogas. O texto reforça que essa era a situação de muitos outros adolescentes: “Dezenas de menores, meninas e meninos, são adotados por traficantes nas ruas do Centro e muitos são ameaçados e até mortos quando querem se livrar dos criminosos” (LOMBARDI, 1996c, p. C1).

Em outro caso, o tráfico é considerado responsável por popularizar o consumo de crack entre usuários que antes compravam outros tipos de drogas (DACAUAZILIQUÁ, 2008). O comércio irregular de entorpecentes também é associado a casos de furtos e roubos, como em *Comerciantes se protegem e moradores se trancam em casa* (BRANCATELLI, 2010a, p. C5). No texto, moradores e comerciantes se queixam dos danos causados pela venda e consumo de crack em locais próximos:

> A dona do restaurante Mainichi, Adriana Torigoe, que fica a um quarteirão de distância de onde está o principal ponto de tráfico de drogas da região, até já desistiu de servir jantar ou mesmo fazer happy hour em seu estabelecimento. “Não dá nem pra pensar em fazer isso, não tem segurança”, diz. “Já invadiram aqui quatro vezes, para roubar cigarro, bebida, uísque...Colocamos alarme e monitoramento eletrônico, não dá pra ter clientes aqui à noite”, lamenta a comerciante (BRANCATELLI, 2010a, p. C5).

Se considerarmos o total de unidades de análise, a categoria (3), problemas sociais, aparece em quarto lugar, com 9,8% dos textos. Entretanto, a distribuição não é semelhante entre os periódicos, mesmo que as diferenças não sejam estatisticamente significativas: esta causa aparece mais em OESP (10,8%) do que em FSP (8,6%). No caso do *Estadão*, 36 das 42 ocorrências aparecem após o ano de 2004. São matérias em que o jornal aborda a presença de crianças e mulheres no tráfico de drogas, por exemplo. Em *Tráfico usa cada vez mais meninas* (ARANDA, 2009a), o periódico aponta para o crescimento de menores do sexo feminino internadas na Fundação Casa e para a associação entre tráfico de drogas e prostituição. Diz o texto:

> Walter Varanda, pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), (...) observou a chegada das meninas ao crack no último ano. “O que ainda precisamos descobrir é de onde estas garotas estão vindo, se são situações de ruptura familiar, de violência doméstica...Elas encontram na droga sensações de engrandecimento que não conseguem em outros contextos” (ARANDA, 2009a, p. C5).

Com a causa (4), escolhas pessoais, ocorre a mesma tendência. Se, no total, ela representa 8,8% das unidades de análise, para FSP são 5,8%, enquanto para OESP essa categoria aparece em 11,3% dos textos. Em *Cracolândia: 93% recusam atendimento* (ZANCHETTA, 2009), o *Estadão* destaca que, mesmo com abordagens de agentes da Secretaria Municipal da Saúde, os dependentes químicos não aceitaram a oferta de tratamento médico. O texto diz que, diante da recusa, a estratégia do poder público é deixar o usuário “sem saída”: “Para o secretário municipal de Saúde, Januário Montone, quanto mais a droga rarear na região mais fácil ficará a abordagem dos agentes. ‘É no momento de uma crise de abstinência, por exemplo, que o usuário procura o agente’” (ZANCHETTA, 2009, p. C3).

As demais categorias tiveram presença tímida no *corpus* analisado. A causa (5), migração dos usuários, aparece em 5,7% do total de unidades de análise, novamente com desequilíbrio entre os jornais (OESP apresenta 7,2%, enquanto FSP tem 4%). Já a causa (6), corrupção, representou apenas 1,7% das matérias

analisadas na pesquisa. Nesse caso, a *Folha* apresentou mais textos (2,1%) do que o *Estadão* (1,3%), mas a incidência foi baixa para ambos os periódicos.

Quanto à quarta variável de análise, os julgamentos morais, observou-se baixa relação entre os periódicos e as categorias propostas. Como mostra a tabela 4, o coeficiente V de Cramer indicou associação de apenas 15,5% entre as variáveis.

TABELA 4 – JULGAMENTOS MORAIS[42]

	FSP			OESP			TOTAL	
	N	**%**	**RP**	**N**	**%**	**RP**	**N**	**%**
Ausente	196	59,9%	-0,4	245	63%	0,3	441	**61,6%**
Culpa o Estado	117	**35,8%**	1,5	106	**27,2%**	-1,4	223	**31,1%**
Culpa a sociedade	6	1,8%	0,7	4	1%	-0,6	10	1,4%
Culpa os dependentes químicos	4	1,2%	-1,6	15	3,9%	1,5	19	2,7%
Culpa os traficantes	4	**1,2%**	-2	19	**4,9%**	1,8	23	3,2%
Total	327	100%		389	100%		716	100%
Qui-Quadrado = 17,229; p = 0,002; V de Cramer = 0,155								

FONTE: A autora (2018).

A análise dos resíduos padronizados permite perceber em qual par de categorias está concentrada a associação. Nesse caso, o único par que apresentou resíduos significativos foi o da categoria (4), culpa os traficantes, para FSP. Este julgamento moral foi observado em menos casos do que o esperado para este jornal, representando apenas 1,2% das unidades de análise, mas o contrário não aconteceu para OESP. O *Estadão* apresenta mais textos com este julgamento (4,9%), mas a diferença entre o número de casos observados e o esperado não resultou em resíduos padronizados acima do limite crítico de 1,96.

Um dos quatro casos em que a *Folha* culpou os traficantes de drogas pelo problema foi a matéria *Polícia descobre tráfico em clínica de SP* (SILVA, 2001), em que o jornal aborda a história de dois homens que vendiam crack em uma clínica de reabilitação para usuários de álcool e drogas na região metropolitana da capital paulista. Entre os 37 pacientes em tratamento, destaca o periódico, estavam dez menores de idade. A reprimenda ao comportamento dos traficantes aparece na fala de um dos entrevistados selecionada pelo autor da matéria: "'É deprimente alguém

[42] Assim, como na tabela 1, não houve presença da categoria "outros" no *corpus* da pesquisa, e por isso ela não foi incluída na apresentação dos dados para esta variável.

vender droga dentro de um lugar de reabilitação, por isso a lei usa disso como agravante de pena', afirmou o delegado Ubiracyr Pires da Silva (...), do Denarc" (SILVA, 2001, p. C1).

Já para o *Estadão*, este julgamento aparece predominantemente nos anos 1990, que concentram 13 dos 19 casos registrados. Em *Droga causa dependência rápida e total* (ALBANESE, 1995), o texto aponta que não foram só os efeitos do crack que fizeram com que o consumo se popularizasse entre todas as classes sociais. A afirmação aparece em uma fala de Solange Napo, pesquisadora do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, da Escola Paulista de Medicina: "'Os traficantes têm papel fundamental nesse processo', afirma. 'Afinal são eles que impõem os modismos que, obviamente, vão lhe trazer mais lucros'. De acordo com ela, tudo se resume a uma questão de mercado" (ALBANESE, 1995, p. C1).

Para além dos resultados apontados pelos resíduos padronizados, é possível perceber que há grande quantidade de matérias (61,6% no total) que não apresentam julgamentos morais. Esse comportamento pode ser atribuído ao esforço feito pelos periódicos brasileiros na busca pela separação entre informação e opinião, de modo que qualquer manifestação de preferência é coibida pelos jornais[43]. Entre os julgamentos que foram identificados, o que mais se destacou, em ambos os periódicos, foi (1), culpa o Estado (31,1%). Apesar dos resíduos padronizados não apresentarem diferenças estatisticamente significativas entre os jornais, é possível perceber que FSP teve mais presença deste julgamento (35,8%) do que OESP (27,2%).

No caso da *Folha*, este julgamento aparece, por exemplo, em matérias nas quais o jornal trata do consumo de drogas dentro de penitenciárias, isto é, em locais onde o Estado deveria ter total controle sobre o que chega às mãos dos presos (SILVA; DURAN, 2001). Casos de policiais que são pegos traficando drogas também apresentam este julgamento moral (POLICIAIS..., 2001). Aparecem de forma significativa, além disso, matérias que exploram como as ações implementadas pelos governos para combater o uso e o tráfico de crack não surtem o efeito desejado. Em *Sem centro de apoio, PM espalha craqueiros na cidade* (CORREA;

[43] É importante destacar que os julgamentos morais identificados nas matérias, de modo geral, não estão colocados de forma explícita pelo jornalista. As avaliações podem ser feitas por fontes, de modo que aquelas que possuem opiniões em consonância com as da empresa jornalística recebem mais espaço nos textos publicados.

BEDINELLI, 2012), a *Folha* aponta que uma ação da Polícia Militar na região da "cracolândia" foi realizada sem que um equipamento para tratamento dos usuários tivesse sido inaugurado. Isso teria prejudicado, inclusive, as ações de saúde que já eram praticadas no local, como aponta este trecho: "Especialistas consideram a ação da PM 'higienista'. Dizem que ela atrapalha o trabalho dos agentes de saúde, que buscam criar vínculos com os usuários para encaminhá-los para tratamento" (CORREA; BEDINELLI, 2012, p. C1).

Já para OESP, esse julgamento moral aparece, por exemplo, em matérias que tratam do tráfico de drogas, como em *Falta fiscalização e sobre droga na cracolândia* (PAIVA, 1998a). No texto, o aumento da extensão do chamado "quadrilátero das pedras" (área de consumo de crack formada por quatro ruas do centro de São Paulo) é atribuído à falta de ações do poder público: "As atividades [uso e tráfico de crack] são de conhecimento da polícia, que alega dificuldade de ação por causa da falta de colaboração da prefeitura" (PAIVA, 1998a, p. C6).

Em outros casos, ações empreendidas pela Prefeitura, mas que não estão dando resultados, são pauta para o jornal. Em *Nova Luz ainda não rejuvenesceu* (CARRANCA, 2006), o *Estadão* afirma que o projeto de revitalização do centro da cidade, proposto pelo então prefeito José Serra (PSDB) e batizado de "Nova Luz", não apresentou os efeitos desejados. "Indiferente à nova alcunha, a velha Cracolândia (...) continua a mesma, exceto por alguns prédios e hotéis, redutos de traficantes e viciados, lacrados pela Prefeitura em 2005. Não que o problema tenha se resolvido – tráfico e consumo de crack permanecem" (CARRANCA, 2006, p. C4). As categorias (2), culpa a sociedade, e (3), culpa os dependentes químicos, por sua vez, apareceram em um baixo número de matérias (1,4% e 2,7%, respectivamente, se considerado o *corpus* total).

Finalizando a análise de *frames* específicos a partir das variáveis de Entman (1993), passamos às soluções apresentadas pelas matérias para os problemas tratados (tabela 5). Mais uma vez, a variável não apresenta associação significativa com relação aos periódicos analisados, como aponta o coeficiente V de Cramer no valor de 0,133. Além disso, pela análise de resíduos padronizados é possível perceber que não há nenhum par de categorias com número de casos observados acima ou abaixo do esperado, já que não houve valores maiores ou menores que o limite crítico. Observando os resultados, ademais, chama a atenção o número de unidades de análise que não apresentaram soluções para o problema:

no total foram 79,9%, com maior proporção em FSP (83,8%) do que em OESP (76,6%).

TABELA 5 – SOLUÇÕES

	FSP			OESP			TOTAL	
	N	**%**	**RP**	**N**	**%**	**RP**	**N**	**%**
Ausente	274	83,8%	0,8	298	76,6%	-0,7	572	**79,9%**
Internamento compulsório/involuntário	7	2,1%	-0,3	10	2,6%	0,3	17	2,4%
Internamento voluntário	16	4,9%	-0,5	24	6,2%	0,5	40	5,6%
Ação policial	17	**5,2%**	-1,9	42	**10,8%**	1,8	59	**8,2%**
Redução de danos	13	4%	0,6	11	2,8%	-0,6	24	3,4%
Outro	0	0%	-1,4	4	1%	1,2	4	0,6%
Total	327	100%		389	100%		716	100%
Qui-Quadrado = 12,622; p = 0,027; V de Cramer = 0,133								

FONTE: A autora (2018).

Se observarmos a frequência das demais categorias, é possível perceber que a de número (3), ação policial, é a que mais aparece (8,2%). Entretanto, a frequência desta solução é maior para OESP, que tem 10,8% de suas unidades de análise incluídas neste código. Em *O inferno da Cracolândia está quase vazio* (CARVALHO, 2005a), o *Estadão* discute como a região central se tornou menos degradada após a chamada Operação Limpa.

> Que melhorou, não se discute. 'Isso aqui estava mais para rua do inferno', afirma Lázaro Manoel dos Santos, de 33, gerente de uma sucata 24 horas na Rua dos Protestantes. No cenário que ele monta, os cachimbos de crack pareciam vaga-lumes, os nóias perambulavam como zumbis e as calçadas eram atulhadas de dejetos. Perto da meia-noite, Lázaro se protegia no escritório da sucata. Agora, está na rua, com as calçadas quase vazias (CARVALHO, 2005a, p. C).

Em outro exemplo, o texto *Seguranças do centro usam porretes para afastar quem sai da cracolândia* (RODRIGUES; CARDOSO, 2012), o jornal aponta como a falta de policiamento fez com que outras pessoas fizessem o trabalho do Estado. Os seguranças contratados pelos comerciantes, no entanto, usaram porretes para dispersar usuários de crack que ocupavam as calçadas. A matéria também cita casos de dependentes arrastados e agredidos. Apesar do apoio dado pelos comerciantes da região, um dos entrevistados citados no texto, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, aponta que a prática é ilegal: "'A lei não autoriza particulares a fazerem justiça com as próprias mãos'" (RODRIGUES; CARDOSO, 2012, p. C1).

A categoria que aparece em segundo lugar nesta variável, considerando o *corpus* total, é (2) internamento voluntário, com 5,6% das unidades de análise. OESP apresenta mais casos englobados nesta categoria (6,2%), mas com diferença menos significativa em relação a FSP (4,9%). Em *Grupo usa café e limão para tratar viciado em crack* (TUROLLO JR., 2015), a *Folha* apresenta ao leitor o Projeto Crack Zero, comandado por um líder comunitário, que sofria o risco de perder suas instalações e ter de despejar os 60 usuários em tratamento no local. O texto traz o exemplo de um dependente químico que passou pela entidade e voltou a trabalhar e a conviver com a família: "'O projeto te deixa livre, mas sempre com outro [interno]. Se você fraqueja, o outro dá a mão', diz [José Allan Rosa de] Mello, que voltou recentemente a viver com a mulher e as três filhas" (TUROLLO JR., 2015, p. B4).

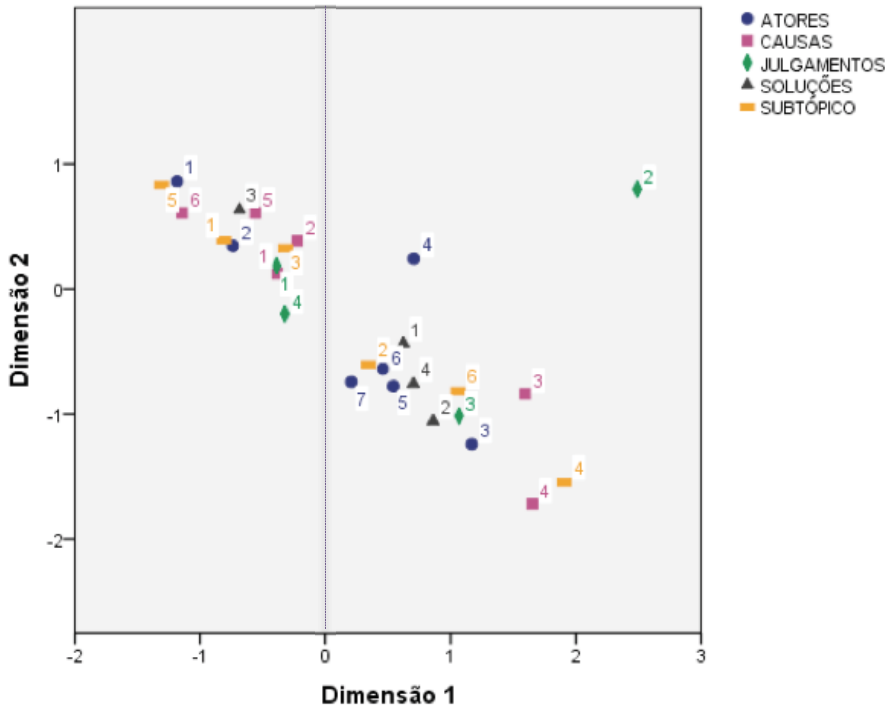
Chama a atenção, por fim, que para ambos os jornais o internamento voluntário fica à frente da categoria (1), internamento compulsório/involuntário. Isso pode indicar que os periódicos, em sua seção informativa, procuram não se posicionar diante de questões polêmicas, visto que o tratamento forçado de dependentes químicos é alvo de intensas discussões políticas e também na área da Saúde. Do mesmo modo, a solução (4), redução de danos, também aparece pouco no *corpus* analisado (3,4% no total), mesmo que FSP tenha maior frequência desta categoria (13 unidades de análise, o que equivale a 4% das matérias) do que OESP (que aparece com 11 textos, ou 2,8% do material analisado para este periódico).

Em *Overdose de drogas é tema de treinamento* (BIANCARELLI, 2002), FSP aborda um projeto da Prefeitura de São Paulo para capacitar agentes de saúde para o atendimento de dependentes químicos. O texto destaca a importância da ação: "[Os profissionais] não são preparados nas escolas médicas e de enfermagem e levam para o trabalho o mesmo conceito moral que a sociedade tem das drogas, a de que o usuário deve ser punido" (BIANCARELLI, 2002, p. C4).

Para OESP, entre as 11 ocorrências registradas aparecem textos que tratam do programa *De Braços Abertos*, como *Usuário que trabalha troca crack por maconha, diz prefeitura* (RIBEIRO; SANTOS, 2014b). Em outras matérias, o jornal apresenta projetos que o poder público pretendia concretizar mas que acabaram não se tornando realidade, inspirados em políticas de países como a Holanda. Um exemplo é o conceito de "sala segura", em que o dependente poderia fazer uso de drogas sob a supervisão do Estado (RIBEIRO; SANTOS, 2014a).

Como coloca Entman (1993) em sua definição de enquadramento, essas variáveis, em conjunto, fazem parte de um *frame*. Portanto, para de fato identificar quais foram os quadros configurados pelos jornais a respeito do tema, é preciso verificar como as categorias propostas em cada uma das variáveis se relacionam, formando padrões de interação. Para isso, utilizamos como ferramenta metodológica a Análise de Correspondência Múltipla (ACM)[44], tendo como inspiração a pesquisa de Campos (2013; 2014)[45]. Inicialmente, foi realizado um teste de ACM para cada um dos periódicos. No gráfico 2 estão os resultados para FSP.

GRÁFICO 2 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA FSP



Dimensão 1 – Alfa de Cronbach = 0,854; Inércia = 0,631
Dimensão 2 – Alfa de Cronbach = 0,825; Inércia = 0,588
Média – Alfa de Cronbach = 0,840; Inércia = 0,609

FONTE: A autora (2018).

[44] Carvalho (2016) explica que a Análise de Correspondência Múltipla é utilizada para verificar a relação entre variáveis categóricas, nominais ou ordinais (que devem ser tratadas como nominais). Para compreender a análise, é preciso observar as distâncias entre as categorias no gráfico, de modo que quanto mais próximos estiverem os pontos, maior é a correspondência. Ao realizar a leitura dos dados, além disso, é preciso observar o valor do alfa de Cronbach, o que nos dá "a porcentagem de variação entre as variáveis analisadas. Assim, quanto maior for o alfa de Cronbach médio, mais consistente é a análise de correspondência" (CARVALHO, 2016, p. 142). Ademais, é necessário verificar o valor da inércia, que permite identificar a variação conjunta das categorias. Por fim, a análise também fornece uma tabela com as correlações entre as variáveis transformadas para a dimensão mais explicativa do gráfico (sendo a dimensão 1 o eixo x e a dimensão 2 o eixo y).

[45] O autor utiliza a Análise de Correspondência Simples em seu estudo. Entretanto, como estamos utilizando mais de duas variáveis, ela não seria adequada aos dados apresentados.

Observando a média do Alfa de Cronbach para este primeiro gráfico, é possível dizer que 84% das variações conjuntas foram explicadas, sendo a dimensão 1 a mais explicativa, com inércia de 0,631. Analisando a distribuição das categorias[46] a partir do eixo x, dessa forma, é possível observar a presença de dois conjuntos. O primeiro se coloca entre os pontos -2 e 0 do eixo, enquanto o segundo está do ponto 0 em diante, como mostra a linha pontilhada. Se considerarmos também a dimensão 2 – que, apesar de ter inércia inferior à dimensão 1, explicou 58,8% da variação conjunta das categorias –, o julgamento moral (2), culpa a sociedade, ficaria isolado no gráfico. Sendo assim, o quadro 4 resume quais os dois principais grupos formados a partir da ACM tendo como guia a dimensão mais significativa.

QUADRO 4 – ENQUADRAMENTOS FORMADOS A PARTIR DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA FSP

FRAME[47]	**CATEGORIAS**
1	*Atores*: 1 – Campo político; 2 – Autoridades estatais; *Subtópico*: 1 – Violência/criminalidade; 3 – Degradação urbana; 5 – Conflito político; *Causas*: 1 – Ineficiência do Estado; 2 – Tráfico de drogas; 5 – Migração dos usuários; 6 – Corrupção; *Julgamentos morais*: 1 – Culpa o Estado; 4 – Culpa os traficantes; *Soluções*: 3 – Ação policial.
2	*Atores*: 3 – Dependentes químicos; 4 – Outros cidadãos; 5 – Movimentos sociais; 6 – Especialistas; 7 – Traficantes; *Subtópico*: 2 – Saúde; 4 – Histórias de vida; 6 – Infância; *Causas*: 3 – Problemas sociais; 4 – Escolhas pessoais; *Julgamentos morais*: 2 – Culpa a sociedade; 3 – Culpa os dependentes químicos; *Soluções*: 1 – Internamento compulsório/involuntário; 2 – Internamento voluntário; 4 – Redução de danos.

FONTE: A autora (2018).

[46] Ao realizar a análise, o *software* SPSS, utilizado para executar o teste, desconsidera os valores ausentes. Por isso, essa categoria não aparece para nenhuma das variáveis propostas.

[47] No caso das Análises de Correspondência realizadas para o *corpus* de cada jornal, separadamente, não nomeamos os enquadramentos encontrados porque entendemos que poderíamos confundir o leitor. Isso se justifica porque, mais adiante, utilizaremos os *frames* obtidos no total de matérias analisadas para a realização de uma regressão.

Como é possível perceber pelos conjuntos de categorias, o enquadramento 1 está mais relacionado a problemas enfrentados pelos cidadãos, como violência e degradação urbana, enquanto o *frame* 2 é mais voltado aos próprios dependentes químicos, com abordagens de saúde e histórias de vida. Os conjuntos demonstram, além disso, que o jornal recomenda como solução a ação policial apenas no primeiro caso, enquanto no segundo todas as recomendações de tratamento se relacionam a questões de saúde, mesmo que sob perspectivas opostas.

Exemplo do primeiro enquadramento é a matéria *Feirão da droga* (SILVA; MACHADO; BERGAMIM JR., 2016), que descreve a venda de drogas ilícitas, feita livremente, no centro da capital paulista. Já o segundo *frame* foi identificado em textos como *Joguei a toalha, diz diretor de 'Cidade de Deus' sobre ator na cracolândia* (BERGAMIM JR., 2015), que conta a história de Rubens Sabino, ator que participou do filme *Cidade de Deus*. A matéria traz uma entrevista com Fernando Meirelles, diretor do longa-metragem, que conta como procurou ajudar Sabino. Entretanto, o ator não teria aproveitado as oportunidades oferecidas e acabou voltando a usar drogas (exemplo do julgamento número (3), culpa os dependentes químicos).

Além do gráfico, a Análise de Correspondência Múltipla oferece uma tabela com os valores de correlação entre as variáveis utilizadas no teste. Na tabela 6 aparecem os valores no caso de FSP, considerando a dimensão 1, que foi a mais significativa. Para facilitar a leitura dos dados, destacamos, em negrito, os pares de variáveis que obtiveram os maiores valores de correlação.

TABELA 6 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA FSP

	Atores	**Subtópico**	**Causas**	**Julgamentos**	**Soluções**
Atores	-	**0,309**	**0,353**	0,061	0,147
Subtópico	**0,309**	-	**0,287**	0,226	0,129
Causas	**0,353**	**0,287**	-	0,114	0,164
Julgamentos	0,061	0,226	0,114	-	0,066
Soluções	0,147	0,129	0,164	0,066	-
Autovalor	1,795	0,986	0,908	0,685	0,626

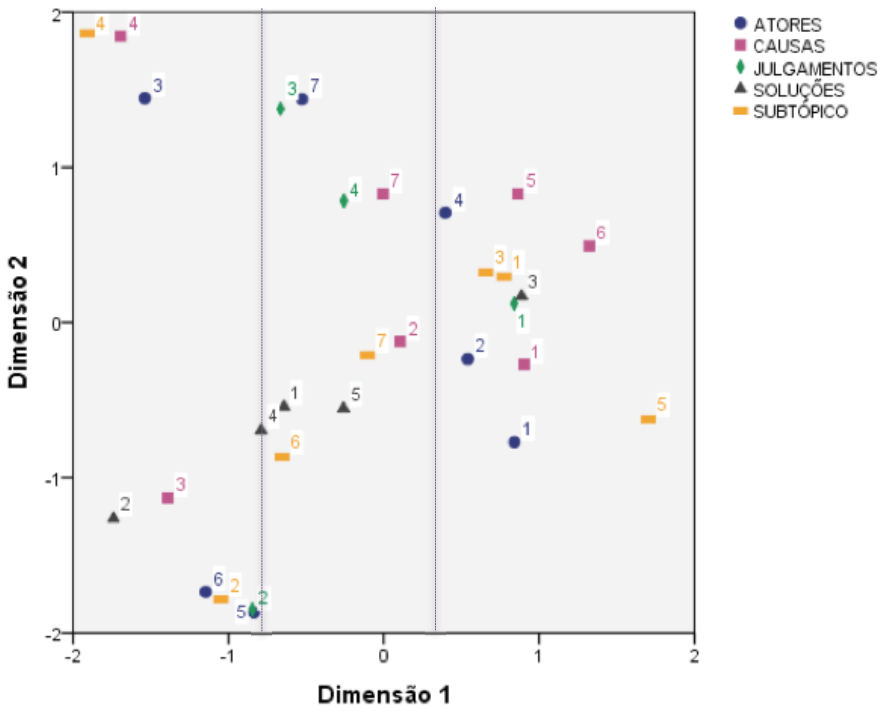
FONTE: A autora (2018).

A partir da tabela é possível perceber que a maior correlação, de 0,353, aparece entre as causas apontadas pelas matérias e os atores citados. Em seguida, atores e subtópico têm correlação de 0,309. Em terceiro lugar aparece o par causas

e subtópico, com correlação de 0,287. As demais variáveis apresentam valores mais baixos, sendo a maior de 0,226, entre subtópico e julgamentos morais.

Tendo verificado os resultados da ACM para *Folha*, apresentamos o teste para o *corpus* de OESP. Como é possível observar, apesar da média do alfa de Cronbach ser elevada (0,839), as categorias ficaram mais dispersas do que no gráfico de FSP. Mais uma vez, a dimensão 1 é a mais significativa da análise, visto que explica 61,9% das variações conjuntas das categorias.

GRÁFICO 3 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA OESP



Dimensão 1 – Alfa de Cronbach = 0,846; Inércia = 0,619
Dimensão 2 – Alfa de Cronbach = 0,832; Inércia = 0,598
Média – Alfa de Cronbach = 0,839; Inércia = 0,609

FONTE: A autora (2018).

Mesmo com as categorias mais dispersas no gráfico, é possível perceber a formação de alguns grupos, que estão bem próximos entre si. Para realizar a separação dos enquadramentos, utilizamos como guia a dimensão 1, mais significativa, de modo que foram formados três conjuntos, como mostra a divisão pelas linhas pontilhadas no gráfico. No quadro 5, apresentamos o agrupamento das categorias em diferentes enquadramentos, desconsiderando a dimensão 2, visto que ela foi a menos explicativa da análise.

QUADRO 5 – ENQUADRAMENTOS FORMADOS A PARTIR DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA OESP

continua

FRAME	CATEGORIAS
1	*Atores*: 3 – Dependentes químicos; 5 – Movimentos sociais; 6 – Especialistas; *Subtópico*: 2 – Saúde; 4 – Histórias de vida; *Causas*: 3 – Problemas sociais; 4 – Escolhas pessoais; *Julgamentos morais*: 2 – Culpa a sociedade; *Soluções*: 2 – Internamento voluntário.
2	*Atores*: 7 – Traficantes; *Subtópico*: 6 – Infância; 7 – Outro; *Causas*: 2 – Tráfico de drogas; 7 – Outro; *Julgamentos morais*: 3 – Culpa os dependentes químicos; 4 – Culpa os traficantes; *Soluções*: 1 – Internamento compulsório/involuntário; 4 – Redução de danos; 5 – Outro.
3	*Atores*: 1 – Campo político; 2 – Autoridades estatais; 4 – Outros cidadãos; *Subtópico*: 1 – Violência/Criminalidade; 3 – Degradação urbana; 5 – Conflito político; *Causas*: 1 – Ineficiência do Estado; 5 – Migração dos usuários; 6 – Corrupção; *Julgamentos morais*: 1 – Culpa o Estado; *Soluções*: 3 – Ação policial.

FONTE: A autora (2018).

Apesar das diferenças com relação a FSP, é possível perceber que o enquadramento 3 do *Estadão* se assemelha ao primeiro *frame* identificado na ACM feita para a *Folha*. Nesses textos, o jornal trata de problemas urbanos e de conflitos entre os governantes, tendo como principal recomendação de tratamento a ação policial. Exemplo desta abordagem é a matéria *Minicracolândia perto da Ceagesp leva medo a moradores da Vila Leopoldina* (BRANCATELLI, 2010b), em que o periódico destaca a situação de insegurança vivida por moradores que convivem com moradores de rua e usuários de crack: “A reportagem ainda visitou a região por três dias consecutivos. Além de flagrar o uso da droga, registrou a atuação da polícia. Ocasionalmente, as viaturas passam e não fazem nada” (BRANCATELLI, 2010b, p. C5).

Por outro lado, OESP se diferencia de FSP ao desmembrar o enquadramento que se refere à dependência química em dois. No primeiro, semelhante ao da *Folha*, predominam os subtópicos (2), saúde, e (4), histórias de vida. Exemplo deste *frame* é a matéria *Carreira é curta e destrói vida e aparência* (ARANDA, 2009b), que explora o fato de que as mulheres traficantes são, também,

usuárias de drogas. Por isso, com o tempo, acabam dispensadas pelos chefes do tráfico, porque sua aparência já não é mais a mesma. O segundo enquadramento, por outro lado, é focado no subtópico (6), infância – que, como apontado na análise desta variável, aparece de forma mais significativa em OESP do que em FSP. *Tráfico é sinônimo de conforto e garotas* (LOMBARDI, 2001), por exemplo, explora as motivações de menores de idade para o envolvimento com uma atividade tão perigosa quanto o tráfico de drogas.

Além do gráfico, podemos verificar quais variáveis tiveram maior correlação na ACM (tabela 7). Diferentemente de FSP, a maior correlação observada ocorre entre as variáveis subtópico e causas (0,440). Subtópico e atores, em seguida, também apresentam correlação significativa, de 0,378. Para OESP, além disso, a variável soluções apresenta correlação de 0,322 com subtópico, enquanto as variáveis causas e atores apresentam associação menor (0,306).

TABELA 7 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA OESP

	Atores	**Subtópico**	**Causas**	**Julgamentos**	**Soluções**
Atores	-	**0,378**	**0,306**	0,038	0,117
Subtópico	**0,378**	-	**0,440**	0,060	**0,322**
Causas	**0,306**	**0,440**	-	0,161	0,203
Julgamentos	0,038	0,060	0,161	-	**-0,118**
Soluções	0,117	**0,322**	0,203	**-0,118**	-
Autovalor	1,921	1,117	0,822	0,625	0,516

FONTE: A autora (2018).

Chama a atenção, ademais, que existe uma correlação negativa entre as variáveis soluções e julgamentos (-0,118), algo que não havia aparecido em FSP. Isso indica que, quando criticam atores envolvidos no problema, as matérias não apresentam recomendações de tratamento para a questão, isto é, o jornal não se envolve em propostas de resolução dos impasses.

Como foi possível observar durante toda esta seção da análise, os periódicos não se diferenciaram fortemente no que diz respeito às variáveis propostas por Entman (1993), o que já constitui um indicativo de que nossa primeira hipótese pode ser rejeitada. Por isso, trazemos, no tópico a seguir, alguns dados a respeito das mesmas variáveis, mas quando considerado o *corpus* completo analisado neste trabalho, sem que seja feita a distinção entre os dois periódicos.

3.2.1.1 Enquadramentos específicos considerando o *corpus* total

Tendo em vista nossas hipóteses de pesquisa, trazemos, inicialmente, o cruzamento entre as variáveis subtópico e atores (tabela 8). Desse modo, é possível verificar se algumas fontes são mais requisitadas que outras dependendo do tema abordado pelas matérias. A partir do coeficiente V de Cramer, podemos afirmar que há associação maior do que as demais observadas até este ponto do trabalho: o valor indica associação de 30,4% entre as variáveis. Por meio da análise dos resíduos padronizados é possível perceber em quais pares de categorias se concentra esta associação.

TABELA 8 – CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS SUBTÓPICO E ATORES

		Ausente	Políticos	Autoridades	Dependentes químicos	Outros cidadãos	Movimentos sociais	Especialistas	Traficantes
Violência	**N**	12	5	114	9	22	2	9	12
	%	6,5%	2,7%	**61,6%**	4,9%	11,9%	1,1%	4,9%	6,5%
	RP	1,3	-1,8	4,7	-3	-2,2	-0,5	-3,4	3,6
Saúde	**N**	5	7	54	13	10	5	57	0
	%	3,3%	4,6%	35,8%	8,6%	6,6%	3,3%	**37,7%**	0%
	RP	-0,7	-0,6	-0,8	-1,4	-3,5	1,8	7,5	-1,9
Degradação urbana	**N**	12	17	71	24	68	3	22	0
	%	5,5%	7,8%	**32,7%**	11,1%	**31,3%**	1,4%	10,1%	0%
	RP	0,7	1,2	-1,6	-0,6	4,2	-0,2	-1,7	-2,3
Histórias de vida	**N**	2	0	5	39	28	0	4	4
	%	2,4%	0%	6,1%	**47,6%**	34,1%	0%	4,9%	4,9%
	RP	-0,9	-2,2	-4,8	8,9	3,1	-1,1	-2,3	1,5
Conflito político	**N**	0	12	20	0	0	0	1	0
	%	0	36,4%	**60,6%**	0%	0%	0%	3%	0%
	RP	-1,2	7,2	1,9	-2	-2,5	-0,7	-1,7	-0,9
Infância	**N**	0	1	20	5	5	1	11	1
	%	0%	2,3%	**45,5%**	11,4%	11,4%	2,3%	25%	2,3%
	RP	-1,4	-1	-0,6	-0,2	-1,2	0,4	1,8	0,8
Outro	**N**	1	0	0	0	3	0	0	0
	%	25%	0%	0%	0%	**75%**	0%	0%	0%
	RP	1,9	-0,5	-1,3	-0,7	2,6	-0,2	-0,8	-0,3

Qui-Quadrado = 396,093; p = 0,000; V de Cramer = 0,304

FONTE: A autora (2018).

Se observarmos, de início, apenas os resíduos padronizados que ficaram acima do limite crítico de 1,96, é possível perceber que, além da categoria ausente, apenas a categoria (5), movimentos sociais, não foi observada em mais casos do que o esperado quando considerados os subtópicos tratados. Os políticos, por exemplo, foram mais citados quando o tema era o conflito entre as distintas esferas de governo. Autoridades estatais, por outro lado, apareceram mais nos textos que trataram de casos de violência e criminalidade.

Já os dependentes químicos, como esperado por uma de nossas hipóteses de pesquisa, aparecem mais quando o tema são histórias de vida. Nesse subtópico, também aparecem resíduos positivos para outros cidadãos, categoria que é citada mais do que o esperado, além disso, quando o tema é degradação urbana. Por fim, os especialistas aparecem mais como fontes quando o assunto é saúde, enquanto os traficantes são mais ouvidos no subtópico (1), violência/criminalidade.

Por outro lado, se observarmos os resíduos que ficaram abaixo do limite crítico de -1,96, veremos que as autoridades estatais foram menos citadas nas matérias de histórias de vida, assim como os especialistas. Essa categoria de atores também aparece menos do que o esperado nas unidades de análise a respeito de casos de violência, da mesma forma que outros cidadãos. Os últimos, por sua vez, apresentam resíduos negativos em outros dois subtópicos: saúde e conflito político. Já o último conjunto de atores, os traficantes, aparecem menos nos textos sobre degradação urbana – provavelmente porque as matérias os consideram como principais causadores deste problema, em alguns casos.

Esses dados nos mostram como, de fato, os jornalistas seguem rotinas no que diz respeito à produção das notícias, visto que as fontes têm credibilidade para tratar de alguns assuntos em detrimento de outros. Especialistas, por exemplo, são considerados as principais autoridades quando o assunto é saúde. Por outro lado, pesquisadores da área de segurança pública são deixados de lado para o subtópico violência, em que os atores considerados mais adequados são autoridades do próprio Estado, como a polícia ou membros do Poder Judiciário.

Outro cruzamento realizado entre as variáveis de análise para enquadramentos específicos permite verificar se alguns temas foram mais alvo de julgamentos morais por parte dos textos informativos do que outros. A tabela 9 nos mostra que há associação de 20,3% entre as variáveis subtópico e julgamentos morais, mais fraca que a anterior, mas não extremamente baixa.

TABELA 9 – CRUZAMENTO ENTRE AS VARIÁVEIS SUBTÓPICO E JULGAMENTOS MORAIS

		Ausente	Culpa o Estado	Culpa a sociedade	Culpa os dependen-tes químicos	Culpa os traficantes
Violência	**N**	119	48	1	5	12
	%	**64,3%**	25,9%	0,5%	2,7%	6,5%
	RP	0,5	-1,3	-1	0	2,5
Saúde	**N**	111	34	4	1	1
	%	**73,5%**	22,5%	2,6%	0,7%	0,7%
	RP	1,9	-1,9	1,3	-1,5	-1,7
Degradação urbana	**N**	101	108	1	5	2
	%	**46,5%**	**49,8%**	0,5%	2,3%	0,9%
	RP	-2,8	4,9	-1,2	-0,3	-1,9
Histórias de vida	**N**	60	11	1	6	4
	%	**73,2%**	13,4%	1,2%	7,3%	4,9%
	RP	1,3	-2,9	-0,1	2,6	0,8
Conflito político	**N**	16	17	0	0	0
	%	48,5%	**51,5%**	0%	0%	0%
	RP	-1	2,1	-0,7	-0,9	-1
Infância	**N**	32	4	2	2	4
	%	**72,7%**	9,1%	4,5%	4,5%	9,1%
	RP	0,9	-2,6	1,8	0,8	2,2
Outro	**N**	2	1	1	0	0
	%	**50%**	25%	25%	0%	0%
	RP	-0,3	-0,2	4	-0,3	-0,4

Qui-Quadrado = 117,984; p = 0,000; V de Cramer = 0,203

FONTE: A autora (2018).

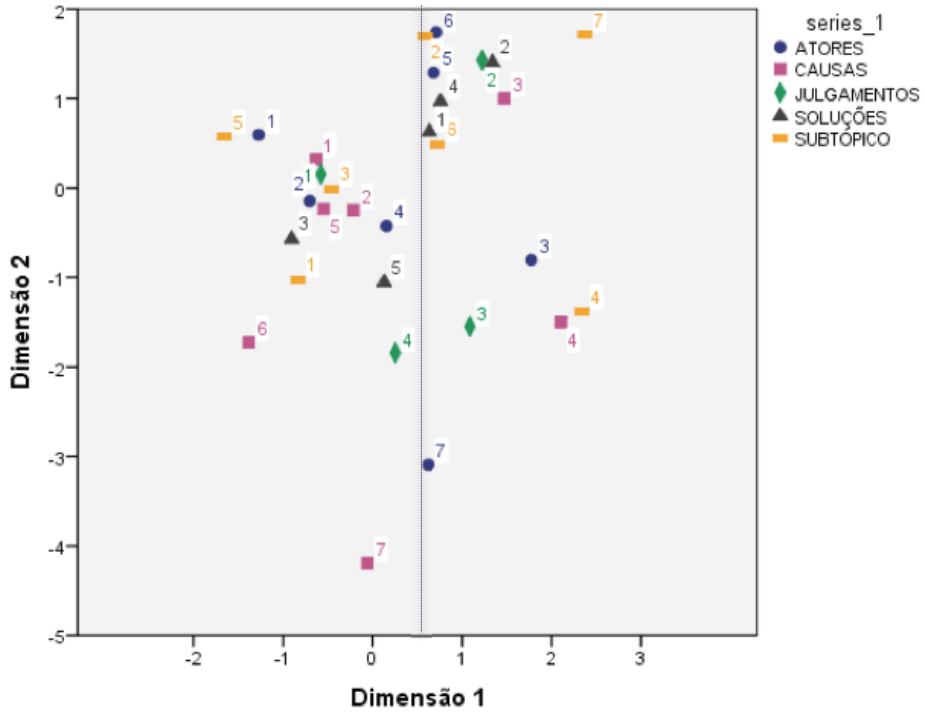
Pelos dados, percebemos que há mais pares de categorias em que os resíduos padronizados ficaram acima do limite crítico do que o contrário. Quando o assunto foi a degradação urbana ou o conflito entre esferas de governo, por exemplo, o julgamento (1), culpa o Estado, foi observado mais vezes do que o esperado. Já os dependentes químicos foram mais responsabilizados em matérias que abordaram histórias de vida, enquanto os traficantes aparecem como culpados principalmente nos textos sobre violência e relacionados a questões sobre infância e adolescência.

Por outro lado, o julgamento que responsabiliza o Estado foi registrado menos do que o esperado pelas matérias quando os subtópicos foram (4), histórias de vida, e (6), infância/adolescência. Nesses casos, os jornais consideraram que o

problema era de maior responsabilidade de atores da sociedade, como os próprios dependentes químicos ou os traficantes.

Além destes cruzamentos, também trazemos a ACM com as variáveis propostas por Entman (1993) considerando todo o *corpus* de análise. O objetivo é estabelecer um conjunto de enquadramentos padrão para ambos os jornais, levando em consideração que as distinções encontradas entre eles não foram significativas. Essa etapa será importante para a realização, mais adiante, do teste da primeira hipótese desta pesquisa. Os resultados mostram que a análise possui 82,2% de variação consistente das variáveis, tendo a dimensão 1 como a mais explicativa (com inércia de 0,610).

GRÁFICO 4 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA TODO O *CORPUS*



Dimensão 1 – Alfa de Cronbach = 0,840; Inércia = 0,610
Dimensão 2 – Alfa de Cronbach = 0,802; Inércia = 0,558
Média – Alfa de Cronbach = 0,822; Inércia = 0,584

FONTE: A autora (2018).

Para a formação dos grupos de categorias, nesse caso, consideramos inicialmente a dimensão 1, que separaria os enquadramentos em dois tipos, conforme a linha pontilhada presente no gráfico. Considerando que a dimensão 2 também possuiu resultados significativos, contudo, o segundo conjunto (a partir do

ponto 0 do eixo x) foi subdividido em dois[48], o que resultou em três *frames* quando considerados todos os textos para a análise. O quadro 6 sintetiza os enquadramentos formados.

QUADRO 6 – ENQUADRAMENTOS ESPECÍFICOS FINAIS

FRAME	**CATEGORIAS**
(1) Problemas urbanos	*Atores*: 1 – Campo político; 2 – Autoridades estatais; 4 – Outros cidadãos; *Subtópico*: 1 – Violência/criminalidade; 3 – Degradação urbana; 5 – Conflito político; *Causas*: 1 – Ineficiência do Estado; 2 – Tráfico de drogas; 5 – Migração dos usuários; 6 – Corrupção; 7 – Outro; *Julgamentos morais*: 1 – Culpa o Estado; 4 – Culpa os traficantes; *Soluções*: 3 – Ação policial; 5 – Outro.
(2) Dependência química	*Atores*: 5 – Movimentos sociais; 6 – Especialistas; *Subtópico*: 2 – Saúde; 6 – Infância; *Causas*: 3 – Problemas sociais; *Julgamentos morais*: 2 – Culpa a sociedade; *Soluções*: 1 – Internamento compulsório/involuntário; 2 – Internamento voluntário; 4 – Redução de danos.
(3) Narrativas	*Atores*: 3 – Dependentes químicos; 7 – Traficantes; *Subtópico*: 4 – Histórias de vida; 7 – Outro; *Causas*: 4 – Escolhas pessoais; *Julgamentos morais*: 3 – Culpa os dependentes químicos; *Soluções*: Ausente.

FONTE: A autora (2018).

Quando realizamos a análise com o total de matérias, portanto, é possível perceber, novamente, a distinção entre o enquadramento que envolve problemas urbanos (violência, degradação de áreas da cidade e conflito entre governantes) daquele que diz respeito à questão da dependência (tendo como principal subtópico o de número (2), saúde). Entretanto, para o total de textos há uma separação – distinta da que ocorre em OESP – do tema histórias de vida dos demais, de modo que esse subtópico forma um *frame* próprio, ao qual demos o nome de “narrativas”.

Ademais, se observarmos a correlação entre as variáveis transformadas (tabela 10), também teremos distinções em relação aos resultados obtidos quando separamos os dois periódicos. Os maiores valores aparecem entre as variáveis

[48] Optamos por considerar a dimensão 2 nesta terceira ACM porque há clara formação de um grupo distinto em relação aos demais (que denominamos de enquadramento de dependência química). Apesar da inércia da dimensão 2 na análise feita para OESP ser maior do que a apresentada aqui, as categorias estavam mais dispersas, o que resultaria em muitos *frames* para aquele jornal.

subtópico e atores (0,421) e entre subtópico e causas (0,422). O par causas e atores também apresenta correlação entre as mais elevadas (0,350), enquanto soluções e subtópico têm associação mais fraca (0,250). Como ocorreu na análise feita para OESP, as variáveis julgamentos morais e soluções possuem correlação negativa (-0,59), mas ela ocorre de forma menos intensa do que anteriormente.

TABELA 10 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS PARA O *CORPUS* COMPLETO

	Atores	**Subtópico**	**Causas**	**Julgamentos**	**Soluções**
Atores	-	**0,421**	**0,350**	0,051	0,092
Subtópico	**0,421**	-	**0,422**	0,106	**0,250**
Causas	**0,350**	**0,422**	-	0,160	0,176
Julgamentos	0,051	0,106	0,160	-	**-0,059**
Soluções	0,092	**0,250**	0,176	**-0,059**	-
Autovalor	1,924	1,063	0,865	0,616	0,531

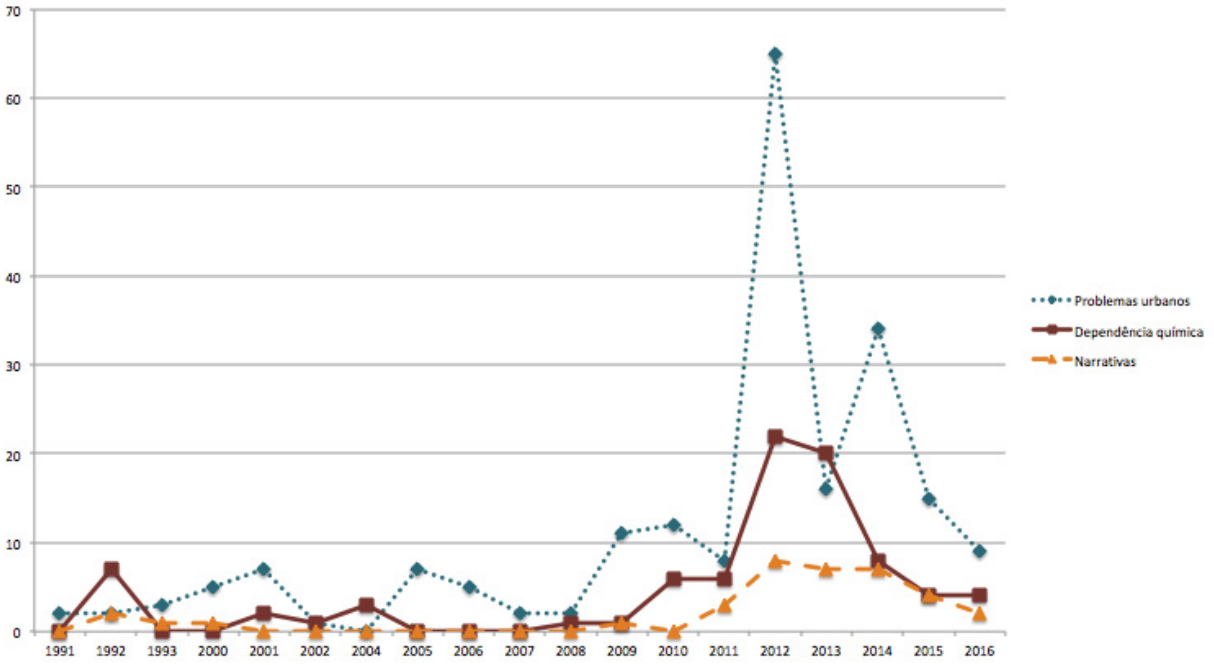
FONTE: A autora (2018).

Tendo verificado quais os *frames* específicos completos considerando todo o *corpus* – e, com isso, criando um padrão que vale para ambos os periódicos –, é possível observar como os enquadramentos variaram ao longo do período analisado. Para tanto, foi inserida uma nova coluna no banco de dados que continha a codificação. As células foram preenchidas com cada enquadramento específico obtido por meio da ACM – sendo (1) problemas urbanos; (2) dependência química; e (3) narrativas –, tendo como guia os subtópicos[49] de cada conjunto de categorias.

Com isso, foi possível verificar a proporção de cada *frame* padrão para os anos que constituem nosso recorte temporal. No gráfico 7, a seguir, trazemos os resultados deste processo para FSP. Como já observado no início da análise, a *Folha* não publicou sobre o tema entre os anos de 1994 e 1999, o que justifica a ausência destes pontos no eixo x do gráfico.

[49] Utilizamos esta variável como referência pois ela é a única em que não é possível preencher com o valor (0), ausente. Desse modo, todas as matérias foram classificadas com um enquadramento específico completo obtido por meio da análise.

GRÁFICO 5 – *FRAMES* ESPECÍFICOS POR ANO PARA FSP



FONTE: A autora (2018).

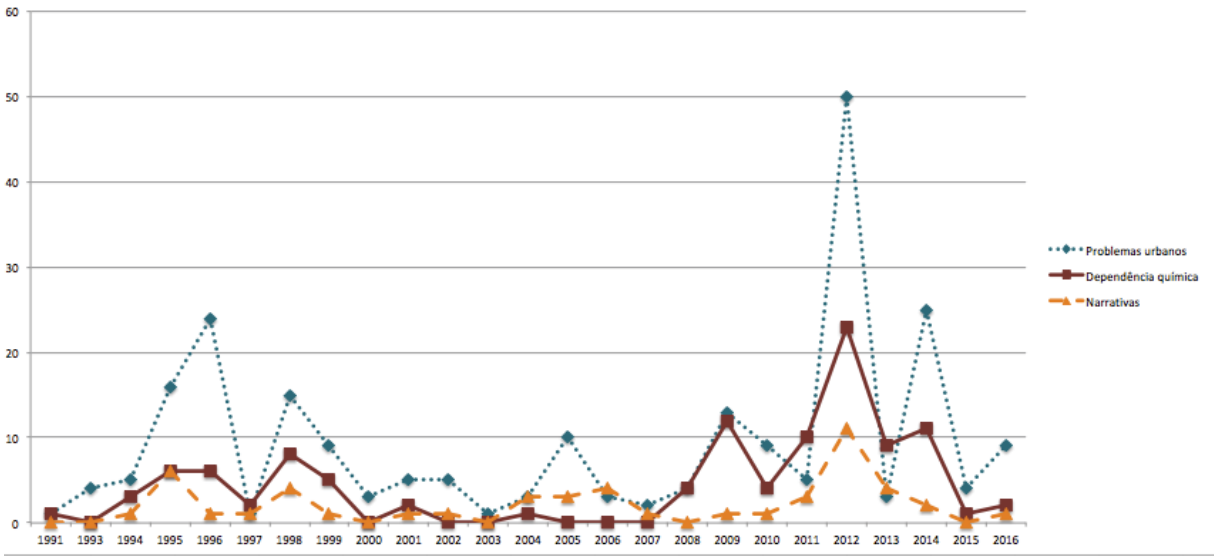
É possível observar que, na maior parte dos anos que compõem o recorte temporal, o *frame* específico que predominou foi o de problemas urbanos, representado pela cor verde, que foi registrado em 206 das 327 unidades de análise para este periódico. Há, contudo, três exceções ao longo do tempo: no ano de 2002, das duas matérias registradas uma era deste enquadramento, e a outra se referia à dependência química. Já em 1992 a maioria das matérias (sete das onze registradas naquele ano) teve como foco questões de saúde, enquanto os problemas urbanos apareceram somente em dois textos. O mesmo aconteceu em 2013, quando vinte matérias trataram da questão da dependência química, 16 de problemas urbanos e sete trouxeram narrativas.

De modo geral, contudo, o enquadramento da dependência química apareceu com bem menos frequência do que o primeiro, sendo registrado em 85 textos. Já o de número (3), narrativas, apareceu em apenas 36 das 327 matérias da *Folha* analisadas na pesquisa. Quando são considerados os enquadramentos específicos deste periódico, portanto, não houve mudanças significativas ao longo do tempo.

De forma semelhante, para OESP também houve predominância do enquadramento (1), problemas urbanos, ao longo do tempo (gráfico 8). Ele foi identificado em 229 das 389 unidades de análise para este periódico, seguido por

110 textos que exploraram a questão da dependência química e outros 50 que trouxeram narrativas a respeito do tema.

GRÁFICO 6 – *FRAMES* ESPECÍFICOS POR ANO PARA OESP



FONTE: A autora (2018).

Entretanto, em um dos anos em que o primeiro enquadramento não foi predominante, 2006, houve maior presença do enquadramento (3), narrativas, com quatro unidades de análise, enquanto (2) dependência química não apareceu nenhuma vez. Já em 2004 houve um empate entre (1) problemas urbanos e o terceiro *frame*, que foram identificados em três textos cada. Por outro lado, nos anos de 1997, 2011 e 2013 o enquadramento que predominou foi o relacionado à saúde. Já em 2008 não houve presença do terceiro *frame*, enquanto problemas urbanos e dependência química apareceram quatro vezes cada. Por fim, em 2009, o jornal apresentou proximidade entre os dois primeiros enquadramentos: enquanto o de número 3 apareceu apenas uma vez, o primeiro foi identificado em 13 textos, com apenas um caso a mais que a segunda categoria.

É possível perceber, portanto, que o comportamento de ambos os jornais é significativamente semelhante. Além disso, observam-se poucas variações dos enquadramentos ao longo do tempo, contrariando o esperado no início da pesquisa. Concluída a análise a partir das variáveis para *frames* específicos, passamos aos resultados obtidos a partir da perspectiva de enquadramentos genéricos.

3.2.2 *Frames* genéricos a partir da proposta de Semetko e Valkenburg (2000)

Como exposto na seção metodológica deste capítulo, os enquadramentos genéricos foram obtidos por meio da proposta de Semetko e Valkenburg (2000). Os autores propõem cinco *frames* que podem ser identificados no *corpus* de pesquisa: (1) responsabilidade, (2) interesse humano, (3) conflito, (4) moralidade e (5) econômico. A identificação das categorias é feita por meio de perguntas *dummy*. Para esta pesquisa, foram utilizadas três perguntas para cada *frame*, de modo que aquele que obteve mais respostas "sim" foi considerado predominante naquela unidade de análise. Já os textos em que não houve nenhuma resposta afirmativa foram considerados com enquadramento indefinido, mas representaram poucas unidades de análise, como mostra a tabela 11.

TABELA 11 – ENQUADRAMENTOS GENÉRICOS

	FSP			**OESP**			**TOTAL**	
	N	**%**	**RP**	**N**	**%**	**RP**	**N**	**%**
Indefinido	6	1,8%	-0,6	11	2,8%	0,6	17	2,4%
Responsabilidade	93	28,4%	-0,2	114	29,3%	0,1	207	**28,9%**
Interesse humano	84	**25,7%**	-1,4	131	**33,7%**	1,3	215	**30,0%**
Conflito	121	**37%**	2	100	**25,7%**	-1,8	221	**30,9%**
Moralidade	2	0,6%	-0,7	5	1,3%	0,6	7	1%
Econômico	21	6,4%	-0,3	28	7,2%	0,3	49	6,8%
Total	327	100%		389	100%		716	100%
Qui-Quadrado = 12,885; p = 0,024; V de Cramer = 0,134								

FONTE: A autora (2018).

De modo semelhante aos resultados para os enquadramentos específicos, nesse caso também houve pouca associação entre as duas variáveis, com coeficiente V de Cramer de apenas 0,134. A análise dos resíduos padronizados revela que apenas o enquadramento (3), conflito, apresenta maior número de casos que o esperado, considerando as unidades de análise de FSP. Além de matérias que exploram os desentendimentos entre diferentes esferas de governo (PREFEITO..., 2016), os textos incluídos neste enquadramento também abordaram o desentendimento entre moradores ou comerciantes e dependentes químicos, como em *Moradores caçam incendiário de favela* (CAPRIGLIONE; GAMA, 2011). Nesse texto, o jornal trata de um incêndio na favela do Moinho, no centro da capital

paulista, que teria sido causado por uma usuária de crack. Revoltados com a situação, os moradores prejudicados tentaram linchar a dependente, que foi protegida pela Guarda Civil.

Além disso, nas matérias da *Folha* classificadas com o *frame* conflito, aparece o descontentamento dos cidadãos com ações empreendidas pelos governos. Em *Viciados se instalam na vizinhança após operação* (2015), a funcionária de um estabelecimento no centro reclama de ações do poder público: "'Se essa confusão fosse resolver algo, eu até entenderia. Mas eu trabalho há 30 anos no centro. Já cansei de ver isso aqui. Amanhã, estará tudo igual', disse Eliana Oda, 53, que trabalha em uma farmácia na região" (VICIADOS..., 2015, p. B3). Outro exemplo é *Moradores vão à Justiça contra hotel para usuário de crack no centro de SP* (SOUZA, 2015), em que moradores da região central reclamam do programa *De Braços Abertos*, da prefeitura de São Paulo, que previa a abertura de um novo hotel para abrigar os beneficiários. Diz o texto: "Fábio Fortes, presidente do Conseg (Conselho de Segurança) Santa Cecília, disse que o local já está sendo usado por usuários de drogas e que o bairro será prejudicado pelo tráfico. 'Aquilo é um deboche e não tem característica de hotel'" (SOUZA, 2015, p. C6).

Por fim, este enquadramento também compreende matérias que trazem divergências de especialistas a respeito do tratamento de dependentes (BERTONI, 2015) e entre os usuários e os policiais durante operações realizadas em áreas de consumo de drogas. A matéria *Viciados enfrentam PM no centro após suspeito levar tiro de policial* (BERGAMIM JR., 2011), por exemplo, descreve o confronto entre dependentes químicos e policiais depois que um homem foi baleado no centro da cidade.

Apesar da análise dos resíduos padronizados apontar para mais casos observados do que o esperado para este *frame* apenas em FSP, OESP também teve presença importante deste enquadramento, com 25,7% das unidades de análise incluídas nesta categoria. Para este jornal, entretanto, o *frame* genérico predominante foi (2), interesse humano, presente em 33,7% dos textos deste periódico. Em FSP foram 25,7% das ocorrências neste enquadramento.

Fazem parte desta categoria matérias como *Estudante conta como mergulhou no pesadelo* (ALBANESE, 1994), em que todo o texto é construído a partir da história de um personagem – nesse caso, um dependente químico de 19 anos, descrito pelo jornal como uma "vítima do crack". Apesar dos usuários de

drogas serem os atores mais presentes nesse tipo de matéria, como dados que traremos mais adiante comprovam, outras pessoas também podem ser as protagonistas dessas histórias. O foco da matéria *Educadores arriscam a vida para salvar viciados* (PAIVA, 1998b), por exemplo, é o cotidiano dos voluntários do Projeto Quixote, destinado a menores de rua dependentes químicos.

Além disso, nem sempre as matérias classificadas como de interesse humano são focadas na experiência pessoal de um personagem. O texto pode trazer exemplos de pessoas envolvidas naquele problema, como forma de ilustração, mas sem que a questão global seja deixada de lado. É o caso de *Usuários de crack lotam Rua dos Gusmões e prejudicam comércio* (BRANCATELLI, 2008), em que a fala de comerciantes é trazida para o texto, exemplificando os transtornos sofridos por conta da aglomeração dos usuários, mas as histórias destas pessoas não são o centro do debate.

O terceiro enquadramento mais recorrente no *corpus* total, o *frame* (1), responsabilidade, também aparece mais em OESP (29,3%) do que em FSP (28,4%). Nos anos 1990, o *Estadão* tinha como foco, nesses casos, a popularização do consumo de crack entre usuários de drogas, como em *Epidemia do crack assusta autoridades* (RYDLE; BARROS, 1995) e *Crack avança no Estado todo e faz mais de 150 mil viciados* (LOMBARDI, 1995). Além disso, o jornal aponta como o tráfico de drogas domina regiões em que o Estado não se faz presente, as quais o periódico denomina “terras de ninguém” (RABINOVICI, 1996).

Operações do poder público para combater o tráfico de drogas também entram neste enquadramento, como *Força-tarefa fecha 5 hotéis em megaoperação na Cracolândia* (GODOY, 2005) e *Acabar com a Cracolândia, a obsessão de Matarazzo* (CARVALHO, 2005b). Na matéria *‘Fim’ do crack é prometido há 10 anos* (PEREIRA, 2010), por outro lado, a falta de resolução para o problema no centro da cidade provoca críticas do *Estadão*. Diz o texto:

> “Temos que preparar a contraofensiva agora que estamos informados sobre o que está vindo por aí”. O alerta foi dado em 1988 pelo então delegado Naief Saad Neto após ouvir de um traficante detalhes sobre a chegada do crack à capital paulista. Os anos se passaram e as apreensões que antes se resumiam a gramas se converteram em quilos. As primeiras promessas das autoridades, de “acabar” com o crack, completaram dez anos (PEREIRA, 2010, p. C4).

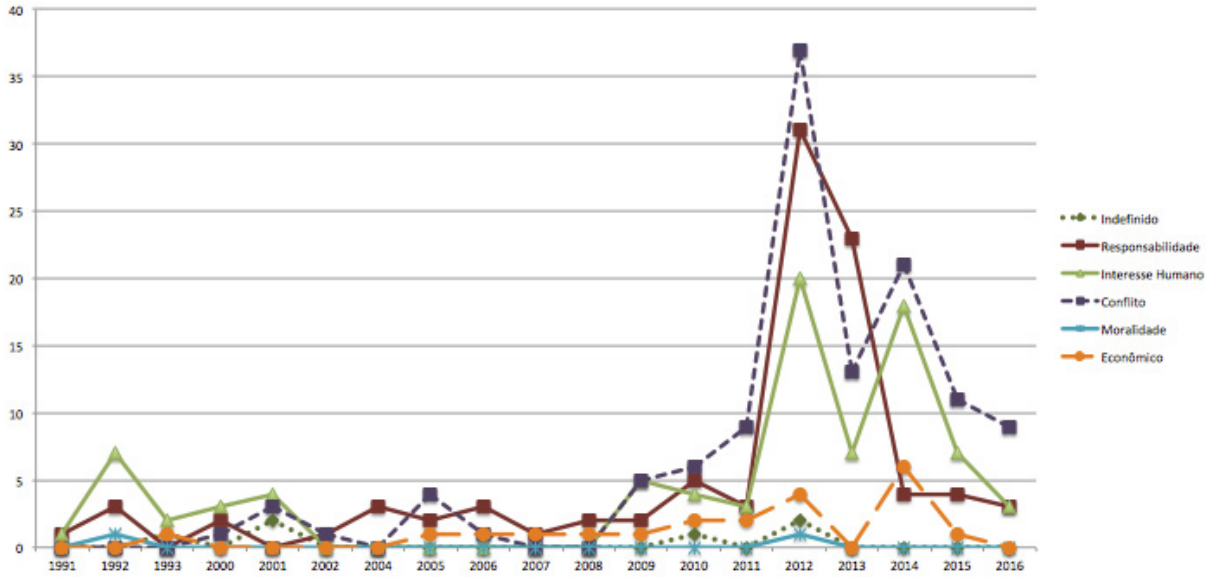
O quarto *frame* presente no *corpus*, (5), econômico, aparece significativamente menos que os demais. No total, são apenas 6,8% das unidades de análise que fazem parte deste enquadramento. Em OESP, mais uma vez, a proporção é um pouco maior (7,2%) do que em FSP (6,4%), mas a diferença em números absolutos entre os dois periódicos é de apenas sete unidades de análise. Um exemplo é a matéria *Lojista diz que planeja empregar dependentes* (FREITAS; TARAK, 2014), da *Folha*, que trata de uma possível parceria entre a Prefeitura de São Paulo e uma associação de lojistas para dar emprego a usuários de crack que tenham passado por tratamento e abandonado o vício. Já para o *Estadão*, um dos textos incluídos neste *frame* é *Cracolância 'abastece' usuários de todas as classes* (CAPITELLI, 2009), em que o jornal descreve como usuários de maior poder aquisitivo compram drogas na região central.

Por fim, o enquadramento (4), moralidade, tem presença reduzida no *corpus* da pesquisa, com apenas 1% dos textos se considerarmos o total de unidades de análise. Para OESP, três das cinco ocorrências aparecem nos anos 1990. Em um dos casos, *Policial civil é preso por PMs com 45g de crack* (LOMBARDI, 1991), um dos entrevistados diz o que deve ser feito com policiais corruptos: "'Policial que passa para o outro lado deve mofar na prisão', disse [Carlos Alberto] Costa, [diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais]" (LOMBARDI, 1991, p. 2).

Em FSP, por sua vez, apenas duas ocorrências foram registradas. *Ajuda é bem-vinda, mas vício exige estrutura ampla, diz especialista* (SASSAKI, 2012) trata de uma jovem que abrigou usuários de crack. A atitude da moça é elogiada por um dos entrevistados, que afirma que "quem salva uma vida, salva a humanidade" (SASSAKI, 2012, p. C5). No outro texto, *Psiquiatra francês teme ação do crack no Brasil* (NASCIMENTO, 1992), um médico dá instruções sobre como o país deve enfrentar a questão das drogas, afirmando que as classes com maior poder aquisitivo devem ser privilegiadas no que diz respeito às políticas públicas. Ele se justifica usando como exemplo a disseminação de métodos contraceptivos, dizendo que é mais difícil difundir práticas de sexo seguro entre a população mais pobre.

A partir da identificação dos *frames* genéricos presentes no *corpus*, é possível verificar, da mesma forma que no caso dos enquadramentos específicos, como eles se distribuíram ao longo dos anos que compõem o período de análise. No gráfico 7, que segue, é possível observar a distribuição dos *frames* ao longo do tempo no caso de FSP.

GRÁFICO 7 – *FRAMES* GENÉRICOS POR ANO PARA FSP

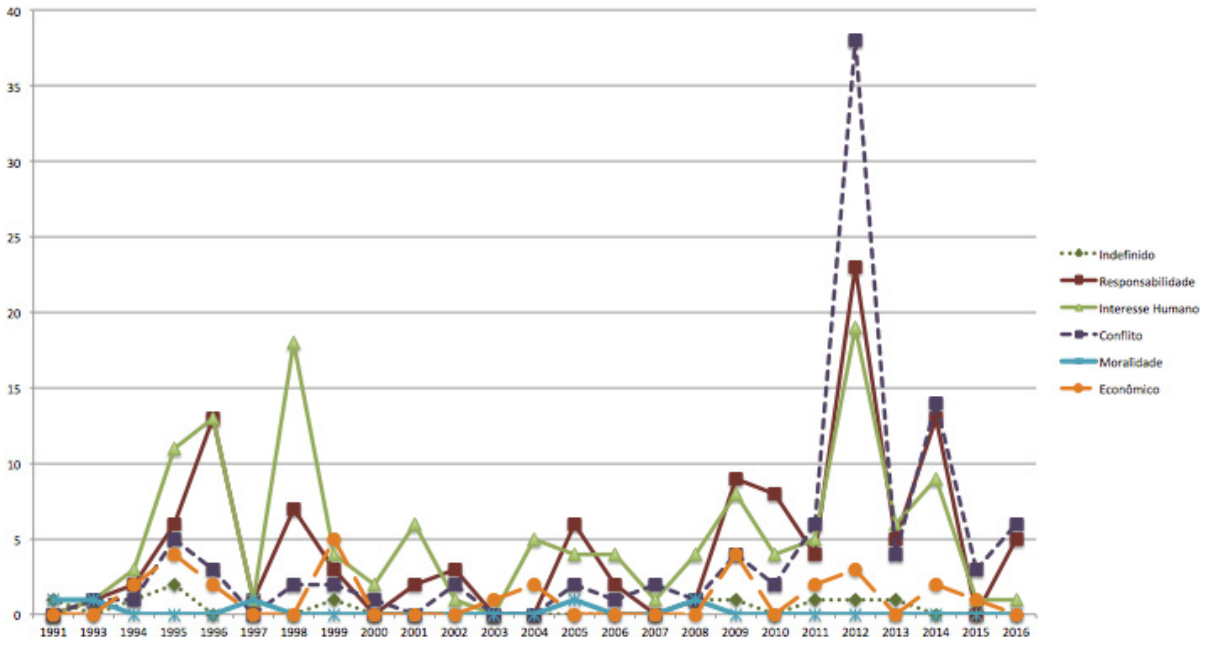


FONTE: A autora (2018).

A partir do gráfico, é possível perceber que, nos primeiros quatro anos do intervalo temporal em que há ocorrência de unidades de análise, predomina o enquadramento de interesse humano. A maior quantidade de textos com este enquadramento, neste primeiro período, aparece em 1992, que apresenta sete matérias deste tipo. A partir de 2002, contudo, este enquadramento fica seis anos sem ocorrências para a *Folha*. Nesse intervalo, o que predomina é o *frame* de responsabilidade, à exceção do ano de 2005, que apresenta mais matérias de conflito. De 2009 em diante, o enquadramento de conflito predomina para as unidades de análise de FSP, sendo superado apenas pelo de responsabilidade em 2013.

Como demonstram os dados, a análise de *frames* genéricos apresenta maior variação ao longo do tempo se comparada à de enquadramentos específicos, ao menos no caso de FSP. No gráfico 8, a seguir, é possível verificar se o mesmo acontece para OESP.

GRÁFICO 8 – *FRAMES* GENÉRICOS POR ANO PARA OESP



FONTE: A autora (2018).

Nos anos 1990, de modo geral, o que predomina no caso do *Estadão* é o enquadramento de interesse humano. A maior quantidade de textos com este *frame* nesta primeira década da análise aparece no ano de 1998, que tem 18 textos classificados desta forma. A partir dos anos 2000, por outro lado, este enquadramento continua tendo importante presença entre os textos analisados para OESP, mas passa a dividir espaço com outras categorias em alguns anos. Em 2011, 2012 e 2014, por exemplo, o que predomina para este periódico é o enquadramento de conflito. Cabe destaque ao ano de 2012, em que 38 matérias foram incluídas nesta categoria, frente a 23 textos no enquadramento responsabilidade e 19 em interesse humano. O resultado é semelhante ao da *Folha* para este mesmo ano, apesar de FSP apresentar mais matérias no *frame* de responsabilidade do que o concorrente.

Já nos anos de 2002, 2005, 2009 e 2010 o que mais aparece para OESP é o enquadramento de responsabilidade. O maior número de ocorrências aparece em 2009, quando o *Estadão* teve nove textos incluídos nesta categoria. A distribuição dos *frames* genéricos, portanto, é mais diversa ao longo do tempo para ambos os periódicos, ao contrário do que ocorre se considerarmos os enquadramentos obtidos por meio da análise realizada com as variáveis de Entman (1993).

A categorização do *corpus* de pesquisa a partir das duas perspectivas permite, ademais, outras comparações, que serão exploradas na seção que segue.

3.2.3 Relações entre enquadramentos específicos e genéricos

Como exposto na primeira parte deste capítulo, uma das propostas metodológicas desta dissertação é aliar a análise de enquadramentos feita a partir dos métodos indutivo e dedutivo. A partir da categorização realizada, é possível, primeiramente, verificar como enquadramentos genéricos e específicos se relacionam em ambos os periódicos que compõem o *corpus* da pesquisa. Na tabela 12, estão os resultados deste cruzamento para FSP. Inicialmente, a partir do coeficiente V de Cramer, é possível perceber que há associação moderada entre as variáveis, de 32,1%.

TABELA 12 – *FRAMES* ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM FSP

		Problemas urbanos	Depen-dência química	Narrativas	Total
Indefinido	**N**	2	4	0	6
	%	33,3%	66,7%	0%	100%
	RP	-0,9	2	-0,8	
Responsabili-dade	**N**	63	29	1	93
	%	67,7%	31,2%	1,1%	100%
	RP	0,6	1	-2,9	
Interesse Humano	**N**	39	18	27	84
	%	46,4%	21,4%	32,1%	100%
	RP	-1,9	-0,8	5,8	
Conflito	**N**	84	30	7	121
	%	69,4%	24,8%	5,8%	100%
	RP	0,9	-0,3	-1,7	
Moralidade	**N**	0	2	0	2
	%	0%	100%	0%	100%
	RP	-1,1	2,1	-0,5	
Econômico	**N**	18	2	1	21
	%	85,7%	9,5%	4,8%	100%
	RP	1,3	-1,5	-0,9	
Qui-quadrado = 67,571; p = 0,000; V de Cramer = 0,321					

FONTE: A autora (2018).

Pela análise dos resíduos padronizados é possível perceber, como esperado, que a maior associação ocorre entre as matérias de interesse humano e

as classificadas no *frame* específico narrativas. Nesses textos, os periódicos realizam uma abordagem emocional, trazendo exemplos humanos para debater um problema. É o caso da matéria *Temerosos*, *dependentes escrevem cartas a Doria* (GRAGNANI, 2016), em que o jornal conta a história de usuários atendidos pelo programa *De Braços Abertos* que temem pelo fim da política, por conta da mudança de gestão na prefeitura. Em outras ocorrências, o texto se foca na experiência de um único personagem (EX-MODELO..., 2014). Em *Adeus, esgoto* (SANT'ANNA; LIMA, 2014), por exemplo, FSP aborda a história de superação de um casal que vivia em um cano de esgoto às margens do Rio Tietê. O texto descreve com minúcia como era a vida naquele ambiente: "No espaço que não cabia de pé, [o homem] colocou o colchão sobre um pallet de madeira. Um filete de esgoto escorria pela passagem que deixara na 'reforma do buraco' e passava por baixo de onde dormia" (SANTA'ANNA; LIMA, 2014, p. C4).

Outro par de categorias que obteve resíduos acima do limite crítico foi moralidade e dependência química. Como já explorado no tópico anterior, o *frame* moralidade teve apenas duas ocorrências, as quais se associaram ao enquadramento específico de número dois. Por fim, o par narrativas e responsabilidade, por outro lado, apresentou número de casos observados menor do que o esperado. Apenas uma matéria apresentou estes dois enquadramentos simultaneamente: *Mães fazem maratona para internar filhos viciados* (BERGAMIM JR.; BEDINELLI, 2013), em que FSP aborda a história de familiares de dependentes químicos que foram ao Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e Outras Drogas), do governo estadual, em busca de internamento para seus filhos. A "peregrinação", como classifica o periódico, começou a ocorrer depois que o governo estabeleceu um plantão judicial para agilizar internações contra a vontade dos dependentes químicos. Ao mesmo tempo em que traz exemplos humanos para a questão, portanto, a matéria também responsabiliza o Estado pela situação.

Para além dos dados fornecidos pela análise de resíduos padronizados, é interessante notar que, à exceção dos *frame* indefinido e moralidade, todos os demais tiveram predominância do enquadramento específico problemas urbanos – o que não foge do esperado, visto que ele predomina nas unidades de análise de ambos os periódicos. A maior proporção aparece no *frame* econômico, que tem 85,7% dos textos classificados com o enquadramento de problemas urbanos. Em *Obra parada na Nova Luz vira abrigo para centenas de usuários de crack*

(TRINDADE; PAGNAN, 2010), por exemplo, o jornal destaca o valor investido em uma obra que, abandonada pela metade, acabou voltando a ser uma “cracolândia”, abrigo para um “exército de farrapos humanos”.

Já para OESP, a associação entre as variáveis é mais forte, de 36,3%, como mostra a tabela 13. Com isso, a análise de resíduos padronizados apresenta mais pares de categorias com valores acima ou abaixo do limite crítico: são seis com casos observados abaixo ou acima do esperado.

TABELA 13 – *FRAMES* ESPECÍFICOS E GENÉRICOS EM OESP

		Problemas urbanos	Dependência química	Narrativas	Total
Indefinido	**N**	5	6	0	11
	%	45,5%	54,5%	0%	100%
	RP	-0,6	1,6	-1,2	
Responsabilidade	**N**	70	44	0	114
	%	61,4%	38,6%	0%	100%
	RP	0,4	2,1	-3,8	
Interesse Humano	**N**	53	32	46	131
	%	40,5%	24,4%	35,1%	100%
	RP	-2,7	-0,8	7,1	
Conflito	**N**	78	19	3	100
	%	78%	19%	3%	100%
	RP	2,5	-1,7	-2,7	
Moralidade	**N**	3	2	0	5
	%	60%	40%	0%	100%
	RP	0	0,5	-0,8	
Econômico	**N**	20	7	1	28
	%	71,4%	25%	3,6%	100%
	RP	0,9	-0,3	-1,4	
Qui-quadrado = 102,675; p = 0,000; V de Cramer = 0,363					

FONTE: A autora (2018).

Como ocorreu em FSP, o par de categorias que apresentou os maiores resíduos padronizados foi narrativas e interesse humano. Esse último enquadramento, por outro lado, foi observado menos do que o esperado quando o *frame* específico identificado foi o de problemas urbanos. Apesar disso, OESP apresenta 53 textos com estes dois enquadramentos associados. Em *Centro assiste à ‘longa noite dos viciados’* (RABINOVICI, 1995), por exemplo, o jornal descreve uma cena de uso de crack utilizando como principais fontes os próprios dependentes

químicos, que contam seu cotidiano. Matérias que tratam de casos de violência de forma personificada, como *Professora sequestrada é encontrada morta* (BARROS, 1998), também estão incluídas neste par de enquadramentos.

Quando o *frame* genérico considerado foi (3), conflito, por outro lado, o enquadramento específico problemas urbanos apareceu mais do que o esperado. Foram 78 casos classificados assim, como *Ação levou tumulto e pânico à Cracolândia* (RIBEIRO; CASTRO; DIÓRIO, 2014), em que o jornal aborda uma ação de policiais do Denarc (Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico) que terminou com cinco feridos. A matéria descreve o conflito entre usuários de crack e policiais: “Por volta das 15h, um carro descaracterizado do Denarc chegou (...) para realizar a prisão de um suspeito de tráfico. Os usuários reagiram com paus e pedras, e a polícia revidou com bombas de efeito moral e tiros de bala de borracha” (RIBEIRO; CASTRO; DIÓRIO, 2014, p. A16). Outro exemplo é *Usuários se espalham para a Rua Mauá e prejudicam comércio* (DIÓGENES; PALHARES, 2016), em que comerciantes reclamam da queda do movimento em seus estabelecimentos depois que houve migração dos usuários de crack pela cidade, por conta de uma ação do poder público.

Já com relação ao par conflito e narrativas, houve menos ocorrências do que o esperado. Foram apenas três textos classificados assim, entre eles ‘*Trabalhar com os usuários ficou difícil’* (CARDOSO, 2012). O texto é um diário de um pesquisador que trabalha com usuários de crack e critica a Operação Centro Legal, afirmando que, após a ação, o contato com os dependentes químicos deixou de ser amistoso e tornou-se marcado pela tensão.

Quando o *frame* genérico considerado é (1), responsabilidade, por outro lado, não há nenhum caso registrado em OESP de associação com o enquadramento específico (3), narrativas. Já a categoria dependência química apresentou mais casos do que o esperado, com 44 ocorrências. Em *Crianças deixarão hotéis na Cracolândia* (RESK, 2014), o *Estadão* trata das histórias de menores de idade que vivem em hotéis conveniados do programa *De Braços Abertos*, da prefeitura, convivendo com dependentes químicos. A matéria atribui a responsabilidade do problema ao poder público: “Dezenas de crianças estão vivendo ‘sitiadas’ nos quartos de hotéis alugados pela Prefeitura (...) na Cracolândia. A reportagem mostrou que elas passam o dia isoladas pelo consumo de crack dos vizinhos” (RESK, 2014, p. E3).

Por fim, para os *frames* (4), moralidade, e (5), econômico, não houve resíduos padronizados acima ou abaixo do limite crítico. Seguindo a tendência, mais uma vez o que predominou associado a estas categorias foi o enquadramento específico (1), problemas urbanos, seguido por (2), dependência química. O *frame* (3), narrativas, teve apenas uma ocorrência se consideradas estas duas categorias de enquadramentos genéricos.

Além de verificar a relação entre a análise de *frames* específicos e genéricos, é possível realizar o cruzamento entre as categorias propostas por Semetko e Valkenburg (2000) e as variáveis de Entman (1993). Com o objetivo de verificar quais as principais fontes mobilizadas nos enquadramentos genéricos, trazemos, primeiramente, as relações entre a variável definição do problema – atores e os próprios *frames* genéricos para todos os textos analisados na pesquisa (tabela 14). Optamos por não diferenciar os periódicos nesta etapa porque, como demonstramos anteriormente, a associação entre as variáveis e os jornais é baixa, não justificando a separação dos dados. O coeficiente V de Cramer indica que os enquadramentos genéricos e a variável definição do problema – atores têm associação de 28,1%.

TABELA 14 – CRUZAMENTO ENTRE *FRAMES* GENÉRICOS E A VARIÁVEL DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ATORES

continua

		Indefinido	Responsabilidade	Interesse Humano	Conflito	Moralidade	Econômico
Ausente	**N**	4	14	7	4	0	3
	%	12,5%	43,8%	21,9%	12,5%	0%	9,4%
	RP	3,7	1,6	-0,8	-1,9	-0,6	0,5
Campo político	**N**	0	20	1	20	0	1
	%	0	47,6%	2,4%	47,6%	0%	2,4%
	RP	-1	2,3	-3,3	2	-0,6	-1,1
Autoridades estatais	**N**	6	120	40	93	1	24
	%	2,1%	42,3%	14,1%	32,7%	0,4%	8,5%
	RP	-0,3	4,2	-4,9	0,6	-1,1	1
Dependentes químicos	**N**	0	3	74	12	0	1
	%	0%	3,3%	82,2%	13,3%	0%	1,1%
	RP	-1,5	-4,5	9	-3	-0,9	-2,1
Outros cidadãos	**N**	0	17	59	52	1	7
	%	0	12,5%	43,4%	38,2%	0,7%	5,1%
	RP	-1,8	-3,6	2,8	1,5	-0,3	-0,8

TABELA 14 – CRUZAMENTO ENTRE *FRAMES* GENÉRICOS E A VARIÁVEL DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – ATORES

conclusão

		Indefinido	Responsabilidade	Interesse Humano	Conflito	Moralidade	Econômico
Movimentos sociais	**N**	1	3	4	3	0	0
	%	9,1%	27,3%	36,4%	27,3%	0%	0%
	RP	1,4	-0,1	0,4	-0,2	-0,3	-0,9
Especialistas	**N**	6	30	17	35	4	12
	%	5,8%	28,8%	16,3%	33,7%	3,8%	11,5%
	RP	2,2	0	-2,5	0,5	3	1,8
Traficantes	**N**	0	0	13	2	1	1
	%	0%	0%	76,5%	11,8%	5,9%	5,9%
	RP	-0,6	-2,2	3,5	-1,4	2	-0,2

Qui-Quadrado = 283,579; p = 0,000; V de Cramer = 0,281

FONTE: A autora (2018).

A análise dos resíduos padronizados nos permite verificar que, à exceção do enquadramento (4), moralidade (que tem baixa presença no *corpus*), todos os *frames* possuem pares de categorias com casos observados acima ou abaixo do esperado. Começando pelo enquadramento (1), responsabilidade, a análise indica que membros do Estado – sejam eles políticos ou autoridades – são mais citados do que o esperado, enquanto dependentes químicos, outros cidadãos e traficantes têm resíduos padronizados abaixo do limite crítico de -1,96.

Já o enquadramento (2), interesse humano, apresenta o comportamento oposto: políticos e autoridades são menos citados do que o esperado, enquanto traficantes, outros cidadãos e dependentes químicos são mais utilizados como fontes nestes casos. Além disso, este *frame* também apresenta resíduos padronizados abaixo do limite crítico para a categoria (6), especialistas.

Com relação ao *frame* genérico (3), conflito, por sua vez, há apenas uma categoria com resíduos padronizados significativos, os dependentes químicos. Estes atores são menos citados do que o esperado para este enquadramento, o que nos dá um dado interessante, visto que, em parte significativa dos textos, eles são um dos agentes envolvidos nas tensões. Fica claro, portanto, que em casos de conflitos envolvendo usuários de drogas e outros atores o Jornalismo dá mais espaço para os demais, de modo que os próprios dependentes pouco aparecem. Nesses casos, autoridades estatais (93 casos) e outros cidadãos (52 ocorrências) são os mais procurados pelos jornalistas.

Os dependentes químicos são menos citados do que o esperado, além disso, nas matérias identificadas com o *frame* econômico. Apenas um caso classificado com este enquadramento teve usuários de drogas como fonte de argumentos para o debate.

Além de verificar como os enquadramentos genéricos se relacionam aos atores citados nas matérias, também realizamos o cruzamento entre os *frames* e os julgamentos morais identificados nos textos (tabela 15). A associação entre as variáveis, apontada pelo coeficiente V de Cramer, foi menor neste cruzamento em relação ao anterior, ficando em 23,3%.

TABELA 15 – CRUZAMENTO ENTRE *FRAMES* GENÉRICOS E A VARIÁVEL JULGAMENTOS MORAIS

		Inde-finido	Responsa-bilidade	Interesse Humano	Conflito	Morali-dade	Econô-mico
Ausente	**N**	13	146	153	81	5	43
	%	2,9%	33,1%	34,7%	18,4%	1,1%	9,8%
	RP	0,8	1,6	1,8	-4,7	0,3	2,3
Culpa o Estado	**N**	1	53	39	127	0	3
	%	0,4%	23,8%	17,5%	57%	0%	1,3%
	RP	-1,9	-1,4	-3,4	7	-1,5	-3,1
Culpa a sociedade	**N**	2	2	1	4	1	0
	%	20%	20%	10%	40%	10%	0%
	RP	3,6	-0,5	-1,2	0,5	2,9	-0,8
Culpa os dependentes químicos	**N**	0	3	8	7	0	1
	%	0%	15,8%	42,1%	36,8%	0%	5,3%
	RP	-0,7	-1,1	1	0,5	-0,4	-0,3
Culpa os traficantes	**N**	1	3	14	2	1	2
	%	4,3%	13%	60,9%	8,7%	4,3%	8,7%
	RP	0,6	-1,4	2,7	-1,9	1,6	0,3

Qui-Quadrado = 155,832; p = 0,000; V de Cramer = 0,233

FONTE: A autora (2018).

Observando, inicialmente, as matérias que não apresentaram julgamentos morais, os resíduos padronizados apontam para um número de casos inferior ao esperado quando o enquadramento genérico envolvido é o de conflito. Isso indica que, em matérias classificadas com esse *frame*, os jornais se posicionaram mais, visto que culparam um dos atores pelo problema. Passando para os outros julgamentos realizados neste enquadramento, é possível ver que o ator mais responsabilizado pelos textos foi o Estado, já que a categoria em que o poder

público é considerado culpado aparece com resíduos padronizados significativamente acima do limite crítico de 1,96.

Por outro lado, para o enquadramento econômico o comportamento foi oposto: os jornais se abstiveram de fazer julgamentos morais mais do que o esperado. Além disso, a categoria (1), culpa o Estado, aparece com resíduos padronizados abaixo do limite crítico de -1,96. O mesmo acontece para o enquadramento (2), interesse humano. Isso indica que, em matérias nas quais são trazidos exemplos humanos para as situações debatidas, o Estado é deixado de lado como ator relevante, de modo que o problema é atribuído mais a questões da esfera privada do que a problemas envolvendo o poder público.

O julgamento (2), culpa a sociedade, por sua vez, teve baixa ocorrência no *corpus*. Apesar disso, ele apareceu mais do que o esperado quando o enquadramento foi considerado indefinido e, o que nos traz mais informações, quando o *frame* identificado foi (4), moralidade. Já com relação à categoria de julgamentos morais que responsabiliza os dependentes químicos pelo problema, os resíduos padronizados não apresentaram valores acima ou abaixo do limite crítico.

Observa-se, porém, que a concentração desta categoria acontece nos enquadramentos de interesse humano – como já esperado, visto que o Estado é considerado culpado nestes casos com menos frequência – e conflito. Esse último resultado se relaciona aos dados apresentados na tabela anterior: além de serem menos citados neste enquadramento, os usuários de drogas também são considerados mais culpados neste *frame,* perdendo apenas para o de interesse humano. Por fim, com relação ao último julgamento moral, culpa os traficantes, os resíduos padronizados apontam para presença maior do que a esperada no enquadramento (2), interesse humano.

Com a análise a respeito de *frames* genéricos e específicos completa, tratamos, no próximo tópico, da frequência com que as matérias do *corpus* trataram de programas governamentais voltados para a questão do crack.

3.2.4 As políticas públicas nas matérias sobre uso e tráfico de crack

Como exposto na seção metodológica deste capítulo, a identificação das políticas públicas foi feita durante a leitura de cada um dos textos. Foi considerado, somente, quando um programa governamental voltado à questão das drogas foi citado nominalmente. A tabela 16 nos mostra, contudo, que a maioria dos textos

(67,9% do *corpus* total da pesquisa) não citaram qualquer ação do poder público relacionada ao consumo de entorpecentes.

TABELA 16 – POLÍTICAS PÚBLICAS CITADAS NO *CORPUS*

	FSP		OESP		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ausente	215	65,7%	271	69,7%	486	**67,9%**
De Braços Abertos	42	**12,8%**	33	**8,5%**	75	**10,4%**
CAPS	6	1,8%	4	1,0%	10	1,4%
CAPSad	1	0,3%	4	1,0%	5	0,7%
Cartão Recomeço	3	0,9%	2	0,5%	5	0,7%
Complexo Prates	9	2,8%	7	1,8%	16	2,2%
Consultório de rua[50]	2	0,6%	1	0,3%	3	0,4%
Crack, é possível vencer	4	**1,2%**	0	0,0%	4	0,5%
Cratod	21	**6,4%**	11	**2,8%**	32	**4,5%**
Operação Centro Legal	6	**1,8%**	24	**6,2%**	30	4,1%
Operação Cracolândia	1	0,3%	2	0,5%	3	0,4%
Operação Limpa	7	2,1%	5	1,3%	12	1,6%
Recomeço	7	**2,1%**	4	**1,0%**	11	1,5%
Serviço de Atenção Integral ao Dependente	3	0,9%	6	1,5%	9	1,2%
SOS Criança[51]	0	0%	15	**3,9%**	15	2%
Total	327	100%	389	100%	716	100%

FONTE: A autora (2018).

Entre os textos que citaram alguma política pública para drogas, chama a atenção que o programa *De Braços Abertos* foi o que mais apareceu nos dois jornais. Em FSP (12,8%), contudo, a presença foi superior à registrada em OESP (8,5%). A política que aparece em segundo lugar é o Cratod, com presença em 4,5%

[50] Os consultórios de rua foram instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, de 2011. São equipamentos que possuem equipes multiprofissionais para atender, de forma itinerante, a população em situação de rua. Essa política não foi pormenorizada no capítulo dois porque não se trata de um programa com foco nos dependentes químicos. Entretanto, como há parcela significativa de usuários de crack em cenas abertas de uso (BASTOS; BERTONI, 2014), eles acabam sendo atendidos por esses equipamentos.

[51] Da mesma forma que os consultórios de rua, o S.O.S. Criança não era uma política pública voltada para dependentes químicos, mas sim para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Criado em 1990, inicialmente o projeto era ligado à Secretaria do Menor e, depois, à Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado de São Paulo, que mudou de nome para Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social em 1998. Pouco antes, em 1996, o projeto foi transferido para a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Dez anos depois, o então governador Cláudio Lembo extinguiu o SOS Criança.

do total de matérias. Novamente, a iniciativa aparece mais na *Folha* (6,4%) do que no *Estadão* (2,8%). Já o Complexo Prates, também na Prefeitura de São Paulo, foi citado em 2,2% do *corpus*, com 16 ocorrências no total.

Duas das políticas públicas foram tratadas por apenas um dos periódicos. É o caso do programa *Crack, é possível vencer*, do Governo Federal, que apareceu apenas em quatro textos de FSP. O SOS Criança, por outro lado, esteve presente apenas nos textos de OESP, porém de modo mais significativo: foram 15 aparições. Esse dado está em consonância com o fato de que o *Estadão* deu mais destaque à questão da infância do que a *Folha*.

A partir da identificação das políticas públicas citadas pelas matérias, é possível verificar se, quando citados, os programas estão aliados ao julgamento moral que culpa o Estado pelos problemas debatidos. Para tanto, realizamos o cruzamento destas variáveis. Quando a análise foi feita separadamente, para ambos os jornais a associação apontada pelo coeficiente V de Cramer foi baixa (14,9% para FSP e 15,1% para OESP). O mesmo acontece se considerarmos o *corpus* completo da pesquisa (tabela 17), em que há diminuição da força da associação para 13,2%.

TABELA 17 – CRUZAMENTO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CITADAS NO *CORPUS* E A VARIÁVEL JULGAMENTOS MORAIS

continua

		Ausente	Culpa o Estado	Culpa a sociedade	Culpa os dependentes	Culpa os traficantes
De Braços Abertos	**N**	44	28	0	2	1
	%	58,70%	**37,30%**	0,00%	2,70%	1,30%
	RP	-0,3	1	-1	0	-0,9
CAPS	**N**	6	4	0	0	0
	%	60%	**40%**	0%	0%	0%
	RP	-0,1	0,5	-0,4	-0,5	-0,6
CAPSad	**N**	2	3	0	0	0
	%	40%	**60%**	0%	0%	0%
	RP	-0,6	1,2	-0,3	-0,4	-0,4
Cartão Recomeço	**N**	5	0	0	0	0
	%	100%	0%	0%	0%	0%
	RP	1,1	-1,2	-0,3	-0,4	-0,4
Complexo Prates	**N**	7	9	0	0	0
	%	43,8%	**56,3%**	0%	0%	0%
	RP	-0,9	1,8	-0,5	-0,7	-0,7

TABELA 17 – CRUZAMENTO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS CITADAS NO *CORPUS* E A VARIÁVEL JULGAMENTOS MORAIS

conclusão

		Ausente	Culpa o Estado	Culpa a sociedade	Culpa os dependentes	Culpa os traficantes
Consultório de Rua	**N**	3	0	0	0	0
	%	100%	0%	0%	0%	0%
	RP	0,8	-1	-0,2	-0,3	-0,3
Crack, é possível vencer	**N**	3	1	0	0	0
	%	75%	25%	0%	0%	0%
	RP	0,3	-0,2	-0,2	-0,3	-0,4
Cratod	**N**	22	9	0	1	0
	%	68,8%	28,1%	0%	3,1%	0%
	RP	0,5	-0,3	-0,7	0,2	-1
Operação Centro Legal	**N**	14	14	0	2	0
	%	46,7%	**46,7%**	0%	6,7%	0%
	RP	-1	1,5	-0,6	1,3	-1
Operação Cracolândia	**N**	2	1	0	0	0
	%	66,7%	33,3%	0%	0%	0%
	RP	0,1	0,1	-0,2	-0,3	-0,3
Operação Limpa	**N**	4	7	0	0	1
	%	33,3%	**58,3%**	0%	0%	8,3%
	RP	-1,2	1,7	-0,4	-0,6	1
Recomeço	**N**	9	2	0	0	0
	%	81,8%	18,2%	0%	0%	0%
	RP	0,9	-0,8	-0,4	-0,5	-0,6
Serviço de Atenção Integral ao Dependente	**N**	7	2	0	0	0
	%	77,8%	22,2%	0%	0%	0%
	RP	0,6	-0,5	-0,4	-0,5	-0,5
SOS Criança	**N**	11	0	1	1	2
	%	73,3%	0%	6,7%	6,7%	13,3%
	RP	0,6	-2,2	1,7	1	2,2

Qui-quadrado = 50,222; p = 0,692; V de Cramer = 0,132

FONTE: A autora (2018).

Conforme mostra a tabela, apenas um par de categorias apresenta resíduos padronizados abaixo do limite crítico: o que associa o SOS Criança ao julgamento (1), culpa o Estado, que não apareceu nenhuma vez nas matérias que citaram essa política pública. Por outro lado, a categoria que atribui a responsabilidade aos

traficantes foi observada mais do que o esperado neste caso, com resíduos padronizados acima de 1,96.

Se observarmos somente a coluna que diz respeito ao primeiro julgamento, é possível notar que o programa que, proporcionalmente, esteve mais associado a esta categoria foi o CAPSad, com 60% das unidades de análise em que apareceu relacionadas a este posicionamento. A Operação Limpa aparece logo em seguida, com 58,3% dos casos associados à categoria (1), culpa o Estado. Com proporção semelhante, o Complexo Prates tem 56,3% de suas unidades de análise relacionadas a este julgamento.

Finalizando o capítulo empírico deste trabalho trazemos, na seção a seguir, uma tentativa de explicar os enquadramentos, tanto específicos quanto genéricos, identificados no *corpus* da pesquisa.

3.2.5 O que determina os enquadramentos? Um modelo tendo periódicos, atores políticos e o período de análise como variáveis independentes

Tendo em vista a primeira hipótese proposta nesta pesquisa, a de que a linha editorial dos periódicos influencia a configuração dos enquadramentos noticiosos mais do que os atores políticos envolvidos nas questões tratadas, propomos um modelo de regressão logística multinomial[52]. Assim, nessa seção, apresentamos dois modelos: um tendo como variável dependente os enquadramentos específicos[53], e outro com os *frames* genéricos. Foram incluídas quatro variáveis independentes: periódico, ideologia do governo municipal de São Paulo, ideologia do governo estadual de São Paulo e década.

Para a primeira variável independente, periódico, há apenas duas possibilidades: FSP ou OESP, visto que somente estes dois jornais fazem parte do

[52] Peng, Lee e Ingersoll (2010) explicam que a regressão logística é um modelo adequado para testar hipóteses de relações entre uma variável dependente categórica e uma ou mais variáveis independentes também categóricas ou contínuas. O modelo multinomial se caracteriza por permitir que as variáveis de análise não sejam *dummy*, isto é, que possuam mais de duas categorias (PETRUCCI, 2009). Assim, entre as categorias de cada variável uma é estabelecida como referência, de modo que as demais são comparadas a ela. O modelo provê valores de pseudo $R^{2,}$ que, diferentemente da regressão linear, são utilizados apenas para comparação com outros modelos. Além disso, o relacionamento estabelecido entre as variáveis não é linear, mas sim medido no logaritmo das chances ou probabilidades de um evento ocorrer. Para interpretar os resultados estatisticamente significativos, basta diminuir 1 do exponencial do valor de B e multiplicar este valor por 100, obtendo-se a probabilidade em porcentagem.

[53] Considerou-se, nesse caso, os enquadramentos específicos obtidos a partir da Análise de Correspondência Múltipla realizada para todo o *corpus* da pesquisa, para que houvesse um padrão entre os dois periódicos.

corpus da pesquisa. As duas variáveis de ideologia foram incluídas para que fosse possível comparar os efeitos dos periódicos com o dos atores políticos envolvidos. Para construir essas variáveis, foi realizado um levantamento dos prefeitos e governadores que tiveram mandatos no período que compreende o *corpus* da pesquisa. Posteriormente, verificou-se a quais partidos estes gestores eram vinculados. A partir daí, classificou-se cada gestão com uma ideologia, tendo como base o estudo de Tarouco e Madeira (2013), que vem sendo utilizado como referência por trabalhos feitos na área de Ciência Política (e.g. CODATO; LOBATO; CASTRO, 2017). Para a Prefeitura de São Paulo, foram três governos de esquerda, três de direita e um de centro, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 7 – CLASSIFICAÇÃO DAS GESTÕES DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

PREFEITO	PARTIDO	IDEOLOGIA
Luiza Erundina (1989-1992)	PT	Esquerda
Paulo Maluf (1993-1996)	PPR/PPB[54]	Direita
Celso Pitta (1997-2000)	PPB/PTN	Direita
Marta Suplicy (2001-2004)	PT	Esquerda
José Serra (2005-2006)	PSDB	Centro
Gilberto Kassab (2006-2012)	PFL/DEM/PSD	Direita
Fernando Haddad (2013-2016)	PT	Esquerda

FONTE: A autora (2018).

Já no caso do governo do Estado, foram identificados apenas mandatos de centro e um de direita, conforme o quadro 8.

QUADRO 8 – CLASSIFICAÇÃO DAS GESTÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR	PARTIDO	IDEOLOGIA
Luiz Antônio Fleury (1991-1995)	PMDB	Centro
Mário Covas (1995-2001)	PSDB	Centro
Geraldo Alckmin (2001-2006)	PSDB	Centro
Cláudio Lembo (2006)	PFL[55]	Direita
José Serra (2007-2010)	PSDB	Centro
Alberto Goldman (2010)	PSDB	Centro
Geraldo Alckmin (2011-atual)	PSDB	Centro

FONTE: A autora (2018).

Com relação à última variável preditora, o recorte temporal, optou-se por dividir o período em três partes: década um, que compreende os anos 1990; década dois, dos anos 2000 a 2009; e década 3, de 2010 em diante. Tendo realizado estes

[54] Atual Partido Progressista (PP).
[55] Atual Democratas (DEM).

ajustes, ambos os modelos foram rodados com o auxílio do *software* SPSS. Inicialmente, foi executado o modelo tendo como variável dependente os enquadramentos específicos. Nesse caso, a categoria de referência foi o *frame* (3), narrativas.

TABELA 18 – REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL COM *FRAMES* ESPECÍFICOS

Frame		**B**	**Sig**	**Exp (B)**
Problemas urbanos	Interceptação	1,174	0,000	
	FSP	0,335	0,197	1,398
	Direita (M)	0,456	0,089	1,578
	Centro (M)	0,066	0,929	1,068
	1990	-0,47	0,890	0,955
	2000	0,386	0,324	1,472
	Direita (E)	-1,459	**0,043**	0,233
Dependência química	Interceptação	0,748	0,008	
	FSP	0,069	0,810	1,071
	Direita (M)	0,224	0,440	1,251
	Centro (M)	-20,568		1,168E-9
	1990	-0,150	0,682	0,861
	2000	0,197	0,641	1,218
	Direita (E)	-21,902		3,076E-10
Pseudo R^2: Cox e Snell = 0,041; Nagelkerke = 0,049; McFadden = 0,023				

FONTE: A autora (2018).

Como mostra a tabela, somente uma das categorias testadas obteve efeito estatisticamente significativo sobre a variável dependente: a categoria direita para a ideologia do governo do Estado. A partir do valor exponencial de B, é possível dizer que, em relação à categoria Centro, quando a gestão estatal tem ideologia de direita há menos 76,7% de chances do enquadramento apresentado nas matérias ser problemas urbanos em relação ao *frame* narrativas. Como podemos observar pelo valor de significância para a categoria FSP, a variável periódico, neste modelo, não pode ser considerada relevante para prever o tipo de enquadramento identificado nas matérias. Isso indica que, para o objeto desta pesquisa, a cobertura noticiosa é relativamente homogênea entre os periódicos, conforme a análise de cada variável já havia demonstrado.

Da mesma forma, foi executado um modelo tendo as mesmas variáveis independentes, mas substituindo os enquadramentos específicos pelos genéricos. A categoria de referência, nesse caso, foi o *frame* (5), econômico. Pelos resultados obtidos (tabela 19), é possível perceber que a variável periódico, mais uma vez, não apresentou resultados estatisticamente significativos.

TABELA 19 – REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL COM *FRAMES* GENÉRICOS

Frame		**B**	**Sig**	**Exp (B)**
Indefinido	Interceptação	-1,310	0,101	
	FSP	-0,76	0,910	0,927
	Direita (M)	0,020	0,977	1,020
	Centro (M)	-17,509		2,488E-8
	1990	0,608	0,410	1,836
	2000	0,411	0,588	1,509
	Direita (E)	17,424	0,999	2,710E-8
Responsabilidade	Interceptação	2,031	0,000	
	FSP	-0,235	0,513	0,791
	Direita (M)	-0,258	0,498	1,772
	Centro (M)	0,940	0,416	2,560
	1990	-0,798	0,064	0,450
	2000	-0,805	0,068	0,447
	Direita (E)	0,745	0,522	2,106
Interesse Humano	Interceptação	2,002	0,000	
	FSP	-0,310	0,389	0,734
	Direita (M)	-0,506	0,183	0,603
	Centro (M)	-0,317	0,793	0,729
	1990	-0,40	0,925	0,961
	2000	-0,188	0,661	0,829
	Direita (E)	0,211	0,858	1,236
Conflito	Interceptação	2,249	0,000	
	FSP	-0,86	0,809	0,917
	Direita (M)	-0,245	0,516	0,783
	Centro (M)	0,928	0,431	2,530
	1990	-2,018	**0,000**	0,133
	2000	-1,352	**0,003**	0,259
	Direita (E)	0,081	0,950	1,084
Moralidade	Interceptação	-2,377	0,076	
	FSP	-0,344	0,742	0,709
	Direita (M)	-1,152	0,310	0,316
	Centro (M)	1,624	0,379	5,075
	1990	2,168	0,088	8,737
	2000	0,876	0,554	2,401
	Direita (E)	16,423		7,369E-8
Pseudo R^2: Cox e Snell = 0,117; Nagelkerke = 0,124; McFadden = 0,044				

FONTE: A autora (2018).

Nesse segundo modelo, apenas duas categorias apresentaram valores de significância menores que 0,05, ambas relacionadas ao enquadramento de conflito. Observando os valores de exponencial de B, é possível dizer que, quando a matéria for datada dos anos 1990, em relação aos anos 2010, há 86,7% menos chances do enquadramento ser de conflito do que econômico. Já quando o texto for dos anos 2000, sempre em relação aos anos 2010, a chance aumenta um pouco, mas continua negativa: se comparado ao enquadramento econômico, nesse caso há 74,1% menos chances da matéria apresentar o *frame* conflito.

3.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No início desta dissertação, apresentamos como objetivo geral deste trabalho verificar como o conteúdo informativo publicado na versão impressa dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo,* entre os anos de 1991 e 2016, enquadrou a questão do crack na cidade de São Paulo, e em que medida estes *frames* foram determinados pelos periódicos em questão. Para atingi-lo, nos utilizamos da análise de enquadramento como metodologia, aliando uma estratégia indutiva – a partir da proposta de Entman (1993) – e outra dedutiva – tendo como foco os enquadramentos propostos por Semetko e Valkenburg (2000). Além disso, utilizamos ferramentas estatísticas, com testes de associação entre as variáveis e a aplicação de uma regressão logística multinomial, buscando observar como os *frames* identificados se relacionam aos jornais estudados e quais fatores podem ser considerados determinantes na configuração destes quadros.

A partir dos objetivos específicos apresentados é possível esmiuçar os resultados descritos na seção anterior, de modo a contextualizá-los e discuti-los de maneira mais ampla. Nosso primeiro objetivo específico era identificar quais foram os enquadramentos construídos pelos jornais selecionados a respeito do tema, e como os *frames* mudaram ao longo do tempo. Além dele, nosso objetivo específico de número 4 consistia em comparar os enquadramentos de FSP e OESP, verificando se existem diferenças nos *frames* praticados pelos dois periódicos. Inicialmente, verificamos que nem sempre a questão do crack foi tema considerado relevante pelos periódicos. FSP, por exemplo, passou seis anos da década de 1990 sem tratar do tema, enquanto para OESP o uso e tráfico de crack já era assunto relevante neste período.

Observamos, contudo, que em 2012 aparece um pico de atenção dos periódicos em relação ao crack. Ele pode ser explicado se recorrermos a fatores contextuais, visto que naquele ano aconteceram polêmicas ações governamentais na região da chamada “cracolândia”. Esse dado demonstra como, para a questão do crack, os agentes políticos acabaram por pautar a cobertura noticiosa. Mesmo considerando que o problema já existia desde o começo dos anos 1990, foi quando ações governamentais que dividiram opiniões foram tomadas que os jornais se viram obrigados a tratar do assunto de maneira mais intensa. O modo como o Jornalismo se comporta em relação a esse assunto, portanto, parece se assemelhar

à forma como a própria sociedade lida com a questão. Abordando o tema esporadicamente, os periódicos reconhecem que existe o problema. No entanto, como o tema é complexo e de difícil resolução, só é tratado de forma exaustiva quando não há escolha. Caso contrário, permanece diluído na cotidiana profusão de assuntos a serem noticiados, considerados mais urgentes ou relevantes. A postura não surpreende, visto que, como apontam as teorias construtivistas a respeito da produção noticiosa, o Jornalismo está inserido na realidade e comunga das mesmas lógicas do mundo exterior, ao mesmo tempo em que ajuda a formá-lo.

Dando um passo adiante, a partir da análise de enquadramento das matérias, foi possível identificar padrões na cobertura dos periódicos a respeito do assunto. O estudo empírico realizado tendo como base as variáveis de Entman (1993), aliadas ao teste de associação V de Cramer, demonstrou que existem diferenças entre os periódicos, mas que tais distinções são pouco significativas do ponto de vista estatístico. Nesse primeiro grupo de variáveis, cabe destaque para as causas do problema. Como apresentado anteriormente, essa variável foi a que apresentou o maior coeficiente de V de Cramer no grupo que compreende a proposta de Entman (1993). Para FSP, a ineficiência do Estado diante da questão foi considerada mais importante, enquanto para OESP o tráfico de drogas foi colocado como o maior responsável pelos problemas relacionados ao crack.

Além dessa, outras distinções foram identificadas no *corpus*, mesmo que as variáveis não tenham apresentado associações tão fortes aos periódicos do ponto de vista estatístico. No caso dos atores citados pelas matérias, observa-se que FSP utilizou-se mais das declarações de políticos do que OESP. O *Estadão*, por sua vez, apresentou mais matérias em que os traficantes foram ouvidos – o que não significa que o periódico tenha retratado esses atores de forma positiva, como demonstramos com os exemplos apresentados na seção anterior.

Em segundo lugar, quanto à variável subtópico, observou-se que OESP deu mais destaque, em suas matérias, a questões relacionadas à infância e adolescência do que FSP. O *Estadão* se concentrou, ademais, em temas associados à violência e ao crime mais do que o concorrente. A *Folha*, por sua vez, teve como foco de 36,1% de suas unidades de análise questões que envolvem a degradação urbana, isto é, os transtornos ocasionados aos outros cidadãos por conta do uso e tráfico de crack.

Na variável julgamentos morais,, FSP culpou o Estado com mais frequência que OESP. Já os traficantes, na visão do *Estadão*, foram mais responsabilizados em relação ao concorrente, mesmo que este julgamento moral tenha representado apenas aproximadamente 5% das unidades de análise do periódico. Com relação às soluções apontadas para o problema, por fim, observou-se que OESP tem mais ênfase na ação policial que FSP – o que pode estar relacionado ao foco maior em violência e criminalidade, evidenciado na variável subtópico.

Quando observamos a associação destas variáveis, por meio dos testes de Análise de Correspondência Múltipla realizados para o *corpus* de cada um dos periódicos, as diferenças observadas em cada uma das variáveis se cristalizam na existência de um enquadramento a mais para OESP – justamente o que se dedica a tratar das questões relacionadas à infância e à adolescência. Predominantemente relacionado ao tráfico de drogas, a existência deste *frame* destacando-se dos demais, no caso do *Estadão*, demonstra como este periódico dá importância ao assunto. No caso de FSP, essa questão é menos explorada e se dilui em outro enquadramento, o que trata de questões relacionadas à saúde e de histórias de vida dos dependentes químicos.

Para verificar como os enquadramentos apareceram no *corpus* da pesquisa ao longo do tempo, optou-se em utilizar *frames* específicos padronizados para ambos os periódicos. Para tanto, foi realizada uma nova Análise de Correspondência Múltipla, dessa vez com o total das unidades de análise, ou seja, sem que fossem separadas as matérias de cada periódico. Com isso, foram identificados três enquadramentos: problemas urbanos, relacionado à violência e à degradação de pontos da cidade; dependência química, discutindo predominantemente assuntos relacionados à saúde; e narrativas, focado nas histórias de vida de traficantes e dependentes químicos.

Observando a distribuição destes enquadramentos ao longo do tempo, verificou-se que, para FSP, o que predominou – salvo quatro exceções no período de 25 anos analisado pela pesquisa – foi o enquadramento de problemas urbanos. OESP apresentou comportamento semelhante, tendo o primeiro *frame* de forma predominante em quase todo o período de análise.

Já do ponto de vista do estudo realizado com as categorias de Semetko e Valkenburg (2000), a análise dos resíduos padronizados demonstrou que o enquadramento de conflito apareceu mais do que o estatisticamente esperado em

FSP. Além disso, há maior frequência do enquadramento de interesse humano para o *Estadão*, mesmo que a diferença não tenha resultado em resíduos padronizados acima do limite crítico de 1,96. O coeficiente V de Cramer, contudo, demonstrou que há baixa associação entre os *frames* genéricos e os periódicos, ou seja, que há poucas distinções entre os jornais.

Quando observamos como estes enquadramentos se distribuíram ao longo dos anos, verificamos que o *frame* de conflito começa a predominar em FSP a partir de 2009, e então torna-se hegemônico até o final do período analisado (à exceção do ano de 2013). Antes disso, *Folha* apresentou alternância entre os enquadramentos: enquanto no início predominava a abordagem de interesse humano, posteriormente a de responsabilidade começa a ganhar destaque nas matérias do periódico.

Em OESP, por sua vez, a distribuição dos enquadramentos é significativamente diferente em relação ao concorrente. O *frame* conflito aparece isoladamente em primeiro somente no ano de 2012 – quando, como já salientamos, existiu forte polêmica em torno de ações governamentais empreendidas na "cracolândia". Nos outros anos do período, os enquadramentos de interesse humano e responsabilidade aparecem de forma próxima à abordagem de conflito. Ademais, nos anos 1990 o jornal apresenta textos de interesse humano de forma significativa, com um pico de matérias deste tipo em 1998.

Com esses dados, inicialmente, podemos considerar uma de nossas hipóteses, a de que *ao longo do tempo, os enquadramentos se modificam, acompanhando as mudanças na própria sociedade*, parcialmente confirmada. Isso porque, como apontamos, com relação aos enquadramentos específicos não foram verificadas mudanças significativas ao longo do tempo. Entretanto, no caso dos *frames* genéricos, houve algumas modificações. Além disso, há mudanças no que diz respeito à atenção dada pelos periódicos à questão: prova disso é que FSP, durante a década de 1990, tem anos em que não foi registrada nenhuma matéria sobre o assunto.

Todos esses resultados demonstram, além disso, que, apesar de certa homogeneidade na cobertura, o processo de produção da notícia, mesmo com suas rotinas técnicas (BIROLI, 2010), permite que um fato seja abordado de forma distinta por empresas jornalísticas diferentes. São justamente estas distinções na cobertura noticiosa – que, portanto, não se mostra revestida de imparcialidade – que dão

espaço à atuação política das empresas jornalísticas, como defendido por autores citados na revisão teórica desta dissertação (BIROLI, 2013; EBERWEIN et al., 2015; EILDERS, 1999; PAGE, 1996; STRÖMBÄCK, 2008).

Assim, as empresas de comunicação poderiam – por meio do importante papel de fornecedoras de informação (STRÖMBÄCK, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2010) e intermediadoras entre a esfera política e os cidadãos – defender posicionamentos que são de seu próprio interesse, na medida que se constituem como organizações voltadas para o lucro (GOMES, 2009). Ao invés de meros canais para a disseminação de posicionamentos dos atores políticos, portanto, rivalizariam com estes, na medida em que estariam a serviço de seus próprios interesses, mesmo que travestidos da alcunha legitimadora de “defensores do interesse público” e vigilantes do poder político (ALBUQUERQUE, 2010).

De maneira prática, a contaminação do material noticioso com as opiniões da empresa jornalística aconteceria, como apontado na seção teórica, por meio da linha editorial destas empresas. Com sanções e recompensas (BREED, 1955), e não de forma explícita, o repórter seria doutrinado a formatar o material noticioso do modo que interessa aos donos da empresa jornalística. Defende os interesses da organização, dessa forma, sem deixar de lado a aura de imparcialidade em que está envolta a notícia: aos olhos do público, continua existindo a distinção entre as seções informativa e opinativa de um periódico, de modo que o espaço noticioso não seria, em tese, o lugar para a defesa de posicionamentos. Sem quebrar este contrato de leitura, portanto, os enquadramentos constituídos para um mesmo fato transmitiriam a opinião da empresa sem deixar de lado as técnicas inerentes à atividade jornalística.

Quando damos um passo adiante na análise e executamos os modelos de regressão logística multinomial, no entanto, observamos que, ao contrário do que se poderia supor a partir da literatura, a linha editorial dos periódicos não se mostra importante, do ponto de vista estatístico, para a constituição dos enquadramentos noticiosos a respeito da questão do crack. Em nenhum dos modelos executados existe interferência estatisticamente significativa dos periódicos que fazem parte do *corpus* da dissertação no modo como o tema é tratado nas notícias. A ideologia governamental, por outro lado, apresentou influência em um dos modelos, o que teve como variável dependente os enquadramentos específicos. Isso implica que, nesse caso, a agenda dos atores políticos se infiltrou de maneira eficiente na

cobertura jornalística: quando os governantes na esfera do Estado foram de direita, os jornais trataram menos do enquadramento problemas urbanos em relação ao *frame* narrativas. Ou seja, nesse caso privilegiou-se a abordagem relacionada a histórias de vida e depoimentos, que coloca o problema como algo da esfera privada, em detrimento do enquadramento que trata do tema de forma a responsabilizar de modo mais incisivo os representantes estatais.

Já no modelo com os *frames* genéricos, a variável década apresentou resultados estatisticamente significativos. O resultado indicou que, no último recorte temporal da análise (de 2011 a 2016), enfatizou-se de forma mais intensa o enquadramento de conflito. Esse dado parece estar relacionado ao próprio estabelecimento histórico da questão: foi nesse último período que passou-se a enfrentar a questão do crack de forma mais intensa do ponto de vista de políticas públicas estatais. Ao mesmo tempo que isso significa que os governantes reconheceram a questão como um problema público que merece atenção, aponta que as soluções encontradas ficaram longe do consenso. O maior aparecimento do *frame* de conflito cristaliza, portanto, os debates travados na própria sociedade a respeito da forma mais eficaz de tratar a questão. Além disso, o resultado pode estar relacionado à percepção de que o problema se tornou mais agudo nos últimos anos, o que aumenta as divergências entre dependentes químicos e outros cidadãos, por exemplo.

Com esses dados, podemos afirmar que a primeira hipótese levantada na pesquisa, de que *os enquadramentos das notícias que tratam da questão do crack sofrem mais influência da linha editorial dos periódicos do que dos demais atores políticos envolvidos na questão*, foi recusada. Isso não significa, contudo, que a linha editorial das empresas jornalísticas não interfira na produção noticiosa. Como apontamos anteriormente, os jornais apresentaram diferenças, mesmo que não tenham sido significativas do ponto de vista estatístico. Ademais, esse resultado pode estar relacionado ao nosso objeto específico – que, é preciso reconhecer, não é um tema tipicamente político. Na cobertura de fatos políticos por excelência ou que estejam mais relacionados aos interesses dos próprios periódicos, por outro lado, tal interferência pode ser mais intensa. Enfatizamos, assim, a necessidade de novas pesquisas a partir do modelo e dos questionamentos apresentados nesta dissertação.

Outro dado que corrobora o achado de que, com relação à questão do crack, existe um apagamento da atuação política dos periódicos se relaciona ao nosso segundo objetivo específico. No início da pesquisa, estabelecemos como um dos interesses do trabalho perceber como as políticas públicas formuladas pelo poder público (dos governos Federal, Estadual e Municipal) para enfrentamento da questão apareceram nas matérias do *corpus*. Os achados demonstram que os programas governamentais voltados ao tema pouco foram citados pelas matérias analisadas. Como demonstramos na seção empírica, quase 70% das unidades de análise não trataram destas políticas públicas nominalmente.

Cabe destacar, contudo, que o programa governamental que mais recebeu a atenção dos jornais foi o *De Braços Abertos*, empreendido na gestão do petista Fernando Haddad. O fato pode estar relacionado à própria natureza do projeto, diferente de todos os outros formulados anteriormente. Focando na redução de danos, algo novo para o enfrentamento da questão em São Paulo, o programa pode ter suscitado mais debate do que os demais, que utilizavam estratégias repressivas já conhecidas dos cidadãos.

Quando cruzamos a variável de presença do debate sobre políticas públicas com a de julgamentos morais, no entanto, percebemos que o *De Braços Abertos* não foi relacionado à culpabilização do Estado na maioria das matérias em que foi discutido. Quase 60% dos textos que trataram desta política pública não apresentaram julgamentos morais, o que pode indicar que os jornais buscaram trazer o assunto para debate na opinião pública tendo em vista o ineditismo da iniciativa e os conflitos gerados a partir dela. Por outro lado, CAPSad, Complexo Prates e Operação Limpa tiveram maior associação com o julgamento moral que responsabiliza o Estado pelos problemas. Isso indica que, quando apareceram, estas políticas públicas foram retratadas de forma negativa pelos periódicos.

Esses dados se mostram relevantes se considerarmos que, como discutimos brevemente na seção teórica, o Jornalismo pode ser um ator importante no ciclo de políticas públicas. Isso porque os dispositivos de comunicação de massa podem propagar avaliações de fracasso ou sucesso destes programas governamentais, influenciando em sua permanência, extinção ou modificação (SECCHI, 2014). Se insere nesse contexto, ademais, a posição do Jornalismo como vigilante do poder político, ou seja, como ator que concentraria o interesse público e

fiscalizaria a forma como o Estado se comporta diante das necessidades da coletividade.

No caso das políticas públicas voltadas à questão do crack, portanto, observa-se, mais uma vez, um apagamento da atuação de FSP e OESP como fiscalizadores do poder político. Isso porque os periódicos trataram dessas políticas poucas vezes, o que indica que o tema pode estar sendo abordado de forma superficial no que diz respeito ao seu enfrentamento. Ou seja, os periódicos reconhecem que o problema existe e que é de responsabilidade do Estado – pela predominância do enquadramento específico (1), problemas urbanos –, mas não aprofundam o debate a respeito das ações que já estão sendo tomadas e de como elas podem ser avaliadas para que se tornem alternativas mais eficazes.

Por fim, também figurava como objetivo específico desta dissertação identificar quais são as vozes ouvidas em matérias que tratam da questão do crack em São Paulo, observando se os usuários da droga são acionados como fontes e como são retratados. A partir da variável definição do problema – atores, foi possível perceber que o comportamento dos jornais é bastante semelhante, visto que o V de Cramer nesse caso foi o menor entre as variáveis propostas por Entman (1993). Tanto em FSP quanto em OESP as categorias relacionadas a fontes oficiais foram as que predominaram. Se juntarmos as categorias campo político e autoridades estatais, temos 45,6% das unidades de análise com dominância destes atores. Esse resultado era esperado, diante da preferência dos jornalistas por este tipo de fonte (SOUSA, 2001; TUCHMAN, 1983) e do disciplinamento da atividade jornalística por meio de regras padronizadas (BIROLI, 2010).

O fato deste comportamento ser rotineiro, contudo, não significa que seja salutar do ponto de vista da representação de diferentes posicionamentos na cobertura jornalística. De acordo com Blumler e Coleman (2017, p. 17),

> É natural que os jornalistas se voltem para figuras de elite (para “fontes credenciadas” [...]. Isso porque elas são articuladas, estão próximas dos locais onde são tomadas as decisões, e confiáveis para opiniões sobre as questões do dia. Mas o lado nocivo dessa moeda acaba sendo uma regular, persistente e sistemática exclusão e distorção das situações, experiências, necessidades, reivindicações e pontos de vista dos grupos mais marginalizados da sociedade, que estão nas escalas mais baixas de poder, conhecimento e confiança.

Essa reflexão nos leva à segunda parte do nosso objetivo, que consistia em verificar como os dependentes químicos apareceram como fontes para as matérias analisadas. Como demonstraram os resultados, eles ficaram em quarto lugar se considerarmos o *corpus* total, aparecendo em 12,6% das unidades de análise. O resultado fica muito abaixo da frequência apresentada pela categoria autoridades estatais, que teve 39,7% das ocorrências. Outros cidadãos e especialistas também foram mais ouvidos pelas matérias do que os usuários de drogas.

Vários cruzamentos entre variáveis distintas demonstram que, além de restrito a poucas unidades de análise, o aparecimento dos dependentes químicos como fontes está relacionado a abordagens específicas praticadas pelos periódicos. Quando realizamos o cruzamento entre as variáveis subtópico e atores, por exemplo, percebemos que, quando apareceram, os dependentes químicos estiveram fortemente relacionados às matérias de histórias de vida. Além disso, o julgamento moral que os culpa pelo problema também está relacionado a esse subtópico. Ademais, a associação entre *frames* específicos e genéricos permite perceber que, considerando o enquadramento específico narrativas, em que os dependentes predominam como atores, a categoria de Semetko e Valkenburg (2000) que aparece é a de interesse humano para ambos os jornais.

Com esses dados, consideramos que nossa terceira hipótese – de que, *quando acionados como fontes pelos jornais, os usuários de crack são associados a matérias de interesse humano* – foi confirmada. Como vimos, tanto na análise de enquadramentos específicos quanto na de *frames* genéricos observou-se a associação destes atores a matérias relacionadas a narrativas, histórias de vida e abordagens mais emocionais da questão.

Nesse caso, cabe dar um passo além na discussão e avaliar se a presença mais frequente dessas fontes nas matérias jornalísticas seria de fato benéfica para esses atores. Isso porque, se considerarmos como exemplo a presença de traficantes como vozes nos textos publicados por OESP, é possível perceber que há um predomínio de abordagens negativas. Ou seja, mesmo que sejam ouvidos, suas falas são utilizadas para demonstrar sua culpa em relação ao problema ou como forma de censurar suas condutas. Quando há conflitos entre traficantes e policiais, por exemplo, os primeiros não são chamados a expor seu ponto de vista sobre a situação.

Não se trata, nesse caso, de defender a atuação de criminosos ou promover o incentivo de uso de drogas, mas de reconhecer que tanto dependentes químicos quanto traficantes estão inseridos em uma lógica social perversa que, em certa medida, os empurra para situações de violência e criminalidade. O Jornalismo, nessa situação, parece muitas vezes reforçar o senso comum de que tudo se resume às escolhas dos indivíduos. Cabe ressalva, entretanto, com relação à dificuldade de ouvir dependentes químicos como fontes em matérias jornalísticas, dado o contexto de violência e degradação em que eles geralmente se encontram.

Finalizando essa dissertação, no tópico a seguir trazemos as conclusões obtidas a partir da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação se debruçou sobre os enquadramentos jornalísticos produzidos pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* a respeito do uso e tráfico de crack na capital paulista. No primeiro capítulo teórico do trabalho, buscamos discutir o lugar das empresas de comunicação no jogo político e como se dá essa atuação. Além disso, fizemos esclarecimentos sobre o conceito de enquadramento, procurando fazer um breve apanhado das discussões realizadas na literatura a respeito do tema. Nosso foco, nesse caso, foi a operacionalização metodológica do conceito de *framing* e a necessidade de transparência metodológica no que diz respeito a esse tipo de análise.

Já no segundo capítulo, procuramos situar o leitor a respeito do objeto dessa dissertação. Por isso, além de trazer uma contextualização da literatura de políticas públicas, apresentamos o problema relacionado ao uso e tráfico de crack na capital paulista. Trouxemos, ademais, um apanhado de trabalhos acadêmicos que trataram da representação do uso de drogas na cobertura jornalística para, por fim, realizar um levantamento das políticas públicas voltadas à questão do crack.

Adentrando de fato no nosso objeto de pesquisa, o terceiro capítulo apresentou a metodologia utilizada na parte empírica do trabalho. Além disso, trouxe os resultados da análise realizada, a partir de enquadramentos genéricos e específicos, para as 716 unidades de análise que constituíram nosso *corpus*. Tendo como base as variáveis propostas por Entman (1993) e por meio da realização de uma Análise de Correspondência Múltipla, identificamos três *frames* específicos nas matérias analisadas: (1) problemas urbanos, relacionado a problemas como violência e criminalidade, com autoridades estatais como principais atores; (2) dependência química, destinado a debater questões relacionadas ao uso de drogas e saúde; e (3) narrativas, relacionado ao relato de histórias pessoais de dependentes químicos e traficantes.

Do ponto de vista da análise de enquadramentos genéricos, com as categorias propostas por Semetko e Valkenburg (2000), demonstramos que os *frames* conflito, interesse humano e responsabilidade predominaram no *corpus* total, em detrimento dos enquadramentos econômico e de moralidade. Ademais, percebemos diferenças entre os jornais, visto que FSP deu mais espaço para o conflito, enquanto OESP se dedicou mais à abordagem de interesse humano.

Por meio dos testes de V de Cramer e da análise dos resíduos padronizados observamos poucas distinções na cobertura realizada por ambos os jornais. Percebeu-se, por exemplo, a predominância do uso de fontes oficiais em detrimento de outros atores para a formulação dos textos jornalísticos. Além disso, observou-se que os dependentes químicos foram pouco acionados se considerado o total de matérias. Quando apareceram, foram associados a matérias de interesse humano, e não àquelas em que o tema era debatido do ponto de vista da saúde ou das políticas públicas.

O achado da homogeneidade entre os periódicos foi reforçado pela realização de uma regressão logística multinomial, em que percebemos que, ao contrário do que esperávamos, os periódicos não se mostraram uma variável estatisticamente significativa para a definição dos enquadramentos. Do ponto de vista das políticas públicas, novamente tivemos resultados contrários ao que inicialmente era previsto: a maioria das matérias não citou nominalmente algum programa destinado ao enfrentamento do tema.

Após a descrição dos resultados, procuramos relacioná-los à literatura apresentada anteriormente, à luz de nossos objetivos e hipóteses. Agora, nas considerações finais, destacamos, como já havíamos apontado na introdução deste trabalho, a importância da discussão acadêmica a respeito desse tema. Entendemos que as pesquisas realizadas no âmbito universitário devem ser endereçadas a questões que preocupam e são importantes para a sociedade, buscando compartilhar o conhecimento produzido e, além disso, contribuir para que haja melhorias para a coletividade.

O trabalho aqui exposto, portanto, pretende discutir a atuação do Jornalismo para o enfrentamento de problemas que afetam número significativo de pessoas: nesse caso não só os usuários de crack, mas também cidadãos que sofrem com a violência, usuários de outras drogas, traficantes e policiais que são prejudicados ou até morrem por conta da existência destas questões. Deixamos para o leitor, após tudo o que foi exposto aqui, a proposta de uma reflexão a respeito de que tipo de Jornalismo está sendo feito na redações brasileiras, e o quanto esta prática tem contribuído para fomentar debates saudáveis e fundamentados a respeito de questões tão polêmicas quanto o uso de entorpecentes.

Ressaltamos que não se trata de idealizar a prática jornalística e desconsiderar constrangimentos que fazem parte das rotinas de produção da

notícia, ou de ignorar que os jornais são empresas com interesses próprios, que atuam politicamente. Entretanto, na medida em que têm papel significativo na formação da opinião pública a respeito de programas governamentais e dos próprios políticos, as empresas de comunicação têm responsabilidade importante no debate e devem levá-la em conta na produção do conteúdo que entregam aos leitores todos os dias.

Para além da importância do objeto de pesquisa aqui explorado, consideramos este trabalho relevante no campo acadêmico por propor o debate sobre como de fato ocorre a atuação política das empresas de comunicação. Como vimos nos resultados, as diferenças entre periódicos que, para o observador descompromissado, parecem ter linhas editoriais bastante distintas não são tão claras ou significativas, como poderíamos esperar. Ademais, os dados nos mostram que não há clara associação entre coberturas negativas, que culpam o Estado pelo problema, e programas propostos por governos ocupados por políticos ou membros de partidos específicos.

Apesar disso, a análise apresentou algumas distinções entre os periódicos, mesmo que elas não tenham sido estatisticamente significativas. Isso indica que há espaço para que os jornais enquadrem um mesmo tema de forma distinta dos concorrentes, de modo a defender seus posicionamentos e interesses. A semelhança nas coberturas, ademais, pode ser fruto dos processos padronizados para a construção da notícia ou do objeto de pesquisa aqui escolhido. Defender explicitamente um posicionamento, em seu conteúdo informativo, a respeito de um assunto tão polêmico e delicado pode ser um terreno perigoso para os periódicos. Ao contrário do que supúnhamos inicialmente, talvez as próprias polêmicas que envolvem a questão façam com que os jornalistas redobrem os cuidados para que poucos posicionamentos transpareçam no conteúdo noticioso.

Os resultados que encontramos aqui, portanto, não implicam que as empresas de comunicação se comportem dessa forma sempre, para toda e qualquer cobertura. Alguns temas, que podem interessar mais à empresa jornalística, podem fazer com que a tomada de posição transpareça de forma mais efetiva na seção informativa. Sendo assim, análises com outros objetos de pesquisa podem resultar em dados distintos. Por isso, estimulamos que a proposta desenvolvida aqui seja replicada em estudos futuros. Tendo em vista que a relação entre a comunicação de massa e os atores políticos merece ser aprofundada, esperamos que essa

dissertação seja impulso para que outros pesquisadores também se debrucem sobre o tema, de modo a criar uma forte agenda de pesquisa empírica sobre o assunto.

Do ponto de vista metodológico, por sua vez, buscamos trazer contribuições que começam pela utilização da análise de enquadramento para o estudo de textos jornalísticos. Reconhecendo a existência de um importante grupo de pesquisadores que se dedica a esse tipo de análise, almejamos que o trabalho possa ser útil na medida em que as mesmas técnicas de coleta e análise dos dados podem ser replicadas para outros objetos de pesquisa. Procuramos, por meio do uso de ferramentas estatísticas, solucionar alguns problemas que vêm sendo enfrentados pelos pesquisadores de enquadramento, como por exemplo a forma de operacionalizar as categorias propostas por Entman (1993). Ademais, propusemos a aliança entre métodos indutivos e dedutivos para a identificação de enquadramentos, o que tem sido pouco realizado no ambiente acadêmico. Como demonstramos, esse tipo de associação pode trazer resultados interessantes e trazer ganhos para a análise.

Outro aspecto metodológico da pesquisa que merece destaque é a proposta de um modelo que considere variáveis políticas e editoriais como preditoras e tendo como variável dependente os enquadramentos jornalísticos. Assim, trazemos uma proposta de mensuração da atuação política das empresas de comunicação de massa, que pode ser aplicada a outros objetos e contextos.

Pesquisas futuras podem considerar como variáveis de análise indicadores da linha editorial dos periódicos, como resultados obtidos por meio do estudo de peças opinativas, como os editoriais. Além disso, outras técnicas de pesquisa podem ser aplicadas, como entrevistas e questionários, buscando perceber como ocorre a atuação política das empresas jornalísticas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. C. F.; RAUPP, L. Uso de crack na cidade de São Paulo/Brasil. **Revista Toxicodependências**, v. 16, n. 2, p. 29-37. 2010.

ALBANESE, R. Estudante conta como mergulhou no pesadelo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03/07/1994, Cidades, p. C8. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940703-36782-nac-0038-cid-c8-not/busca/Estudante+conta+mergulhou+pesadelo>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Droga causa dependência rápida e total. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10/07/1995, Cidades, p. C1. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950710-37154-nac-0013-cid-c1-not/busca/R%C3%A1pida+Droga+causa+depend%C3%AAncia+r%C3%A1pida+total>. Acesso em: 20/12/2017.

ALBUQUERQUE, A. As três faces do Quarto Poder. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 92-104.

ALDÉ, A.; XAVIER, G.; BARRETOS, D.; CHAGAS, V. Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva. **Revista Alceu**, v. 5, n. 10, p. 186-200. 2005.

ANTAR, N. Mulheres tentam entrar com drogas na Detenção. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31/08/1998, Cidades, p. C2. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19980831-38303-nac-0014-cid-c2-not/busca/Mulheres+tentam+entrar+drogas+Deten%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20/12/2017.

ARANDA, F. Tráfico usa cada vez mais meninas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27/07/2009a, Cidades/Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090727-42286-spo-29-cid-c5-not/busca/meninas+vez+mais>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Carreira é curta e destrói vida e aparência. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27/07/2009b, Cidades/Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090727-42286-spo-29-cid-c5-not/busca/meninas+vez+mais>. Acesso em: 20/12/2017.

ARAÚJO, V. T. Contribuições da análise do enquadramento noticioso para as pesquisas em comunicação. **Temática**, ano 13, n. 5, maio. 2017.

AUGUSTO, C. Dívida de crack leva menor a sequestrar garota. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10/10/1996, Cidades, p. C12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19961010-37612-nac-0032-cid-c12-not/busca/D%C3%ADvida+crack+leva+menor+seq%C3%BCestrar+garota>. Acesso em: 20/12/2017.

AZEVEDO, F. A. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **ECO-Pós**, v. 12, n. 3, setembro-dezembro. 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, M. F. Menores matam por crack na Zona Leste. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21/02/1994, Cidades, p. C1. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940221-36650-nac-0013-cid-c1-not/busca/Menores+matam+crack+Zona+Leste>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Quatro são mortos na 49ª chacina de 1995. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01/01/1996, Cidades, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960101-37329-nac-0017-cid-c5-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Professora sequestrada é encontrada morta. . **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10/04/1998, Cidades, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19980410-38159-nac-0017-cid-c5-not/busca/Professora+seq%C3%BCestrada+encontrada+morta>. Acesso em: 20/12/2017.

BASTOS, F. I.; BERTONI, N. **Pesquisa nacional sobre o uso de crack:** quem são os usuários de crack e/ou similares no Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, p.189-217, 2002.

BECKERS, K.; MASINI, A.; SEVENANS, J.; VAN DER BURG, M.; DE SMEDT, J.; VAN DEN BULCK, H.; WALGRAVE, S. Are newspapers' news stories becoming more alike? Media content diversity in Belgium, 1983-2013. **Journalism**, maio. 2017.

BEDINELLI, T. Em maternidade para viciada em crack, mãe tem alta, mas bebê fica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10/12/2012, Cotidiano, p. C4. Disponível em: < http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/12/1198702-em-maternidade-para-viciada-em-crack-mae-tem-alta-mas-bebe-fica.shtml> . Acesso em: 20/12/2017.

_____. Pinel agora tem drogas e furtos, acusa Promotoria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12/04/2013. Cotidiano, p. C8. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/103475-pinel-agora-tem-drogas-e-furtos-acusa-promotoria.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

BERGAMIM JR., G. Viciados enfrentam PM no centro após suspeito levar tiro de policial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22/11/2011, Cotidiano, p. C6. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/10448-viciados-enfrentam-pm-no-centro-apos-suspeito-levar-tiro-de-policial.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Joguei a toalha, diz diretor de 'Cidade de Deus' sobre ator na cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02/05/2015, Cotidiano, p. B3. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1623826-joguei-a-toalha-diz-diretor-de-cidade-de-deus-sobre-ator-na-cracolandia.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

BERGAMIM JR., G.; BEDINELLI, T. Mães fazem maratona para internar filhos viciados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27/01/2013, Cotidiano, p. C3. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/90848-maes-fazem-maratona-para-internar-filhos-viciados.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

BERTONI, E. Para professor, chamariz tem efeito passageiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08/04/2015, Cotidiano, p. C5. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/215098-para-professor-chamariz-tem-efeito-passageiro.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

BIANCARELLI, A. Overdose de drogas é tema de treinamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06/01/2002, Cotidiano, p. C4. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0601200209.htm>. Acesso em: 20/12/2017.

BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 195-222.

_____. Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o Jornalismo como gestor de consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6. 2013.

BLUMLER, J. G.; COLEMAN, S. A democracia e a mídia – revisitadas. **Revista Compolítica**, v. 7, n. 2. 2017.

BOITEUX, L. A nova lei antidrogas e aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, ano 14, n. 167, outubro, 2006.

BORAH, P. Conceptual issues in framing theory: a systematica examination of a decade's literature. **Journal of Communication**, n. 61, p. 246-263. 2011.

BRANCATELLI, R. Usuários de crack lotam Rua dos Gusmões e prejudicam comércio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21/05/2008, Cidades/Metrópole, p. C6. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080521-41854-nac-37-cid-c6-not. Acesso em: 20/12/2017.

_____.Comerciantes se protegem e moradores se trancam em casa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01/08/2010a, Cidades/Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100801-42656-nac-46-cid-c5-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Minicracolândia perto da Ceagesp leva medo a moradores da Vila Leopoldina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01/08/2010b, Cidades/Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100801-42656-nac-46-cid-c5-not>. Acesso em: 20/12/2017.

BRASIL, Lei n° 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5726.htm. Acesso em: 25/05/17.

_____. Lei n° 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm. Acesso em: 25/05/17.

_____. Lei n° 10. 409, de 11 janeiro de 2002a. Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10409.htm. Acesso em: 25/05/17.

_____. Decreto n° 4.345, de 26 de agosto de 2002b. Institui a Política Nacional Antidrogas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4345.htm. Acesso em: 25/05/17.

_____. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

_____. Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 25/05/17.

BREED, W. **Social control in the newsroom: a functional analysis**. Social Forces, 1955.

BRUCK, M. S. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do Jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n.1, p. 174-193. 2013.

BRÜGGEMANN, M. Between frame setting and frame sending: how journalists contribute to news frames. **Communication Theory**, n. 24, p. 61-82. 2014.

CALLAGHAN, K.; SCHNELL, F. Assessing the democratic debate: how the news media frame elite policy discourse. **Political Communication**, n. 18, p. 183-212. 2001.

CAMPOS, L. A. **Enquadrando a esfera pública:** a controvérsia das cotas raciais na imprensa. 2013, 277 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Rio de Janeiro, 2013.

_____. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n.3, dezembro, p. 377-406. 2014.

CAPITELLI, M. Cracolândia 'abastece' usuários de todas as classes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21/07/2009, Cidades/Metrópole, p. C5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090721-42280-nac-37-cid-c5-not/busca/Cracol%C3%A2ndia+%E2%80%98abastece%E2%80%99>. Acesso em: 20/12/2017.

CAPRIGLIONE, L.; GALLO, R. 'Cracolândia' expande os seus domínios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03/09/2006, Cotidiano, p. C1. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0309200601.htm>. Acesso em: 20/12/2017.

CAPRIGLIONE, L.; GAMA, M. Moradores caçam incendiário de favela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23/12/2011, Cotidiano, p. C6. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/16533-moradores-cacam-incendiario-de-favela.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

CARDOSO, W. 'Trabalhar com os usuários ficou difícil'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17/01/2012, Cidades/Metrópole, p. C3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120117-43190-nac-32-cid-c3-not>. Acesso em: 20/12/2017.

CARMO, S. G. do; TUROLLO JR., R. Diálogos da prefeitura com tráfico provoca ataques entre PT e PSDB. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02/05/2015, Cotidiano, p. B1. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/05/02/15//5989107>. Acesso em: 20/12/2017.

CARRANCA, A. Nova Luz ainda não rejuvenesceu. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01/01/2006, Cidades/Metrópole, p. C4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20060101-40983-nac-26-cid-c4-not>. Acesso em: 20/12/2017.

CARVALHO, L. M. O inferno da Cracolândia está quase vazio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13/03/2005a, Cidades, p. C. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050313-40689-spo-41-cid-c1-not/busca/quase+vazio>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Acabar com a Cracolândia, a obsessão de Matarazzo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13/03/2005b, Cidades, p. C3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050313-40689-nac-43-cid-c3-not/busca/Acabar+obsess%C3%A3o>. Acesso em: 20/12/2017.

CARVALHO, F. C. **A disputa presidencial de 2014 em portais de revistas brasileiras:** análise comparativa entre editoria e blog na cobertura eleitoral de Veja e Carta Capital na internet. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CERVI, E. U. **Análise de dados categóricos em Ciência Política**. Curitiba: Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Paraná, 2014. Ebook. Disponível em: <http://www.cpop.ufpr.br/publicacoes/analise-de-dados-categoricos-em-ciencia-politica>. Acesso em: 25/05/17.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. Framing Theory. **Annual Reviews of Political Science**, n. 10, p. 103-126. 2007.

CODATO, A.; LOBATO, T.; CASTRO, A. O. "Vamos lutar, parentes!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, fevereiro. 2017.

CONFRONTO deixa usuários de crack feridos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24/01/2014, Cotidiano, p. C3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/01/24/15//5912642>. Acesso em: 20/12/2017.

COOK, T. E. The news media as a political institution: looking backward and looking forward. **Political Communication**, v. 23, p. 159-171. 2006.

_____. O Jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, julho/dezembro. 2011.

CORREA, V.; BEDINELLI, T. Sem centro de apoio, ação da PM espalha craqueiros na cidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05/01/2012, Cotidiano, p. C1. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18408-sem-centro-de-apoio-acao-da-pm-espalha-craqueiros-na-cidade.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

DACAUAZILIQUÁ, J. Para fidelizar 'cliente', tráfico põe crack na maconha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01/09/2008, Cidades/Metrópole, p. C5. Disponível em:<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080901-41957-nac-33-cid-c5-not>. Acesso em: 20/12/2017.

D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. **Journal of Communication**, p. 870 - 888, dezembro. 2002.

DE VREESE, C. H.. News framing: theory and typology. **Information Design Journal**, v. 13, n.1, p. 51-62. 2005.

DICKINSON, R. D. Making up the news: journalists, deviance and social control in news production. In: ALLAN, Stuart (ed.). **The Routledge Companion to News and Journalism Studies**. Londres: Routledge, 2010. p. 223-233.

DIÓGENES, J.; PALHARES, I. Usuários se espalham para a Rua Mauá e prejudicam comércio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16/01/16, Metrópole, p. A14. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160116-44650-nac-13-mrt-a14-not>. Acesso em: 20/12/2017.

DONGES, P. Media Democracy. In: MAZZOLENI, G. **The International Encyclopedia of Political Communication**. West Sussex, John Wiley & Sons, Inc., 2015.

DUARTE, P. C. A. V.; DALBOSCO, C. A política e a legislação brasileira sobre drogas. In: BRASIL, Ministério da Justiça. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**. Brasília: MJ, 2016. p. 76-85.

EBERWEIN, T.; PORLEZZA, C. SPLENDORE, S. Media as political actors. In: MAZZOLENI, G. **The International Encyclopedia of Political Communication**. West Sussex, John Wiley & Sons, Inc., 2015.

EILDERS, C. Synchronization of issue agendas in news and editorials of the prestige press in Germany. **Communications**, v. 24, n. 3. 1999.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58. 1993.

ESSER, F.; MATTHES, J. Mediatization effects on political news, political actors, political decisions, and political audiences. In: KRIESI, H.; LAVENEX, S.; ESSER, F.; MATTHES, J.; BÜHLMANN, M.; BOCHSLER, D. **Democracy in the age of globalization and mediatization**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. p. 177-201.

EX-MODELO vive nas ruas da cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Cotidiano, 24/11/2014, Cotidiano, p. C5. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/11/24/15//5971329>. Acesso em: 20/12/2017.

FERRACIOLI, P. **A batalha das biografias na arena midiática da democracia:** uma análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, 2017.

FERRARI, K. A.; COLLI, M. Consumo pessoal de drogas: descriminalização, despenalização ou descarcerização após o advento da Lei n° 11.343/06. **Unoesc & Ciência**, Joaçaba, v. 3, n.1, p. 3-16, jan./jun. 2012.

FONSECA, E. M.; BASTOS, F. I. Os Tratados Internacionais Antidrogas e o Brasil. In: ALARCON, S.; JORGE, M. A. S. (Orgs.). **Álcool e outras drogas** – diálogos sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

FONTES, G. S. **Caso de polícia ou questão de saúde pública?** *Frames* do jornalismo impresso sobre o uso de crack em São Paulo. Trabalho apresentado no 9. Congresso Latino-americano de Ciência Política, Montevidéu, 2017.

FONTES, G. S.; FERRACIOLI, P. Caso de polícia ou questão de saúde pública? *Frames* do jornalismo impresso sobre o uso de crack em São Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 3, p. 174-20. 2017.

FORNECEDOR conta como é o seu 'comércio'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09/07/1995, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950709-37153-nac-0038-cid-c4-not>. Acesso em: 20/12/2017.

FRANÇA, V. No meio da surra, mãe enfrenta PMs e salva filho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08/02/2007, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20070208-41386-nac-37-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

FREITAS, O.; TARAK, O. Lojista diz que planeja empregar dependentes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18/05/2014, Cotidiano, p. C3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Lojista+diz+que+planeja+empregar+dependentes&site=&periodo=acervo&x=19&y=13>. Acesso em: 20/12/2017.

GAMSON, W; MODIGLIANI, A. The changing culture of affirmative action. **Research in Political Sociology**, v. 3, p. 137–177. 1987.

GITLIN, T. **The Whole World Is Watching**: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left. Berkeley: The University of California Press, 2003.

GODOY, M. Força-tarefa fecha 5 hotéis em megaoperação na Cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10/03/2005, Cidades, p. C6. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050310-40686-nac-38-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Apreensão de cocaína e crack chega a 1.158 quilos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/03/2012, Cidades/Metrópole, p. C. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120330-43263-nac-41-cid-c6-not>. Acesso em: 20/12/2017.

GOLUB, A.; HARTMAN, D. M. The social construction of the crack epidemic in the print media. **Journal of Psychoactive Drugs**, Londres, v. 31, n. 4, p. 423-433, outubro/dezembro. 1999.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Jornalismo, fatos e interesses**. Florianópolis: Insular, 2009.

GRAGNANI, J. Temerosos, dependentes escrevem cartas a Doria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24/10/2016, Cotidiano, p. B3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/10/24/15//6037388>. Acesso em: 20/12/2017.

GUTIERREZ, F. 'Creio na evolução da espécie', diz Haddad sobre ação da polícia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26/01/2014, Cotidiano, p. C5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/149458-creio-na-evolucao-da-especie-diz-haddad-sobre-acao-da-policia.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

HERSCOVITZ, H. G. Brazilian journalists' perceptions of media roles, ethics and foreign influences on Brazilian journalism. **Journalism Studies**, v. 5, n. 1, 2004. p. 71-86.

HO, D. E.; QUINN, K. M. Measuring explicit political positions of media. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 3, p. 353-377. 2008.

IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 03/05/2017.

IYENGAR, S. Framing responsibility for political issues. **The Annals of American Academy of Political and Social Science**, v. 546, p. 59-70, jul. 1996.

JORGE, M S. B.; QUINDERÉ, P. H. D.; YASUI, S.; ALBUQUERQUE, R. A. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2909-2918. 2013.

KAHN, K. F.; KENNEY, P. J. The slant of the news: how editorial endorsements influence cmpaign coverage and citizens' views of candidates. **American Political Science Review**, v. 96, n. 2, junho. 2002.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis:** an introduction to its methodology. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

LOMBARDI, R. Policial civil é preso por PMs com 45g de crack. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25/12/1991, Cidades, p. 2. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19911225-35861-nac-0012-cid-2-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Crack avança no Estado todo e faz mais de 150 mil viciados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14/05/1995, Cidades, p. C12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950514-37097-nac-0044-cid-c12-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Crack causou morte de 97 menores em 6 meses. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17/07/1996a, Cidades, p. C7. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960717-37527-nac-0025-cid-c7-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Crack causa 1ª chacina do ano, com 3 mortes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04/01/1996b, Cidades, p. C7. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960104-37332-nac-0027-cid-c7-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Traficante marca a ferro rapaz que lhe devia dinheiro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18/07/1996c, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960718-37528-nac-0021-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Dependência do crack já supera a do álcool. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11/09/1999, Cidades, p. C7. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19990911-38679-nac-0025-cid-c7-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Tráfico é sinônimo de conforto e garotas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08/01/2001, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20010108-39164-nac-32-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

LOPES, E. P. O tratamento ao usuário de crack nas páginas policiais dos jornais brasileiros. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, set. 2013.

LUCENA, E. A cracolândia muda, mas não deve acabar, diz antropóloga. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25/01/2015, Cotidiano, p. C9. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1579820-a-cracolandia-anda-nao-vai-acabar-afirma-antropologa.shtml>. Acesso em: 20/12/2017.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 3, p. 580-595. 2013.

MACHADO, N. B. C. Usuário ou traficante? A seletividade penal na nova lei de drogas. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. **Anais**...Fortaleza: Fundação Boiteux, 2010. p. 1.098-1.111.

MAISONNAVE, F.; SANT'ANNA, E. Falta de diálogo emperra programas na cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/08/2016, Cotidiano, p. C1. Disponível em: < http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/08/21/15>. Acesso em: 20/12/2017.

MANSO, B. P. Droga só leva 12% das crianças à cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 04/08/2011, Cidades/Metrópole, p. C4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110804-43024-nac-44-cid-c4-not>. Acesso em: 20/12/2017.

MARCELINO, D.; RENNÓ, L.; MENDES, R.; GRAMACHO, W. A cabeça do jornalista: opiniões e valores políticos dos jornalistas no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 27, n. 3, p. 13-42. 2009.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, janeiro/junho. 2015.

MATTHES, J. What is a frame? A content analysis of media framing studies in the world's leading communication journals, 1990-2005. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, v. 86, n. 349, p. 349-367, jun. 2009.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, n. 58, p. 258-279. 2008.

MAZZITELLI, F. Interessados em adotar rejeitam 'filhos do crack'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19/07/2011, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110719-43008-nac-30-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

MCCOMBS, M. A. Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, v. 6, n. 4, p. 543–557. 2005.

_____**A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MENA, F. Cracolândia resiste, agora em novo endereço. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07/04/2005, Cotidiano, p. C5. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/04/07/15//5275224>. Acesso em: 20/12/2017.

MENDONÇA, R. F. **Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho:** reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. Trabalho apresentado no 10. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 2016.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-235, junho. 2012.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55, p. 155– 184. 2002.

_____. A mídia e o declínio da confiança na política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 223-240.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: _____. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 07-24.

MONT'ALVERNE, C. **"Pródigo em decisões contra o interesse público":** imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. 248 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2016.

MOREIRA, M. R.; FERNANDES, F. M. B.; RIBEIRO, J. M.; NETO, T. L. F. Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack – contribuições para a agenda política. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n.4, p. 1047-1062, abril. 2015.
MUNIZ, D. Ponto de tráfico fica ao lado de delegacia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31/01/2012, Cotidiano, p. C4.

NASCIMENTO, G. Psiquiatra francês teme ação do crack no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31/08/1992, Cotidiano, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/08/31/15//4791498>. Acesso em: 20/12/2017.

NOTO, A. R.; BAPTISTA, M. C; FARIA, S. T.; NAPPO, S. A.; GALDURÓZ, J. C.; CARLINI, E. A. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 69-79, jan.-fev. 2003.

NUNOMURA, E. Darlene volta para o crack e é presa por roubo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07/09/1997, Cidades, p. C7. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19970907-37944-nac-0030-cid-c7-not/busca/Darlene>. Acesso em: 20/12/2017.

PAGE, B. I. The mass media as political actors. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20–24. 1996.

PAIVA, U. Falta fiscalização e sobra droga na Cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03/12/1998a, Cidades, p. C6. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19981203-38397-nac-0038-cid-c6-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Educadores arriscam a vida para salvar viciados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13/12/1998b, Cidades, p. C3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19981213-38407-nac-0031-cid-c3-not>. Acesso em: 20/12/2017.

PENG, C. J.; LEE, K. L.; INGERSOLL, G. M. An introduction to logistic regression analysis and reporting. **The Journal of Educational Research**, v. 96, n. 1, p. 3-14, abril. 2010.

PEREIRA, E. 'Fim' do crack é prometido há 10 anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07/02/2010, Cidades/Metrópole, p. C4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100207-42481-nac-48-cid-c4-not>. Acesso em: 20/12/2017.

PETRUCCI, C. J. A primer for social worker researchers on how to conduct a multinomial logistic regression. **Journal of Social Service Research**, v. 35, n. 2, p. 193-205, março. 2009.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista**: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

POLICIAIS são flagrados com traficantes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13/12/2001, Cotidiano, p. C8. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2001/12/13/15//129468>. Acesso em: 20/12/2017.

POZOBON, R. O.; SCHAEFER, R. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Interin**, Curitiba, v. 19, n.1, p. 120-135, jan./jul. 2015.

PREFEITO nega descompasso; Estado vê erro do município. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/08/2016. Cotidiano, p. 7. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/08/21/15//6032111>. Acesso em: 20/12/2017.

PRIOR, H.; GUAZINA, L.; ARAÚJO, B. Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos *Face Oculta* e *Mensalão* na imprensa portuguesa e brasileira. **Media & Jornalismo**, v. 14, n. 1. 2015.

RABINOVICI, M. Centro assiste à 'longa noite dos viciados'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09/07/1995, Cidades, p. C6. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950709-37153-nac-0040-cid-c6-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Jardim Brasil é "terra de ninguém" do tráfico. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03/03/1996, Cidades, p. C4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960303-37391-nac-0038-cid-c4-not>. Acesso em: 20/12/2017.

REESE, S. D. The framing project: a bridging model for media research revisited. **Journal of Communication**, n. 57, p. 148-154. 2007.

RESK, F. Crianças deixarão hotéis da Cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/09/2014, Metrópole, p. E3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140906-44153-nac-90-mrt-e3-not>. Acesso em: 20/12/2017.

RIBEIRO, B; CASTRO, L. M.; DIÓRIO, J. F. Ação levou tumulto e pânico à Cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24/01/2014, Metrópole, p. A16. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140124-43928-nac-15-mrt-a16-not>. Acesso em: 20/12/2017.

RIBEIRO, B.; SANTOS, B. F. Prefeitura quer ‘sala segura’ na Cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27/02/2014a, Metrópole, p. A20. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140227-43962-nac-19-mrt-a20-not>. Acesso em: 20/12/2017.

_____. Usuário que trabalha troca crack por maconha, diz Prefeitura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27/02/2014b, Metrópole, p. A20. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140227-43962-nac-19-mrt-a20-not>. Acesso em: 20/12/2017.

RIFFE, D.; LACY, S.; FICO, F. **Analyzing Media Messages**: using quantitative content analysis in research. Nova Iorque: Routledge, 2014.

RIGHETTI, S. Internação de dependentes é controversa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17/08/2013, Cotidiano 2, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/08/17/52//5889025>. Acesso em: 20/12/2017.

RIZZOTTO, C.; ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la comunicación**, v. 13, n. 24 (13), jan./jun., 2016.

RODRIGUES, A. O desafio de tirar crianças e adolescentes do mundo do crack. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09/02/2014, Metrópole, p. A22. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140209-43944-nac-21-mrt-a22-not>. Acesso em: 20/12/2017.

RODRIGUES, A.; CARDOSO, W. Seguranças do centro usam porretes para afastar quem sai da cracolândia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13/01/2012, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120113-43186-nac-25-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

ROMANINI, M.; ROSO, A. **“O crack” na mídia escrita**: epidêmico, avassalador e diabólico. Trabalho apresentado na 3. Jornada Interdisciplinar em Saúde, Santa Maria, 2010.

RONZANI, T. M.; FERNANDES, A. G. B.; GEBARA, C. F. P.; OLIVEIRA, S. A.; SCORALICK, N. N.; LOURENÇO, L. M. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, p. 1751-1762. 2009.

RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L. F. **Pesquisa preliminar de avaliação do programa “De Braços Abertos”**. São Paulo: Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas/Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2016.

RYDLE, C.; BARROS, M. F. Epidemia de crack assusta autoridades. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10/07/1995, Cidades, p. C1. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950710-37154-nac-0013-cid-c1-not>. Acesso em: 20/12/2017.

SAMPAIO, R. C.; FERRACIOLI, P.; FONTES, G. S. Petrolão na mídia: o enquadramento de 18 meses da operação Lava Jato nas revistas impressas. **Agenda Política**, v.4, p. 238-266. 2016.

SANT'ANNA, E.; LIMA, A. Adeus, esgoto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25/03/2014, Cotidiano, p. C4. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/03/25/15//5924882>. Acesso em: 20/12/2017.

SANTOS, J. A. T.; OLIVEIRA, M. L. F. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 4, n.1, p. 82-89. 2013.

SASSAKI, R. Ajuda é bem-vinda, mas vício exige estrutura ampla, diz especialista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09/02/2012, Cotidiano, p. C5. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/02/09/15//5746326>. Acesso em: 20/12/2017.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, agosto, p. 103-122. 1999.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Lrarning, 2014.

SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing european politics: a content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, p. 93-109, spring. 2000.

SERVIÇO de Atenção Integral ao Dependente. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=111756>. Acesso em: 22/12/2017.

SILVA, A. Polícia descobre tráfico em clínica de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05/05/2001, Cotidiano, p. C1. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2001/05/05/15//54959>. Acesso em: 20/12/2017.

SILVA, A.; DURAN, S. Tráfico de drogas alimenta corrupção em presídios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04/03/2001, Cotidiano, p. C3. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0403200104.htm>. Acesso em: 20/12/2017.

SILVA, J.; MACHADO, L.; BERGAMIM JR., G. Feirão da droga. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07/12/2016, Cotidiano, p. B6. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/12/07/15//6041251>. Acesso em: 20/12/2017.

SINGER, A. Mídia e democracia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 58-67, dezembro-fevereiro. 2001.

SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOUSA, J. P. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto, 2001.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SOUZA, F. Moradores vão à Justiça contra hotel para usuário de crack no centro de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16/04/2015, Cotidiano, p. C6. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/04/16/15//5987424>. Acesso em: 20/12/2017.

SPARROW, B. H. A research agenda for an institutional media. **Political Communication**, v.23, p. 145-157. 2006.

SPINELLI, E. Mesmo emperrado, projeto da Nova Luz vai ser ampliado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17/06/2008, Cotidiano, p. C8. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/06/17/15//5314881>. Acesso em: 20/12/2017.

STRÖMBÄCK, J. Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics. **Press/Politics**, v. 13, n. 3, julho. 2008.

TAKAMASHI, F. Internação é só para casos graves, diz psiquiatra do HC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25/01/2013, Cotidiano, p. C4. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/01/25/15//5850526>. Acesso em: 20/12/2017.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 159-165. 2013.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TRÊS dias após ação, tráfico é intenso nas ruas da cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03/05/2015, Cotidiano, p. B8. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/05/03/15//5989273>. Acesso em: 20/12/2017.

TRINDADE, E.; PAGNAN, R. Obra parada na Nova Luz vira abrigo para centenas de usuários de crack. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14/09/2010, Cotidiano, p. C8. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/09/14/15//5817196>. Acesso em: 20/12/2017.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

TUROLLO JR., R. Grupo usa café e limão para tratar viciado em crack. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15/07/2015, Cotidiano, p. B4. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/07/15/15//5996080>. Acesso em: 20/12/2017.

VICIADOS se instalam na vizinhança após operação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30/04/2015, Cotidiano, p. B3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/04/30/15//5988932>. Acesso em: 20/12/2017.

VIMIEIRO, A. C. **Cultura pública e aprendizado social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1980-2008). 232 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

VIMIEIRO, A. C.; DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, dez. 2009.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 235-252, janeiro/abril. 2011.

VOLCOV, K.; VASCONCELLOS, M. P. “Crack, é possível vencer” ou é preciso compreender: observações a partir de campanhas publicitárias do Governo Federal. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 99-105. 2013.

YARAK, A.; MONTEIRO, A. Moradores do centro se unem para exigir o fim da cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03/01/2014, Cotidiano, p. B4. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/01/03/15//5910799>. Acesso em: 20/12/2017.

WEAVER, D. H. Thoughts on agenda setting, framing and priming. **Journal of Communication**, n. 57, p. 142-147. 2007.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ZANCHETTA, D. Cracolândia: 93% recusam atendimento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02/09/2009, Cidades/Metrópole, p. C3. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090902-42323-nac-38-cid-c3-not>. Acesso em: 20/12/2017.

ZHOU, Y. MOY, P. Parsing framing processes: the interplay between online public opinion and media coverage. **Journal of Communication**, v. 57, p. 79-98. 2007.

APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS

1. Variáveis de Entman (1993)

Nesta primeira etapa são utilizadas as variáveis propostas por Entman (1993), para as quais foram criadas categorias. Como proposto por Maia e Vimieiro (2011), dividimos a primeira variável – definição do problema – em duas etapas: atores e subtópico. A seguir estão detalhadas as categorias formuladas.

1.1 Definição do problema – atores

Essa variável se destina a verificar quem são os atores mais ouvidos nas matérias. Para isso, a categoria escolhida deve corresponder ao ator que tem mais espaço de fala no texto, seja por meio de citações diretas ou indiretas.

0 – Ausente
Quando a matéria é somente descritiva, sem o uso de fontes.
1 – Campo político
Esse código deve ser marcado quando as fontes são atores que ocupam cargos eletivos, como prefeitos, governadores, deputados, vereadores, etc.
2 – Autoridades estatais
Indica atores que ocupam cargos estatais que não são disputados em eleições, como secretarias, por exemplo. Assim, mesmo que sejam políticos, ocupam cargos de nomeação. Policiais ou membros do Judiciário também são encaixados aqui.
3 – Dependentes químicos
Quando os usuários de drogas são as principais fontes.
4 – Outros cidadãos
Nesse caso são ouvidos cidadãos como comerciantes, moradores das zonas degradadas ou outros atores que não são dependentes químicos.
5 – Movimentos sociais
Membros de entidades da sociedade civil organizada são encaixados nessa categoria.
6 – Especialistas
Aqui estão inseridas pessoas que estudam aquele tema em questão, ou seja, que são especialistas no assunto. Podem ser médicos, urbanistas, assistentes sociais, etc, ou pessoas que têm anos de experiência prática na questão.
7 – Traficantes
Essa categoria reúne os atores envolvidos na comercialização de drogas ilícitas.
8 – Outro
Quando o ator não se encaixa em nenhuma das categorias anteriores

1.2. Definição do problema – subtópico

Essa variável se refere ao tema principal tratado na matéria. Como todo texto trata de algum assunto, não há possibilidade de “ausência” neste caso.

1 – Violência/Criminalidade
Quando são abordados crimes e casos de violência ocasionados pelo uso e tráfico de drogas ou pela polícia, ou quando a própria comercialização ilícita de drogas é colocada como problema.
2 – Saúde
São incluídas nessa categoria matérias que tratam do problema da dependência e também aquelas que se referem às questões enfrentadas por mulheres grávidas, por exemplo.
3– Degradação urbana
Diz respeito aos transtornos enfrentados por moradores e comerciantes nas zonas de uso de drogas. Também pode se referir à decadência de regiões da cidade – com maior incidência de crimes e cenas de pobreza, por exemplo – por conta da aglomeração de usuários e traficantes.
4 – Histórias de vida
Nesse caso o foco dos textos é a história de um personagem, e não o problema de uma forma global.
5 – Conflito político
Essa categoria se aplica aos textos que têm como foco as disputas entre as distintas esferas de governo ou do Estado no enfrentamento da questão. Nesse caso, o embate entre políticos ou outros membros do Estado é o centro da discussão.
6 – Infância/adolescência
Quando são discutidos temas relacionados à infância/adolescência, como o uso de drogas e os problemas vinculados à dependência, ou o abandono de crianças por pais dependentes químicos.
7 – Outro
Quando nenhuma das demais categorias pode ser aplicada.

1.3. Causas

Essa variável diz respeito ao que as matérias apontam como causas para o problema em discussão.

0 – Ausente
Quando a matéria aborda um problema, mas não aponta as causas relacionadas a ele.
1 – Ineficiência do Estado
Quando as esferas de governo são consideradas responsáveis pelo problema. Ações que não foram bem sucedidas ou conflitos entre os governantes são inseridos nesta categoria.
2 –Tráfico de drogas
Nesse caso são considerados causadores do problema a comercialização ilícita de drogas ou a ocorrência de crimes relacionados ao tráfico.
3 – Problemas sociais
Quando a desigualdade ou outros problemas sociais são apontados como causa do problema, em uma visão mais ampla da questão.
4 – Escolhas pessoais
Nesse caso o problema é atribuído às escolhas de um ator em específico, sem que haja uma relação entre ele e as questões sociais de forma mais ampla.

5 – Migração dos usuários
Quando o deslocamento dos usuários de uma região da cidade a outra, por conta de ações do Estado, é colocado como causa do problema.
6 – Corrupção
Essa categoria se refere aos casos em que atores do poder público – como agentes penitenciários, por exemplo – recebem algum tipo de recompensa para facilitar a prática de atos ilícitos.
7 – Outro
Quando nenhuma das demais categorias pode ser aplicada.

1.4. Julgamentos morais

Essa variável diz respeito à avaliação feita pela matéria a respeito da questão. Os julgamentos, normalmente, não aparecem de forma explícita, mas são compreendidos a partir da visão geral que o texto fornece sobre o problema.

0 – Ausente
Nesse caso não é possível identificar um julgamento moral no texto.
1 – Culpa o Estado
Quando os agentes políticos ou os governos, com políticas públicas ineficientes ou discordâncias entre si, são apontados como culpados pelas questões enfrentadas.
2 – Culpa a sociedade
Nesse caso a responsabilidade é atribuída à sociedade como um todo, e não somente ao governo ou a algum grupo específico.
3 – Culpa os dependentes químicos
Matérias que consideram os usuários de drogas como responsáveis por transtornos e problemas urbanos devem ser encaixadas nessa categoria.
4 – Culpa os traficantes
Se refere aos textos em que os atores que comercializam drogas ilegalmente são considerados culpados pelo problema.
5 – Outro
Quando nenhuma das demais categorias pode ser aplicada.

1.5. Soluções

Nessa categoria verifica-se quais são os tratamentos oferecidos pelas matérias para que as questões discutidas sejam solucionadas.

0 – Ausente
Nesse caso não é possível identificar uma solução na matéria.
1 – Internamento compulsório/involuntário
Quando o texto sugere que o internamento de dependentes químicos, mesmo contra a vontade dos usuários, é uma solução pertinente para o problema.
2 – Internamento voluntário
Nesse caso o texto também faz referência a tratamentos de saúde para os dependentes, mas coloca a vontade do usuário como fator a ser considerado. Assim, o internamento é considerado válido somente se for aceito pelo dependente.

3 – Ação policial
Quando operações da polícia nas áreas de uso de drogas são consideradas soluções para o problema.
4 – Redução de danos
Essa categoria se refere a políticas públicas que não preconizam a interrupção do uso de drogas pelo usuário. Assim, são oferecidos serviços de assistência ao dependente sem ter a abstinência como requisito. Um exemplo é a distribuição de piteiras para o consumo da droga, evitando a contaminação dos usuários por doenças contagiosas.
5 – Outro
Quando nenhuma das demais categorias pode ser aplicada.

2. Políticas públicas

Esse grupo de variáveis se destina a identificar se os textos do *corpus* citam as políticas públicas estatais para drogas e de que modo elas são retratadas.

2.1. Fala de políticas públicas?
Considerar a presença, nesse caso, quando o texto trouxer um programa do poder público citado nominalmente. Quando há mais de um programa citado, escolher aquele que tem mais destaque (considerando quantidade de texto dedicado além de título, gravata e *lead*, em ordem decrescente de importância).

0 – Não
Ausência, ou seja, não trata de nenhuma política.
1 – Sim
Presença, ou seja, cita algum programa governamental.

A próxima variável é preenchida somente caso a variável 2.1 tenha o código 1. Caso contrário, deixar o campo em branco.

2.2. Se sim, qual?

Escrever o nome

3. *Frames* de Semetko e Valkenburg (2000)

Para identificar os *frames* propostos por Semetko e Valkenburg (2000), o codificador deve marcar *"sim" (1)* ou *"não" (0)* para cada uma das perguntas propostas abaixo.

3.1. Responsabilidade

1. *A matéria sugere que algum nível do governo é responsável pelo problema?*
   O codificador deve responder que "sim" quando o texto indica que compete a entidades governamentais enfrentar o problema em questão.
2. *Sugere soluções para o problema?*
   Nesse caso a matéria deve apontar alternativas para que o problema seja superado.

3. *Sugere que o problema requer ação urgente/imediata?*
   Deve ser considerada a presença, aqui, quando há marcadores textuais – seja na fala de fontes ou no texto do próprio jornalista – que indicam que o problema precisa ser rapidamente solucionado. Quando o problema do crack é tratado como uma epidemia, essa pergunta também deve ser respondida com "sim".

3.2. Interesse humano

1. *A matéria traz um exemplo humano ou uma face humana para o problema?*
   Para que a resposta seja "sim" o texto deve trazer personagens que ilustrem a questão em debate.
2. *O texto gera sentimentos no leitor?*
   Nesse caso verifica-se se a matéria apresenta uma abordagem emocional, provocando sentimentos positivos (simpatia, compaixão, empatia, por exemplo) ou negativos (como o ultraje).
3. *Entra na vida privada ou pessoal dos atores?*
   Marcar "sim" quando são descritas atividades da vida cotidiana dos personagens envolvidos.

3.3. Conflito

1. *A matéria reflete desacordo entre partes/indivíduos/grupos/países?*
   Quando aparecem um ou mais grupos com opiniões divergentes em relação a um mesmo tema. A expressão dos conflitos pode ser tanto em aspas quanto em ações descritas pelas matérias (ex: quando usuários jogam pedras na polícia).
2. *Um grupo/indivíduo/parte/país censura o outro?*
   Nesse caso, para que seja marcada a resposta "sim", um dos grupos envolvidos deve criticar/censurar as atitudes do outro, seja em citações diretas ou indiretas.
3. *Se refere a ganhadores ou perdedores?*
   Quando a matéria aponta que um grupo obteve vantagens ou desvantagens em relação a outro no que diz respeito ao problema em debate.

3.4. Moralidade

1. *A matéria contém mensagem moral?*
   Quando o texto apresenta algum valor moral da sociedade como forma de diagnosticar a questão.
2. *Faz referência a Deus ou outros princípios religiosos?*
   Quando são mencionados dogmas ou doutrinas relacionadas a religiões.
3. *Oferece instruções sociais sobre comportamento?*
   Quando a matéria se refere a um comportamento considerado aceitável ou correto, ou quando censura atitudes que não correspondem a um determinado padrão.

3.5. Econômico

1. *A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro?*
   Nesse caso devem ser mencionados valores de perdas ou ganhos, seja em reais ou na posse de bens.

2. *Menciona custos envolvidos?*
   Quando são mencionados valores, em reais ou bens, que se relacionam a determinado comportamento/situação.
3. *Faz referência a consequências econômicas em fazer ou não determinada ação?*
   Quando perdas ou ganhos financeiros aparecem como efeitos de determinados comportamentos.

3. 6. Frame final

O enquadramento final será o que possuir maior quantidade de respostas “sim”. Quando todas as perguntas tiverem resposta “não”, o *frame* será considerado “indefinido”. Já quando houver empate, isto é, quando dois ou mais enquadramentos tiverem a mesma quantidade de respostas “sim”, os casos deverão ser reavaliados pelo codificador para que um dos *frames* seja escolhido. Nessa situação, elementos como título, gravata e *lead*, em ordem decrescente de importância, devem ser considerados na tomada de decisão.

0 – Indefinido

1 – Responsabilidade

2 – Interesse Humano

3 – Conflito

4 – Moralidade

5 – Econômico

APÊNDICE 2 – RESULTADOS DO TESTE DE CONFIABILIDADE

	Variável	N° de erros	% de concordância
***Frames* específicos**	Definição do problema – atores	2	90%
	Definição do problema – subtópico	5	75%
	Causas	5	75%
	Julgamentos Morais	4	80%
	Soluções	5	75%
	Frame completo	4	80%
Políticas públicas	Fala de alguma política pública?	1	95%
	Qual?	1	95%
***Frames* genéricos**	R1 – A matéria sugere que algum nível de governo é responsável pelo problema?	4	80%
	R2 – Sugere soluções para o problema?	5	75%
	R3 – Sugere que o problema requer ação urgente/imediata?	4	80%
	IH1 – A matéria traz exemplo humano ou face humana para o problema?	2	90%
	IH2 – O texto gera sentimentos no leitor?	1	95%
	IH3 – Entra na vida privada ou pessoal dos atores?	4	80%
	C1 – A matéria reflete desacordo entre partes/indivíduos/grupos/países?	1	95%
	C2 – Um grupo/indivíduo/parte/país censura o outro?	2	90%
	C3 – Se refere a ganhadores ou perdedores?	1	95%
	M1 – A matéria contém mensagem moral?	1	95%
	M2 – Faz referência a Deus ou princípios religiosos?	0	100%
	M3 – Oferece instruções sociais sobre comportamento?	0	100%
	E1 – A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro?	1	95%
	E2 – Menciona custos envolvidos?	1	95%
	E3 – Faz referência a consequências econômicas em fazer ou não determinada ação?	2	90%
	Frame genérico final	7	65%

FONTE: A autora (2018).